CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

TODO MAPA CONTA UMA HISTÓRIA: GOOGLE MAPS E GOOGLE EARTH MAPEANDO FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Fernanda Barbosa de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Maria Cristina Giorgi
Coorientadora: Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio

Rio de Janeiro
Dezembro de 2023

TODO MAPA CONTA UMA HISTÓRIA: GOOGLE MAPS E GOOGLE EARTH MAPEANDO FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Relações Étnico-Raciais.

Fernanda Barbosa de Oliveira

Banca Examinadora:

_____
Presidente, Professora Dra. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ – Orientadora)

_____
Professora Dra. Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio (CEFET/RJ – Coorientadora)

_____
Professor Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos (UFRJ – Examinador Externo)

_____
Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ – Examinador Interno)

_____
Professor Dr. Fábio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ – Examinador Interno)

Rio de Janeiro
Dezembro de 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

O48 Oliveira, Fernanda Barbosa de
Todo mapa conta uma história: google maps e google earth mapeando favelas do Rio de Janeiro / Fernanda Barbosa de Oliveira. — 2023.
125f. : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia: f. 119-125
Orientadora: Maria Cristina Giorgi
Coorientadora: Pamela Marcia Ferreira Alves Dionisio

1. Favelas - Rio de Janeiro (RJ). 2. Google Earth. 3. Cartografia. I. Giorgi, Maria Cristina. (Orient.). II. Dionisio, Pamela Marcia Ferreira Alves (Coorient.). III. Título.
CDD 307.3098153

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Elisete Barbosa de Oliveira e Fernando Luiz, que sempre me apoiaram; ao meu irmão, Gabriel Barbosa de Oliveira e à minha madrinha, Helena Maria Barbosa dos Santos. A todos os amigos e familiares e em memória da minha querida avó Noemia dos Santos Leal, que sempre me incentivou ao estudo e sempre acreditou no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e ao mestre Jesus e aos guias espirituais por me ajudarem na realização desta obra. Tenho uma enorme gratidão aos amigos espirituais que me apoiaram nos momentos difíceis e me deram forças para seguir em frente rumo ao meu objetivo.

Aos meus pais Elisete Barbosa de Oliveira e Fernando Luiz de Oliveira, meu irmão Gabriel Barbosa de Oliveira, minha madrinha Helena Maria Barbosa dos Santos e a todos os meus familiares pelo extremo carinho e apoio emocional. A todos os meus amigos que me ajudaram com palavras de incentivo. Aos meus familiares que não estão mais presentes no corpo, mas em espírito, que me apoiaram e me fortaleceram (em especial a minha avó Noemia dos Santos Leal). Aos amigos da pátria espiritual da casa de irmão Clarêncio, que me iluminaram a prosseguir nesta caminhada com respeito e dedicação ao trabalho.

A todo o corpo docente do PPRER que contribuiu para a minha formação profissional e para todos os conhecimentos que pude adquirir ao longo da minha trajetória no mestrado de Relações Étnico- Raciais.

E às minhas professoras, a minha coorientadora Drª. Pamela Dionísio e a minha orientadora Drª. Maria Cristina Giorgi, que me ajudaram, me apoiaram e acreditaram na minha dissertação, só tenho a agradecer o carinho, respeito e companheirismo.

Agradeço aos professores Drª Hellem da Silva Espíndola, ao Mestre André Tinoco e ao Dr. Vinícius Seabra que me ajudaram na conclusão da minha dissertação, passando as orientações necessárias e me dando um grande apoio. Agradeço o respeito, dedicação e carinho desses professores.

O MORRO NÃO TEM VEZ

Canção de Antônio Carlos Jobim[1]

O morro não tem vez e o que ele fez já foi demais
Mas olhem bem vocês
Quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar
O morro não tem vez e o que ele fez já foi demais
Mas olhem bem vocês
Quando derem vez ao morro, toda a cidade vai cantar
Morro pede passagem, morro quer se mostrar
Abram alas pro morro, tamborim vai falar
É um, é dois, é três, é cem, é mil a batucar
O morro não tem vez, mas se derem vez ao morro
Toda a cidade vai cantar
Morro pede passagem, morro quer se mostrar
Abram alas pro morro, tamborim vai falar
É um, é dois, é três, é cem, é mil a batucar
O morro não tem vez, mas se derem vez ao morro
Toda a cidade vai cantar

[1] Compositores: Marcus Vinicius Da Cruz De Mello Moraes / Antonio Carlos Brasileir De Almeida Jobim Letra de O morro não tem vez (a.k.a. Favela) © Ipanema Music Corp, Tonga Ed. Musical Ltda., Ipanema-music Corp.

RESUMO

Todo mapa conta uma história: Google Maps e Google Earth mapeando favelas do Rio de Janeiro

Esta dissertação tem como objetivo apresentar o modo como uma produção cartográfica pode evidenciar ou apagar informações. O período analisado é o de 2016 a 2023, dando continuidade a uma pesquisa iniciada na graduação em Geografia, quando foram analisadas as favelas cariocas e as intervenções cartográficas no período de 2011 a 2013. Mapas são representações de uma porção espacial específica e contribuem para a construção de narrativas diferenciadas e não são produções neutras. Podem direcionar visões de mundo e intervenções, de acordo com as intenções para qual o mapa foi produzido. Esta é uma pesquisa interpretativista qualitativa que trabalha com análise de mapas e seus objetos de estudo foram o mapeamento de algumas favelas cariocas realizado pelo Google Maps e as narrativas sobre as favelas na visão do poder público, da mídia e de outros grupos, como agentes imobiliários e de turismo. Os automapeamentos também fizeram parte do estudo para a análise e discussão da resistência dos moradores de favela em relação à omissão nos mapas. No primeiro capítulo, destaca-se a vinculação desses espaços e sua relação com a resistência presente nas favelas, incluindo uma análise histórica dos Censos nas favelas cariocas e a influência da mídia na representação dessas comunidades. Além disso, são examinados os discursos de representantes municipais, estaduais e federais sobre as favelas. O segundo capítulo apresenta um breve histórico sobre a Cartografia, explorando a evolução das técnicas cartográficas e sua relação com as intencionalidades. A ênfase recai sobre a importância dos mapas, especialmente no contexto atual com o advento do Google Maps e Google Earth, investigando o poder inerente à Cartografia e os sentidos atribuídos aos mapas. O terceiro capítulo concentra-se em uma proposta de análise cartográfica, examinando especificamente o estudo da representação dos territórios de favelas do Rio de Janeiro entre 2016 e 2023 por meio do Google Maps e Google Earth. No quarto capítulo, a dissertação analisa a produção cartográfica e os automapeamentos como uma nova abordagem para interpretar a Cartografia. A discussão abrange mapas, contra mapas e outras formas de produzir cartografia, explorando como essas representações podem influenciar a compreensão dos territórios segregados, especialmente nas favelas urbanas. A pesquisa contribui para uma visão mais abrangente e crítica da representação cartográfica dos territórios segregados, destacando as complexidades sociais, históricas e midiáticas envolvidas.

Palavras-chave: Favela; Rio de Janeiro; Google Maps; Google Earth; Produção cartográfica

ABSTRACT

Every map tells a story: Google Maps and Google Earth mapping favelas in Rio de Janeiro

This dissertation aims to demonstrate how cartographic production can either highlight or erase information. The period under analysis spans from 2016 to 2023, building upon research initiated during undergraduate studies in Geography, which examined Rio de Janeiro's favelas and cartographic interventions from 2011 to 2013. Maps are representations of specific spatial areas and contribute to the construction of diverse narratives; they are not neutral productions. Maps can shape worldviews and interventions based on the intentions for which the map was created. This is qualitative interpretative research that involves the analysis of maps. The study focuses on the mapping of certain Rio de Janeiro favelas conducted by Google Maps and narratives about the favelas from the perspectives of public authorities, media, and other groups, such as real estate and tourism agents. Self-mapping (automapping) is also part of the study to analyze and discuss the resistance of favela residents regarding omissions in maps. In the first chapter, the interconnection of these spaces and their relationship with resistance in favelas is highlighted. This includes a historical analysis of censuses in Rio de Janeiro's favelas and the influence of media in representing these communities. Additionally, the discourses of municipal, state, and federal representatives regarding favelas are examined. The second chapter provides a brief history of Cartography, exploring the evolution of cartographic techniques and their relationship with intentions. The emphasis is on the significance of maps, particularly in the current context with the emergence of Google Maps and Google Earth. The inherent power of Cartography and the meanings attributed to maps are investigated. The third chapter focuses in a proposal cartographic analysis, specifically examining the representation of Rio de Janeiro's favela territories between 2016 and 2023 through Google Maps and Google Earth. In the fourth chapter, the dissertation analyzes cartographic production and self-mapping as a new approach to interpreting Cartography. The discussion encompasses maps, counter-maps, and other forms of cartographic production, exploring how these representations can influence the understanding of segregated territories, especially in urban favelas. The research contributes to a more comprehensive and critical perspective on the cartographic representation of segregated territories, highlighting the social, historical, and media-related complexities involved.

Keywords: Favela; Rio de Janeiro; Google Maps; Google Earth; Produção cartográfica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagem do Cortiço Cabeça de Porco 27

Figura 2 - Obras do túnel João Ricardo, onde antes ficava o Cabeça de Porco 27

Figura 3 - A imagem retrata Oswaldo Cruz, que na época, em 1903, foi nomeado diretor geral da saúde pública pelo presidente da Rodrigues Alves. Essa imagem retrata a população do morro da favela como foco de piolhos 28

Figura 4 - Charge crítica sobre o processo de gentrificação 29

Figura 5 - Reforma Pereira Passos, exemplo de reforma urbana do Rio de Janeiro no século XX 30

Figura 6 - Questões urbanísticas, favelas com três ou mais pavimentos 36

Figura 7 - Questão da declividade das favelas 37

Figura 8 - Gráfico de identificação étnico-racial na Maré 38

Figura 9 - Gráfico de faixa etária na Maré 39

Figura 10 - Mariana Aleixo fundadora da Maré dos Sabores 43

Figura 11 - Painéis solares na favela 44

Figura 12 - Capacitação de pessoas para que consigam estar no mercado de trabalho 44

Figura 13 - Aula no pré-vestibular comunitário da Rocinha 45

Figura 14 – Moradores do Complexo do Alemão transportam corpos após operação policial, no Rio de Janeiro 46

Figura 15 - Vítima de operação com mais de 20 mortos na Vila Cruzeiro, no Rio, chega ao hospital Getúlio Vargas 47

Figura 16 - Favela Jardim Primavera antes e depois do projeto favela bairro 49

Figura 17 - Favela Dois de Maio no Engenho Novo em pouco tempo teve problemas com o sistema de esgoto 50

Figura 18 - Esgoto apresentando problemas na favela Dois de Maio em Engenho Novo 50

Figura 19 - Manifestação contra morte de corpos negros nas favelas cariocas 56

Figura 20 - Mapa representando o muro que separa o Conjunto de favelas da Maré da Linha Vermelha 60

Figura 21 - Muro de acrílico é usado para evitar acidentes e reduzir ruídos nas favelas no entorno da Linha Vermelha, segundo prefeitura do Rio 61

Figura 22 - Muro na Linha Vermelha margeia toda a Maré 61

Figura 23 - Representação dos Mapas pelos homens das Cavernas 63

Figura 24 - Registros cartográficos pré-históricos em cavernas em forma de desenhos na representação do cotidiano de uma sociedade 64

Figura 25 - Realizado na Babilônia, disco flutuante oceano mítico que possui o centro no retângulo da cidade e rio Eufrates desde as montanhas da Armênia VI A.C base para a representação mais tarde do mapa mundi 65

Figura 26 - Mapa realizado por Ptolomeu que representa o continente europeu 66

Figura 27 - Uma representação de São Isidoro no século XII D.C. na Idade Média que evidencia o poder da Igreja com Jerusalém ao centro 67

Figura 28 - Bússola 68

Figura 29 - Astrolábio 68

Figura 30 - Caravela 69

Figura 31 - Mapa elaborado por Marcus Vipsanius Agripa (63-12 a.C.), retrata as rotas do Império Romano 69

Figura 32 - Mapa que representa o litoral brasileiro e a rota para navegações 70

Figura 33 - Figura que ilustra um “olhar” através de um avião de cima da paisagem 72

Figura 34 - Captura de imagens de satélite e transmissão das imagens para a superfície 75

Figura 35 - Processo de captação de imagens para o Google Maps 77

Figura 36 - Processo de captação de imagens para o Google Maps 78

Figura 37 - Mapa que representa as eleições presenciais no período de 2000 nos Estados Unidos 80

Figura 38 - Mapa de cartograma que retratava a situação da polarização das eleições nos Estados Unidos em 2000 81

Figura 39 - O cartógrafo fazendo uma generalização do que será mapeado do real para o mapa 88

Figura 40 - Imagens do Google Maps de 2011 e 2013 90

Figura 41 - Google Maps não delimita as pequenas vias do Complexo do Alemão 92

Figura 42 - Google Maps não apresenta a delimitação das ruas 93

Figura 43 - Imagem de satélite do Google Maps do Complexo do Alemão, com zoom 94

Figura 44 - Imagem de satélite do Google Maps do Complexo do Alemão, com maior zoom fica mais perceptível à localização em cima da mata 94

Figura 45 - Percebemos a localização através do nome Complexo da Maré, e os limites e as delimitações realizadas através do polígono 95

Figura 46 - Imagem de satélite do Google Maps onde temos a localização deste complexo, mas não temos a demarcação total dos limites territoriais 96

Figura 47 - Figura do Google Maps da Rocinha, que se localiza na Zona Sul 97

Figura 48 - Localização do nome em cima da favela e seus limites definidos onde podemos ver claramente a sua abrangência 97

Figura 49 - Imagem da favela Cidade de Deus onde vemos sua localização através do nome e através da existência de delimitação e limites de área 98

Figura 50 - Imagem de satélite da favela Cidade de Deus, onde podemos ver as delimitações e nome localizando a favela 99

Figura 51 - Imagem em 3D do Complexo do Alemão, onde podemos ver as delimitações e nome localizando a favela 100

Figura 52 - Apresenta a não delimitação total do Complexo da Maré 100

Figura 53 - Complexo da Maré totalmente delimitado e as favelas todas identificadas 101

Figura 54 - Delimitação da favela da Rocinha 102

Figura 55 - Delimitação da Cidade de Deus 102

Figura 56 - Imagem que apresenta a capa do Guia de ruas Maré 2012 109

Figura 57 - Imagem que apresenta o mapa da Maré 2012 com a delimitação e nomeação das favelas que fazem parte deste complexo 110

Figura 58 - Imagem que apresenta a capa do Guia de ruas Maré 2014 110

Figura 59 - Jovens moradores do complexo da Maré realizando uma produção de Cartografia Social 113

Figura 60 - Ferramenta de aplicativo do Wikimapia no celular para realizar mapeamentos 114

Figura 61 - Mostra os Wiki-repórteres 114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Apresenta o número de aglomerados subnormais por unidades federativas, número de municípios com aglomerados subnormais, de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais e população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais 34

Tabela 2 - Apresenta cada Região Administrativa do Rio de Janeiro apontando a população localizada em favelas nessas regiões 35

Tabela 3 - Apresenta as 10 maiores favelas do município do Rio de Janeiro 36

Tabela 4 - Moradores que participaram destes mapeamentos, resgatando a história das favelas 111

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CUFA - Central Única das Favelas

IPP - Instituto Pereira Passos

RA - Regiões Administrativas

AP - Áreas de Planejamento

PIPA - Programa de Intervenção Precoce Avançado

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

Chat GPT - Generative Pre-Trained Transformer (chat transformador pré-treinado para gerar conversas)

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TV - Televisão

UPPs - Unidade de Polícia Pacificadora

IML - Instituto Médico Legal

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PT - Partido dos Trabalhadores

PSC - Partido Social Cristão

RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro

NASA - National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional Aeronáutica e Espacial)

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

GPS - Global Positioning Sytem (Sistema de Posicionamento Global)

ONG - Organização Não Governamental

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE SIGNIFICADO DAS PALAVRAS

SNIPER - Atirador profissional

SOFTWARE - Ferramenta computacional utilizada para gerenciar e processar dados

OPEN STREET MAP - Ferramenta de mapeamento colaborativo

EXPLORER 1 - Primeiro satélite americano

LANDSAT - Programa de contínua observação da Terra e do espaço sideral

MAP OMATIX - Tipo de software

AFROREGGAE - Organização não governamental que promove inclusão e justiça através da arte, da cultura afro-brasileira e da educação

REDES MARÉ - Instituição civil que promove conhecimento, ações políticas e projetos para pressionar o poder público a melhorar as políticas públicas das favelas

ACT! ONAID - Organização não governamental que promove justiça étnica, de gênero e social e ações de fim da pobreza

WIKIMAPA - Ferramenta de mapeamento colaborativo que promove a inserção das favelas nos mapas

SUMÁRIO

Introdução **16**

1. Territórios segregados: dos quilombos e cortiços às favelas **23**

1.1. Conexões entre territórios segregados 23

1.2 Breve histórico sobre os Censos nas favelas Cariocas 31

1.3 A favela vive e resiste 39

1.4 Como a mídia retrata a favela 45

1.5 Discursos proferidos por representantes nas esferas municipal, estadual e federal sobre a favela 52

2. Um breve histórico sobre a Cartografia, visão eurocêntrica e as relações de intencionalidades **63**

2.1 Breve histórico sobre a Cartografia 63

2.2 Instrumentos utilizados na cartográfica ao longo do tempo e os mapeamentos do Google Maps e o Google Earth 71

2.3 O poder na Cartografia 79

2.4 Mapas e seus sentidos 85

3. Análise cartográfica **91**

3.1 Google Maps e Google Earth estudo da representação dos territórios de favelas do Rio de Janeiro (2016 a 2023) 91

4. A produção cartográfica e os automapeamentos: uma nova leitura de cartografia **104**

4.1 Mapas, contramapas e outras formas de produzir Cartografia 104

Considerações finais **116**

Referências **119**

Introdução

Meu nome é Fernanda Barbosa de Oliveira e sou professora de geografia formada desde 2018 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), trabalhando na rede particular de ensino desde 2016. Em 2014, fiz um trabalho voluntário com as crianças do ensino fundamental I do 5º ano da escola municipal Sergipe, na Favela do Juramento, em Vicente de Carvalho, na cidade do Rio de Janeiro, onde realizei um letramento cartográfico[2] .

Neste momento da oficina de letramento cartográfico, eu estava no 2º período da faculdade e tinha aulas de cartografia, tema que sempre me interessou, chamando ainda mais a minha atenção quando, em 2012, surgiu uma polêmica relacionada ao *Google Maps,* onde as favelas do Rio de Janeiro não estavam delimitadas corretamente neste aplicativo. Segundo as notícias essa ferramenta que é um globo digital[3] apresentava problemas em representar as favelas cariocas. Durante a oficina, com o uso do meu celular, comecei a pesquisar com os estudantes certos lugares no *Google Maps* quando um dos alunos pediu:

- Tia, mostra para a gente onde moramos?

Prontamente, enquanto eu pesquisava a Favela do Juramento, outro estudante questionou:

- Só tem mato… cadê minha casa?

Então, pedi para que eles fizessem um mapa mental[4] da favela onde moravam para que pudessem retratar seu território, mas fiquei com essa indagação do aluno na cabeça. Foi naquele momento que comecei a pesquisar sobre a polêmica divulgada entre 2011 e 2013 – quando o *Google Maps,* atendendo a um pedido da Prefeitura do Rio de Janeiro e da empresa RIOTUR (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro), substituiu o termo favela por morro, enquanto outras favelas sumiram da busca deste aplicativo. Gostaria de entender o motivo para essa intervenção e comecei a pesquisar esses mapas,

[2] Letramento cartográfico é uma forma de fazer com que o aluno tenha o conhecimento de saber ler um mapa e compreender seus elementos principais como: legenda, orientação, título e escala.

[3] Um globo digital é um modelo 3D simulado por programas computacionais para representação da Terra que dá ao usuário a habilidade de se mover livremente pelo ambiente virtual mudando o ângulo de visão e posição (SILVA; NAZARENO; 2009, p.1723).

[4] "Mapas sem convenções cartográficas, sem técnica e feitos à mão. O objetivo é entender e apreender a realidade do *ponto de vista da espacialidade*". (CAVALCANTI, 2013, p. 11).

na intenção de compreender as motivações (de quem produz ou comanda uma produção) e as intervenções.

Meu projeto final da graduação foi sobre o mapeamento do *Google* e suas intervenções entre o período de 2012 a 2013 e, na minha dissertação, continuo pesquisando esse tema e a importância de se retratar um território como uma favela.

Na dissertação, procuro analisar os mapas do *Google Maps* no período de 2016 até 2023 para expor as favelas que foram delimitadas e retratadas e relatar as narrativas produzidas pelo poder público em relação às favelas que provocaram essa invisibilidade (2011 a 2013). Continuo explorando a não representação do território das favelas do Rio de Janeiro nas formas de representações cartográficas e, neste caso, o meu foco é o *Google Maps* e o *Google Earth*.

Tendo como ponto de partida a análise da invisibilidade da favela e sua segregação na cidade, sublinho que este é um grande problema sobre o qual me aprofundo, entendendo que as narrativas do poder público em diferentes tempos nas esferas municipal, estadual e federal contribuem para que essa segregação ocorra.

Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo geral analisar a cartografia como uma ciência que produz mapas de acordo com diferentes interesses, e exemplificar, através dos mapeamentos das favelas cariocas em diferentes momentos o quanto essa produção omitiu e incorporou esses territórios em diversas situações.

Por sua vez, nossos objetivos específicos são:

- Identificar as intervenções que existem numa representação cartográfica em relação às favelas cariocas;
- Estudar as relações de poder estabelecidas em um mapeamento;
- Estudar o processo de representação do *Google Maps* e *Google Earth*;
- Relacionar os discursos do poder público nas esferas municipal, estadual e federal sobre as favelas, que reforçam a invisibilidade desses territórios;
- Levantar as iniciativas de representação de favelas que dão visibilidade a elas.

A Cartografia[5] é uma ciência que produz representações, como mapas, cartas e plantas. As imagens de satélite são produzidas pela ciência do Sensoriamento Remoto, e

[5]Para Fraser Taylor, cartógrafo da Universidade de Carleton (Canadá), "é a disciplina que trata da organização, apresentação, comunicação e utilização da geoinformação nas formas gráficas, digital ou tátil, incluindo todos os processos, desde o tratamento dos dados até o uso final na criação de mapas e produtos relacionados com a informação espacial". Fonte: MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. Geografia

a Cartografia pode se utilizar das imagens de satélite para que se elaborem mapas a partir da generalização cartográfica (seleção do que seja necessário para representar o fenômeno, e que a escala cartográfica o permita).

O processo cartográfico consiste em uma representação gráfica do território, seguindo uma intencionalidade de acordo com o que se quer apresentar e sua forma. Nesta articulação, problematizamos que territórios podem ser evidenciados e outros podem ser invisibilizados, seguindo o interesse de quem produz ou comanda essas representações.

Desse modo, entendo que todo mapa apresenta uma narrativa seguindo uma intenção. E esta dissertação propõe uma análise das produções cartográficas, enquanto representação de um território, que gere leituras propondo visibilidade e invisibilidade. No caso das favelas cariocas, que são nosso objeto de estudo, toda conotação negativa que se tem desses territórios pode gerar uma permissividade de apagamento e não representação dessas áreas.

Neste sentido, os mapas podem influenciar uma sociedade a compreender determinado território de acordo com o modo como tal representação foi conduzida. Grupos hegemônicos costumam projetar seus interesses, espacialmente socioeconômicos, sobre o mapeamento dos territórios, podendo construir sobre eles leituras que os valorizam ou desvalorizam. Sabemos que os grupos hegemônicos projetam seus interesses em determinado mapeamento, construindo uma leitura de território para uma sociedade. Bourdieu (1989) salienta que as estruturas mantidas na sociedade por grupos que detêm poderes econômicos e sociais estruturam um mapeamento de acordo com suas leituras de um território. Tais interesses podem gerar apagamentos de parte dos territórios em algumas localidades, como ocorreu com as favelas no período de 2011 a 2013 em relação ao *Google Maps* com a intervenção da prefeitura do Rio de Janeiro, ao invisibilizar pessoas, territórios e não reconhecer os grupos que fazem parte da cidade.

As intervenções realizadas no *Google Maps* (de 2011 a 2013) sobre a não delimitação das favelas cariocas, por exemplo, foi resultado da legitimação do poder público na esfera municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro e a RIOTUR (empresa de turismo ligada a este órgão) e de grupos hegemônicos do ramo de hotelaria. Tais intervenções tinham a intenção de apresentar uma cidade maravilhosa sem favelas, pois

---

geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. Vol. 1. São Paulo: Editora Scipione, 2017. Acessado dia 02 de novembro de 2023.

esses territórios são discriminados pela maioria das pessoas. De acordo com o autor Abreu (2019), existe uma evolução urbana ao longo do tempo que centraliza a favela como um problema socioespacial acentuado no pensamento dos cariocas e do poder público. Isso gerou e gera uma estigmatização deste território. Conforme o autor, ao longo da primeira metade do século XX, ocorreram ações estatais agressivas a essas habitações populares e a seus moradores, caracterizando esses territórios, desde sua origem, como lugares sem higiene, insalubres, de desordem e informalidade.

O momento de realização do mapeamento coincide com a escolha da cidade do Rio de Janeiro para sede da Copa do Mundo de 2014, época importante para a construção de uma imagem de segurança e ordem devido à visita de turistas do mundo todo. As favelas cariocas, muitas vezes associadas a narrativas de violência, insalubridade, pobreza e descontrole social, acabaram sendo invisibilizadas pelo aplicativo *Google Maps* exatamente nesse período, o que pode sugerir uma tentativa deliberada de apagamento dessa parte da cidade. Campo (2010) retrata essa questão quando evidencia a estigmatização do espaço, mostrando que a favela é segregada por ser vista pelo poder público como um território hostil, sem lei e da criminalidade.

Com base no exposto, é possível afirmar que os mapas contam uma realidade a partir das intenções das pessoas envolvidas em suas produções e, nesta investigação, nos propomos a discutir a invisibilidade de diversas comunidades nas representações das favelas do Rio de Janeiro no *Google Maps*, de acordo com os interesses de certos grupos hegemônicos mobilizadores do processo de criação cartográfica. Afirmamos que apresentar a parte do território ocupada pelas favelas fugia aos interesses econômicos de tais grupos, ao mesmo tempo em que o enaltecimento de outras partes do território parecia mais favoráveis.

Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, fizemos uma abordagem interpretativista e qualitativa. Essa abordagem foi escolhida, pois estamos estudando a ciência cartográfica e as relações que permeiam a construção de representações, ou seja, o poder que se estabelece e se configura em cada produção cartográfica, e nosso objeto são as favelas cariocas e a relação dos diversos grupos com esse território. Raffestin (1993) salienta que o poder estabelecido na sociedade se opera na produção de representações.

Analisamos que o poder que permeia uma sociedade se estabelece numa representação, conforme Bourdieu (1989). Estudos de mapas do *Google Maps e Google Earth* foram realizados, observando e analisando as delimitações dos territórios de favelas cariocas e a representação nos mapas. De acordo com Marsh e Furlong (2002), entendemos que o mundo e suas relações são construídas pelas práticas sociais e narrativas. Por isso, utilizamos esse método, para entendermos como as relações sociais e discursos proferidos sobre as favelas alteraram sua representação ao longo do tempo.

Não trabalhamos aqui com o conceito positivista, a partir do qual a interpretação do mundo parte do indivíduo (OLIVEIRA, 2018) e sim com a ideia de que essa visão e interpretação são construídas pelas relações sociais que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida, e de discursos que fazem parte do seu cotidiano. Isso faz com que ele estabeleça uma determinada relação com um dado território, mesmo sem nunca ter estado fisicamente.

Sabe-se que uma representação cartográfica segue uma intencionalidade que vai se configurando de acordo com o poder que se quer legitimar em tal representação. Nosso objeto de estudo é o mapeamento fornecido pelo *Google Maps* e a representação das favelas neste aplicativo. Por isso, nosso objetivo é analisar como as favelas são vistas pelo poder público e, a partir de tais narrativas, compreender as intervenções e apagamentos realizados pelo *Google Maps* acerca de tais territórios.

No primeiro capítulo desta dissertação, realizamos um levantamento bibliográfico dos territórios segregados: quilombos, cortiços e favelas. Depois focamos nas favelas abordando o conceito, quantidade de pessoas e quantidade de favelas no município do Rio de Janeiro de acordo com os dados do Censo 2010, pois os dados do Censo 2022 ainda não foram completamente publicados. Em seguida, estudamos o discurso midiático por meio de entrevistas de jornais *online*, discutindo como os agentes de poder público das esferas municipal, estadual e federal enxergam a favela e lidam com esse território, invisibilizando-o e omitindo-o de um mapeamento, sendo este o foco central da minha dissertação.

No segundo capítulo, fizemos um breve histórico da Cartografia e suas relações de poder, visando compreender as intenções envolvidas na realização de uma representação. Mostramos que os mapas sempre serviram de instrumento para a representação de um território e para o reconhecimento do que existe. Abordamos alguns

períodos históricos para percebermos como os mapas seguem uma linha de poder do que precisa ser evidenciado e omitido, conforme a intenção da sua construção.

Fizemos uma leitura da evolução técnica da Cartografia e seus instrumentos que permitiu termos um mapeamento cada vez mais preciso e com mais detalhes de um território, para assim chegarmos em como ocorre o mapeamento do *Google Maps e do Google Earth*, entendendo como esses mapas e suas bases de dados são construídos. Investigamos que todo mapa apresenta uma intenção que segue o que se quer apresentar, a forma como se quer apresentar e os interesses que são voltados a sua construção.

No terceiro capítulo, apresentamos uma proposta de análise cartográfica, a partir dos mapas das favelas do Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Rocinha e Cidade de Deus, que se localizam respectivamente nas zonas, Norte, Sul e Oeste, buscando comparar a identificação desses territórios e sua delimitação. Analisamos os mapas no período de 2016 em 2D, através do *Google Maps*, e em 2023 em 3D, através do *Google Earth*, buscando refletir sobre os mapeamentos, analisando omissão, invisibilidade e visibilidade. Utilizei os mapas dessas favelas da minha monografia, no período de 2016, e fiz um comparativo com 2023, discutindo o que foi mais evidenciado nesses territórios e/ou se não houve alterações nessas representações.

No quarto capítulo, discutimos os mapas de resistência, ou seja, mapas construídos de acordo com a intenção de dar visibilidade aos territórios de favelas. Neste capítulo, abordamos o projeto *Tô no mapa*, que defendia o pertencimento de TODOS os habitantes à cidade do Rio de Janeiro, e a presença dos território de cada parte da cidade nos mapas; o *Wikimapa*, que trabalhava com jovens das favelas cariocas para mapearem e cobrarem das autoridades melhor infraestrutura nas favelas, e o *Guia de Ruas da Maré*, que foi um "guerra" contra a produção do *Google Maps* que inviabilizava as favelas do Rio de Janeiro, no período de 2011 a 2012 .

Os principais referenciais teóricos que utilizamos para discorrer sobre os territórios segregados, como quilombos, cortiços e favelas foram: Campos (2010), Gonçalves (2013), Vaz (1994) e Abreu (2019). Esses autores foram escolhidos para fazermos um paralelo entre sua ligação com as favelas, os problemas de infraestrutura e os sentidos negativos ligados a esses territórios.

Em relação à Cartografia, utilizamos Harley (2009) para trazermos a questão histórica, e Monmonier (1996) e Wood (1992), que salientam as intervenções que

fazemos nos mapas para atingirmos o objetivo do que se quer evidenciar ou esconder num mapeamento. Bourdieu (1989) e Raffestin (1993) trabalham o poder que existe numa representação cartográfica.

A história da favela também foi estudada na cartografia colaborativa e participativa, que mencionamos anteriormente, em que os próprios moradores de favelas apresentam mapas diferentes dos construídos por grupos hegemônicos. Nosso principal referencial teórico para trabalhar a importância desses mapas contra os mapas realizados por grupos que detêm o poder de decisão que controlam as decisões na sociedade e numa representação foram: Ascelrd e Coli (2008), Joliveau (2008) e Fox, Surianata, Hershok e Pramono (2008) que trabalham essa questão do mapeamento construído por grupos que muitas vezes ficam de fora das representações da cidade e que merecem visibilidade e terem seus direitos garantidos.

1. Territórios segregados: dos quilombos[6] e cortiços às favelas

> Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela. Só vejo paisagem muito linda e muito bela. Quem vai pro exterior da favela sente saudade. O gringo vem aqui e não conhece a realidade. Vai pra zona sul pra conhecer água de coco. E o pobre na favela vive passando sufoco. Eu só quero é ser feliz andar tranquilamente na favela onde eu nasci, e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar (PEIZOTO; SILVA, 1995).

1.1. Conexões entre territórios segregados

Analisando diferentes épocas e discursos proferidos sobre a favela, apresentarei um breve histórico sobre a formação das favelas e sua segregação ao longo do tempo. Observo a segregação produzida especialmente nas questões raciais e espaciais e também discorro sobre questões econômicas, assinalando como grupos historicamente favorecidos, segundo Campos (2010), tendem a reconfigurar a cidade, controlando seu planejamento e intervindo na mobilidade de acordo com seus interesses.

É difícil apontar com precisão a origem das favelas, pois muitos autores trazem diversas teorias. Nesta questão, vamos nos aprofundar na leitura da sua origem derivada dos quilombos e da Guerra do Paraguai (1865-1870) e o quanto esses territórios foram segregados, invisibilizados, e conectados a áreas de desordem, ilegalidade e foco de doenças ao longo do tempo.

Antes de nos aprofundarmos na questão mencionada anteriormente, é necessário definir o entendimento do termo território que temos nesta dissertação. Este tem a ver com o poder em Haesbaert (2007), mas não somente no que tange à concepção tradicional que liga ao poder à questão política e administrado por um órgão público. O poder estabelecido por diferentes autores que se apropriam do território. Lefebvre (1986) trabalha a concepção do espaço e questiona as relações estabelecidas no espaço ao longo do tempo que se concretizam em diferentes formas de domínio, assim configurando o território.

---

[6] Nesta dissertação a questão sobre o quilombo não será explorada no sentido da sua criação social, ideológica e histórica, e sim retratada como um território segregado ao seu tempo fazendo uma comparação a segregação dos territórios de favelas.

Trabalhamos aqui a interligação do território ao poder estabelecido por meio de diversos agentes ao longo do tempo em uma articulação entre apropriação, movimento e modificação. Para que a territorialização se estabeleça num dado território, é preciso haver a apropriação dos indivíduos sobre o território que vai se configurar na multiplicidade de poderes (HAESBAERT, 2007), entre lutas hegemônicas e lutas de resistência. Trabalhamos o território e sua correlação com o poder, os diferentes grupos que o configuram e as articulações que acontecem por parte de diferentes grupos para que se consiga perpetuar a dominação.

De acordo com Campos (2010) as favelas derivam dos quilombos e do olhar de segregação desses territórios ao longo dos anos pelo poder atuante na sociedade. Existe o mito da cidade formal do asfalto e a cidade da ilegalidade. Essa cidade da ilegalidade foi sempre deixada em segundo plano e seus moradores vistos como invasores da cidade.

Os quilombos faziam parte desta cidade ilegal, ou seja, eram territórios de resistência contra ao sistema da época o imperial. Gonçalves (2013) salienta que antes da libertação dos escravizados, tivemos várias práticas realizadas pela família imperial, que sofria pressões da elite cafeeira contra abolição e tensões sociais de grupos favoráveis à abolição. Algumas medidas foram estabelecidas antes da abolição, como por exemplo, mandar escravizados para a Guerra do Paraguai para lutar sem os armamentos necessários, mas garantindo sua liberdade se sobrevivessem. Outras foram a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (1871), apresentada pelo Visconde do Rio Branco (1819-1880), que garantia a liberdade aos filhos de escravizados nascidos depois daquela data e a Lei dos Sexagenários (1885), determinando que escravizados com 60 anos ou mais fossem libertos.

Não havia um cenário político favorável para que a libertação dos escravizados realmente ocorresse, porém a pressão popular, o medo de que ocorresse uma guerra civil e um possível isolamento do Brasil no cenário internacional na questão econômica fizeram com que a princesa Isabel assinasse a Lei Áurea em 1888, abolindo a escravidão no Brasil. Com a abolição em 1888, os territórios de quilombos perdem o sentido de resistência contra o império, porém os territórios segregados ainda existem, vão se configurando na cidade e criando práticas de resistência para se manter.

Com a abolição dos ex-escravizados o negro passou a ser livre, porém as condições financeiras que poderiam admitir sua existência e sobrevivência foram-lhe

negadas. Por exemplo, a elite brasileira procurou não admitir a mão de obra negra nos trabalhos das lavouras cafeeiras, o que empurrou ex-escravizados sem fonte de renda para povoar antigos prédios do Centro do Rio de Janeiro, conhecidos como cortiços, e partes mais altas da cidade Gonçalves (2013). A mão de obra contratada neste período, vale afirmar, teve origem na imigração, sobretudo europeia, e coincidia com a política de branqueamento[7] da população.

Sob a ótica de Gonçalves (2013), percebemos que entre 1888 e 1890 aumentou o número de moradores de cortiços, chegando a atingir 100.000, naquele tempo quase 20% da população da cidade. Proprietários de casas antigas, na segunda metade do século XIX, alugavam esses lugares, onde as pessoas se acomodavam em cômodos ou com a permissão do proprietário faziam "puxadinhos". Essas habitações foram alvos de políticas higienistas, pois médicos da época, como o dr. Barata Ribeiro, que assumiu a prefeitura no período de 1892 a 1893, conforme Gonçalves (2013), pensavam numa política de erradicação, já que os consideravam como focos de doenças e de grupos perigosos para a parte formal da cidade, de acordo com Vaz (1994). Em 1856, o Estado começou a impor normas de legislação sanitárias e construções de habitações contra os cortiços?

> Os textos de lei foram pouco a pouco aumentando os perímetros de proibição de exploração de cortiços nas regiões centrais, estendendo, ainda, esse conceito a qualquer edificação relativamente precária, onde pequenos quartos eram alugados às classes populares. Finalmente, foi proibida qualquer reforma nas casas coletivas existentes, mantendo-se assim a precariedade dessas construções (GONÇALVES, 2013, p. 40).

Essa legislação não foi firmemente aplicada até 1880. Neste momento, a Junta Central de Higiene proibiu a construção de cortiços (GONÇALVES, 2013). Começam as práticas de segregação e "apagamento" desses territórios, excluindo as camadas mais pobres da sociedade, segundo Campos (2010), e assim vemos a ligação dos territórios de cortiços com a insalubridade de acordo com Vaz a seguir:

> Uma relação entre as habitações coletivas populares e a insalubridade da cidade foi rapidamente detectada. As habitações coletivas passaram a ser consideradas como a causa da insalubridade, e por este motivo foram condenadas a desaparecer, substituídas por habitações higiênicas Neste

[7] (...) "E uma das razões centrais para esse abandono dos negros após a superação da escravidão foi o pensamento racialista em vigência entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse pensamento justificou, entre outras políticas, o incentivo à imigração europeia por parte das elites econômicas e do próprio Estado, enquanto, ao mesmo tempo, defendia a ideia de que os não-brancos, principalmente os negros, representavam um fator de atraso para a nação brasileira e, portanto, não era interessante promover sua integração". (SANTOS, s.a, s.p)

> combate às moradias populares insalubres destacaram-se certos agentes sociais: por um lado, o Estado, atuando através da restrição à construção de novas moradias, da imposição de normas higiénicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); por outro, os empresários do nascente setor imobiliário, que introduziram novo padrão de edificação no Rio de Janeiro (VAZ, 1994, p.3).

O Estado precisa legitimar o seu discurso de que esses lugares eram insalubres. Com isso, conseguiu mostrar à sociedade, através de vários médicos da época, o quanto tinham problemas de higiene e eram focos de epidemias para a própria classe trabalhadora que neles moravam. Segue a tese do médico Barata Ribeiro, que legitima o discurso do Estado de que esses lugares deveriam deixar de existir:

> No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um montouro ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar corpo e alma, os tipos de todos os vícios e até (...) o representante do trabalho (...). Só vemos um conselho a dar a respeito dos cortiços: a demolição de todos eles, de modo que não fique nenhum para atestar aos vindouros e ao estrangeiro, onde existem as nossas sentinas sociais, e a substituição por casas em boas condições higiênicas (RIBEIRO apud GONÇALVES, 2013, p. 39).

Em 26 de janeiro de 1893, o cortiço Cabeça de Porco, que sobreviveu na cidade do Rio de Janeiro por cerca de 50 anos, foi demolido, o que também veio a ocorrer com outros Esses lugares serviam de moradia para as classes mais pobres da sociedade, como por exemplo trabalhadores livres, imigrantes e ex-escravizados, que moravam perto do trabalho, pois era mais fácil o deslocamento gastando-se pouco.

> Entre todos os cortiços, o Cabeça de Porco veio a se tornar um dos mais famosos e populosos: estima-se que lá moravam cerca de 2 mil pessoas. No portão frontal, uma cabeça de porco trabalhada em ferro ornamentava a entrada. Quase um bairro, a estalagem contava com um longo corredor central, duas alas com mais de cem casinhas e outras “ruas”, com mais casas. A parte de trás dava para o atual morro da Providência. (RIO MEMÓRIAS, 2023)

A imprensa da época e o prefeito Barata Ribeiro ficaram entusiasmados com a demolição do Cabeça de Porco. A cidade estava passando por uma revitalização, ou seja, era preciso expulsar os mais pobres objetivando a ordem. Aquele cortiço foi demolido para dar lugar à construção do túnel João Ricardo. Vejamos as gravuras 1 e 2.

> (...) havia uma crise habitacional e a necessidade de a população mais pobre morar próximo da área central da cidade, onde as oportunidades de trabalho eram maiores. A destruição do Cabeça de Porco e de outros cortiços provocou um deslocamento desse segmento social em direção às encostas (CAMPOS, 2010, p.61).



Figura 1 - Imagem do Cortiço Cabeça de Porco

Fonte: Rio Memórias

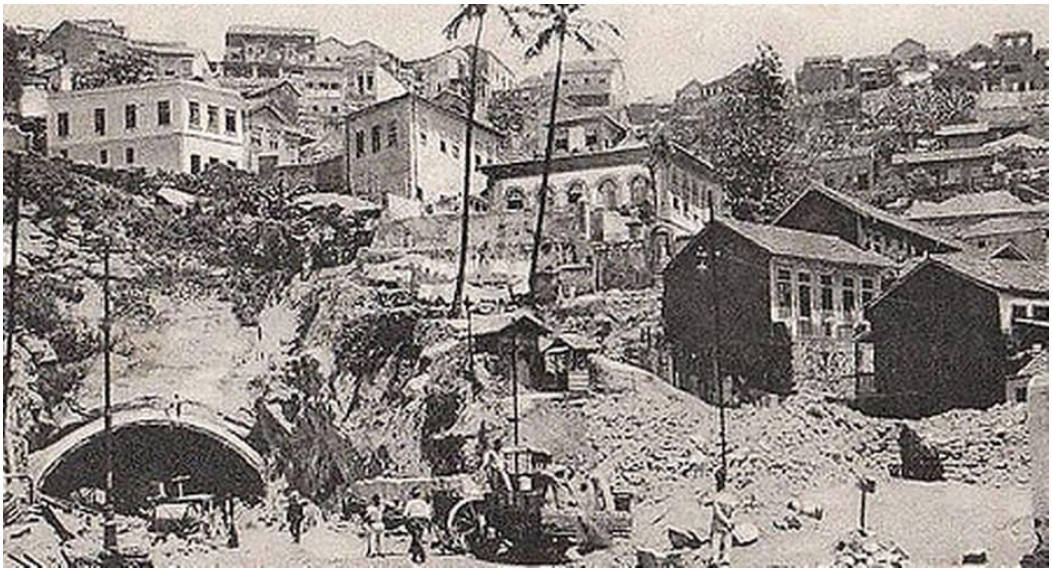


Figura 2 - Obras do túnel João Ricardo, onde antes ficava o Cabeça de Porco

Fonte: Rio Memórias

Em resposta ao poder público por desapropriação dos cortiços, muitas pessoas passaram a ocupar as partes mais altas da cidade. É difícil mensurar quando surgiram as favelas, mas aqui estamos trazendo a releitura de que esse território já foi morada de ex-escravizados desamparados após a libertação, de moradores de cortiços demolidos por

serem vistos como espaços insalubres e por ex-combatentes que retornaram da Guerra de Canudos (1897).

A ocupação do Morro da Providência é atribuída à Guerra dos Canudos (1897), aos soldados que retornaram desta guerra e à demolição do cortiço Cabeça de Porco. No caso da demolição, em especial, antigos moradores do cortiço foram construir suas moradias de madeira no morro com autorização de Barata Ribeiro, prefeito da época, assim legitimando o processo de expulsão de moradores do asfalto e fazendo a divisão entre o asfalto e a favela (Vaz, 1994).Segundo a autora, o surgimento das favelas está estritamente interligado à política de controle de saúde pública contra a permanência dos cortiços. Vejamos a figura 3.



Figura 3 - A imagem retrata Oswaldo Cruz, que na época, em 1903, foi nomeado diretor geral da saúde pública pelo presidente da Rodrigues Alves. Essa imagem retrata a população do morro da favela como foco de piolhos

Fonte: Rio Memórias

No que se se refere à origem do termo “favela”, segundo Gonçalves (2013), este remonta à guerra de Canudos, pois naquela região do Sertão do estado da Bahia existia uma planta chamada favella, que cobria as partes do relevo mais alto nas regiões do Nordeste e do Sudeste. Os soldados que voltavam da guerra ocupavam o Morro da

Providência, por conta da sua localização: “se encontra atrás do prédio do antigo Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Em alusão à campanha militar, o morro passou a ser conhecido como “Morro da Favella” (GONÇALVES, 2013, p. 44).

Cada vez mais as favelas passaram a ser ocupadas pelas camadas mais pobres da cidade, pois a parte que habitavam foi revitalizada, ou seja, ganhou infraestrutura e passou por diferentes processos urbanísticos. Com isso, a população mais pobre não conseguiu se manter e acabou sendo expulsa para áreas mais afastadas e com infraestrutura precária (figura 4). Campos (2010, p. 52) afirma que a “Revitalização de uma área expulsa moradores antigos”.



Figura 4 - Charge crítica sobre o processo de gentrificação

Fonte: Courb, 2017

O “bota abaixo” instituído pelo prefeito da época Francisco Pereira Passos no século XX, foi um exemplo de gentrificação, ou seja, modernização de uma área que faz com que antigos moradores não consigam se manter, geralmente a área ganha uma infraestrutura que é incompatível com a situação financeira dos antigos moradores e esses se veem expulsos. Os cortiços foram demolidos e seus moradores expulsos dando lugar a uma reforma urbanística no Rio de Janeiro, inspirada nas ruas parisienses, pois o Rio estava recebendo muitos imigrantes naquele tempo, e não era de bom tom ter lugares na cidade que não estivessem de acordo com os padrões europeus da época.

A reforma Pereira Passos (1857 a 1860) tinha como lema demolir, revitalizar e civilizar. Com isso, uma enorme quantidade de cortiços, casas de cômodos e antigos casarões foi demolida dos arredores do centro da cidade, justamente para que se pudesse manter a ordem. Muitas pessoas foram prejudicadas, ficando sem lugar para morar e perdendo seus patrimônios (figura 5).

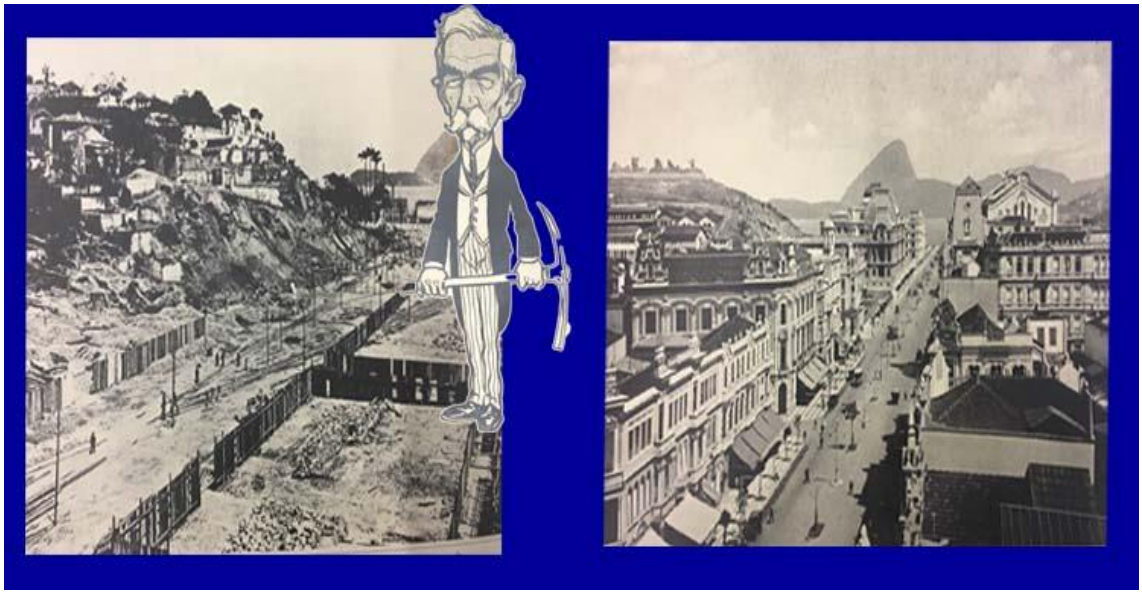


Figura 5 - Reforma Pereira Passos, exemplo de reforma urbana do Rio de Janeiro no século XX

Fonte: Que República é Essa, 2020

Com todas essas reformas realizadas na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX e início do século XX, moradores que habitavam os cortiços foram expulsos de suas casas e tiveram que buscar estratégias de moradias. Alguns partiram para o subúrbio, outros se esconderam em cortiços que não foram demolidos e enfim muitos foram ocupar os morros da cidade (GONÇALVES, 2013).

> Como já havíamos mencionado, a representação social das favelas associou de forma sistemática seus moradores à figura de invasores. A despeito da tolerância, as representações sociais das primeiras favelas já eram fortemente negativas. Estas não eram consideradas como parte da cidade. Ou, como respondeu o ex-praça do batalhão de engenheiros, quando perguntado pelo jornalista se aparece muita gente no Moro da Babilônia: “Aqui? Vosmecê não vê que isto tá fora do mundo? (GONÇALVES, 2013, p. 58).

Até hoje as favelas são vistas como um território ilegal na cidade do Rio de Janeiro, o que gera o estigma de sua criminalização e de seus moradores. Fugindo do senso comum, devemos evitar esse preconceito, uma vez que o crime não é uma situação exclusiva do território de favela, na verdade ocorre em qualquer espaço da cidade. Da mesma forma, não só existem pessoas fora da lei nas favelas; essas se encontram em qualquer parte da cidade. Isso é um grande preconceito que temos desses territórios construídos ao longo dos anos.

1.2 Breve histórico sobre os Censos nas favelas Cariocas

Com o avanço das regiões ocupadas por favelas no Rio de Janeiro, viu-se a necessidade de realização de levantamento demográfico, social e econômico desses territórios. Os primeiros censos sobre as favelas cariocas surgiram nas décadas de 1940 e 1950, época em que as imagens retratadas eram de desordem e ilegalidade, assim como de diversos problemas sanitários desde sempre presentes. Com o surgimento dos censos, esses territórios começam a atrair novos olhares, e cresce o interesse no conhecimento e estudo, por meio de pesquisas quantitativas, do número de habitantes e dos problemas de infraestrutura, saneamento básico, eletricidade, construção de casas, além de outras questões.

Podemos observar que os censos tiveram um grande papel em evidenciar as desigualdades existentes nesses territórios, assim como em pensar formas, junto ao poder público, de melhorias para a população. No entanto, também é importante ressaltar que o crescimento das favelas aponta para uma série de problemas sociais e econômicos que afetam a cidade. De acordo com Oliveira (2021),

> os primeiros censos de favelas, sob a influência do IBGE, foram produzidos na conjuntura do pós-guerra e nos embates sobre a política urbana no Rio de Janeiro. Diante da politização da questão das favelas, o prefeito Ângelo Mendes de Morais (1947-1951) solicitou ao diretor da seção de estatística do Distrito Federal um trabalho para o esclarecimento do problema das favelas. Dessa demanda, surgiu o inquérito intitulado *Censo das Favelas - aspectos Gerais,* coordenado pelo engenheiro-geógrafo Major Durval Magalhães Coelho. Ele era membro do Conselho Nacional de Geografia, assim como representante do Departamento de Estatística e Geografia do Distrito Federal. Em 1950, o Serviço Nacional de Recenseamento elaborava o censo demográfico brasileiro e, em vista do debate da questão das favelas no Rio de Janeiro, publicou-se um censo especializado sobre o tema, coordenado pelo

> engenheiro-geógrafo Alberto Passos Guimarães. Em 1960, Rômulo Coelho também se encarregou de coordenar a realização do censo no âmbito do Serviço Nacional de Estatística (OLIVEIRA, 2021, p.6).

O censo de 1948 gerou um debate sobre quais habitações seriam denominadas como favelas. Seriam aquelas sem nenhum tipo de infraestrutura ou aquelas que apresentavam alguma infraestrutura? Seriam somente lugares com barracões ou lugares que tinham casas de madeira? Em 1950, Alberto Passos Guimarães[8] instituiu que seriam habitações em desordem, com pouco ou nenhum espaço entre si e com ou acima de 50 domicílios, construídos em terrenos ilegais, e assim se construiu pelo censo o conceito de que tipo de habitação poderia ser denominado de favela.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as favelas são classificadas como Aglomerados Subnormais[9], assim como outras formas de moradias consideradas informais ou irregulares. Para essa denominação, são levadas em conta algumas questões como: falta de infraestrutura, saneamento básico, água tratada, coleta de lixo e energia elétrica, forma irregular dos domicílios, casas juntas, falta de calçadas e construções de casas em terrenos irregulares sem registro do imóvel.

Em relação ao termo *Aglomerados Subnormais*, foi realizado entre os dias 25/09 e 29/09 o primeiro Encontro Nacional de Produção, Análise e disseminação de Informações sobre as Favelas e comunidades Urbanas do Brasil em Brasília (DF), cujo objetivo era debater a razão da utilização desse termo para a denominação das favelas pelo IBGE. Estiveram presentes diversos especialistas do IBGE e os representantes de frentes de resistência nas favelas como: Central Única de Favelas (CUFA), Observatório de Favelas, Observatório das Metrópoles do Museu das Favelas e pesquisadores de universidades, organizações da sociedade civil, representantes do Governo Federal e Ministério Público.

---

[8]"Alberto Passos Guimarães, alagoano, nascido em Maceió em 16 de abril de 1908, foi um ensaísta brasileiro autodidata. Guimarães precisou deixar a escola aos nove anos para ajudar o seu pai. Todavia, nunca deixou os estudos e tornou-se escritor de grande relevância na cena cultural brasileira". Fonte: (Oliver, NPC, s.a, s.p). Trabalhou no IBGE no ano de 1949.

[9]Estudo realizado pelo IBGE em 1953 "As Favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950". Pela primeira vez, se realizou um estudo sobre as ocupações irregulares (públicas ou privadas). Na época, o Distrito Federal era o Rio de Janeiro, a capital da República. O termo Aglomerados Subnormais de 1987 foi definido por governos e especialistas e passa a ser utilizado na definição dessas áreas.

No encontro, discutiu-se o quanto a denominação “Aglomerado Subnormal” constrói narrativas e reforça a ideia de territórios ligados à pobreza, à desordem, à ilegalidade e à marginalidade e o quanto essa visão prejudica os moradores desses lugares. Pensou-se primeiramente em substituir por “favelas e assentamentos populares”, mas esse termo não ficou acordado, já que os assentamentos estão ligados ao campo e o termo não estabeleceria a representatividade necessária.

O coordenador de Geografia Cayo Franco analisou esse encontro como um grande ganho em pensar as favelas para o IBGE e afirmou que o termo “Aglomerado Subnormal”, não seria utilizado no Censo 2022 para definir esses territórios, mas a nova nomenclatura ainda estaria em processo de estudo e análise. As propostas deveriam ser levadas à instância decisória do IBGE para aprovar uma nova nomenclatura e utilizá-la na divulgação dos resultados do Censo 2022.

Utilizamos na dissertação dados do site do IBGE do Censo de 2010, pois os de 2022 ainda não estavam todos liberados até a conclusão. No estado do Rio de Janeiro temos o total de 1.332 aglomerados subnormais, que estão localizados nos 42 municípios (tabela 1). Esses aglomerados se localizavam no Rio de Janeiro, “as ocupações mais antigas situavam-se na área central e nos bairros mais próximos ao centro da cidade, onde se concentra a maior oferta de trabalho[10]”.

[10] Agência de notícias. (IBGE, 2013)

Tabela 1 - Apresenta o número de aglomerados subnormais por unidades federativas, número de municípios com aglomerados subnormais, de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais e população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais

Unidades da Federação	Número de aglomerados subnormais	Número de municípios com aglomerados subnormais	Número de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais
Brasil	**6 329**	**323**	**3 224 529**	**11 425 644**
Rondônia	25	1	12 605	47 687
Acre	16	2	10 001	36 844
Amazonas	121	24	89 933	381 307
Roraima	3	1	303	1 157
Pará	248	13	324 596	1 267 159
Amapá	48	6	23 909	108 086
Tocantins	6	1	2 097	7 364
Maranhão	87	5	91 786	348 074
Piauí	113	1	35 127	131 451
Ceará	226	14	121 165	441 937
Rio Grande do Norte	46	2	24 165	86 718
Paraíba	90	5	36 380	130 927
Pernambuco	347	17	256 088	875 378
Alagoas	114	12	36 202	130 428
Sergipe	46	4	23 225	82 208
Bahia	280	10	302 232	970 940
Minas Gerais	372	33	171 015	598 731
Espírito Santo	163	10	70 093	243 327
Rio de Janeiro	1 332	42	617 466	2 023 744
São Paulo	2 087	60	748 801	2 715 067
Paraná	192	13	61 807	217 223
Santa Catarina	74	15	21 769	75 737
Rio Grande do Sul	223	23	86 478	297 540
Mato Grosso do Sul	8	2	1 879	7 249
Mato Grosso	14	2	16 472	56 982
Goiás	12	4	2 431	8 823
Distrito Federal	36	1	36 504	133 556

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Fonte: IBGE, 2013

O município do Rio de Janeiro é dividido oficialmente pelo Instituto Pereira Passos IPP-RIO em 33 RA (Regiões Administrativas). Em 2010, por meio do Censo, constatou-se que todas elas possuíam favelas, porém a distribuição (quantidade) da população que vive nas favelas nestas regiões é diferenciada. Segundo a tabela abaixo, veremos que algumas Regiões Administrativas possuem um maior contingente da população vivendo em favelas do que outras. Analisemos a seguir os dados retirados deste apontamento do IPP-RIO, com base no Censo 2010 (tabela 2).

Tabela 2 - Apresenta cada Região Administrativa do Rio de Janeiro apontando a população localizada em favelas nessas regiões

Regiões Administrativas	População Residente/ Favela Proporção
Centro	108/0, 01%
Jacarepaguá	177.837/12,3%
Bangu	95.518/6,6%
Pavuna	95.065/6,6%
Complexo da Maré	75.720/5,2%
Rocinha	69.356/4,8%
Ilha do Governador	67.084/4,6%
Campo Grande	65.404/4,5%
Complexo do Alemão	60.500/4,2%
Santa Cruz	54.853/3,8%
Méier	54.831/3,8%
Barra da Tijuca	54.401/3,8%
Ramos	53.236/3,7%
Madureira	50.133/3,5%
Penha	47.710/3,3%
Vigário Geral	40.783/2,8%
São Cristóvão	40.250/2,8%
Jacarezinho	33.836/2,3%
Vila Isabel	30.695/2,1%
Guaratiba	30.387/2,1%
Irajá	29.527/2,0%
Realengo	28,577/2,0%
Rio Comprido	28,021/1,9%
Tijuca	28.004/1,9%
Anchieta	25.080/1,7%
Inhaúma	21.250/1,5%
Portuária	21.168/1,5%
Lagoa	19.002/1,3%
Botafogo	14.998/1,0%
Santa Tereza	12.841/0,9%
Copacabana	12.094/0,8%
Cidade de Deus	4.596/0,3%
Paquetá	908/0, 1%
Total	1.443.773/100,0%

Fonte: Cavallieri e Vial (2012)

O Censo de 2010 destacou as 10 maiores favelas do município do Rio de Janeiro. A maior parte delas está agrupada na categoria de complexos, segundo a classificação do Programa Morar Carioca[11], realizado em 2009. Dentre essas maiores, somente a que não

[11]Esse programa constitui uma gentrificação, ou seja, modificação das favelas em questões como: sustentabilidade, habitação e urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o Ministério das Cidades. Este programa foi criado em 2009. (RIO PREFEITURA, 2023)

está agrupada ao complexo é a Rocinha (essa é considerada um bairro, segundo a prefeitura do Rio de Janeiro), situada na AP 2 (Áreas de Planejamento). Vejamos a tabela 3 a seguir, que aponta as maiores favelas.

Tabela 3 - Apresenta as 10 maiores favelas do município do Rio de Janeiro

Favelas	Região Administrativa	AP	População IPP 2010
Rocinha	Rocinha	2	69.161
Complexo da Maré	Complexo do Alemão	3	64.094
Complexo de Rio das Pedras	Jacarepaguá	4	63.484
Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	3	60.583
Complexo da Fazenda Coqueiro	Bangu	5	45.415
Complexo da Penha (Vila Cruzeiro)	Penha	3	36.862
Complexo do Jacarezinho	Jacarezinho	3	34.603
Complexo do Acari	Pavuna	3	21.999
Complexo de Vigário Lucas	Vigário Geral	3	20.570
Complexo do Bairro da Pedreira	Pavuna	3	20.515

Fonte: Cavallieri e Vial (2012)

De acordo com o estudo que o IBGE realizou em 2009 para o censo 2010 sobre os aglomerados subnormais, as favelas cariocas estão na estrutura de padrões urbanísticos de três ou mais pavimentos (figura 6), sem muito espaço entre as construções, que se localizam desde as partes médias e altas do relevo e que apresentam vielas estreitas que dificultam a circulação de três ou mais pessoas ao mesmo tempo.

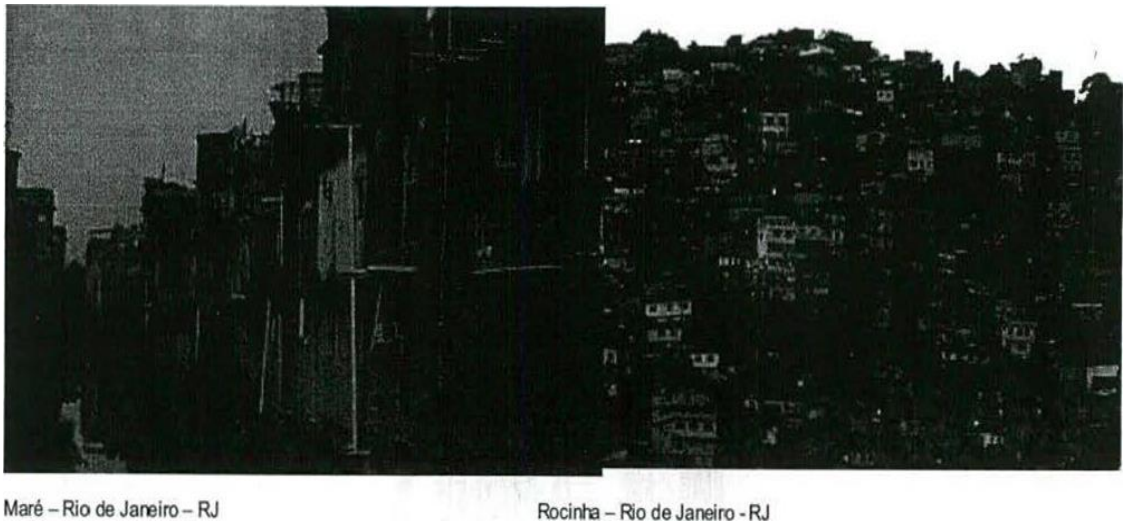


Figura 6 - Questões urbanísticas, favelas com três ou mais pavimentos

Fonte: IBGE, 2009

Outro fator relevante quando estudamos as estruturas das favelas cariocas é a declividade, porém é importante ressaltar que algumas são planas, como por exemplo o Complexo da Maré e a Cidade de Deus. Aquelas com elevada declividade, apresentam um grande problema, principalmente nos verões cariocas, quando a quantidade de precipitação é bem volumosa e essas áreas acabam sofrendo muito com desmoronamentos de terra, que acabam acarretando mortes e perdas materiais. (figura 7).

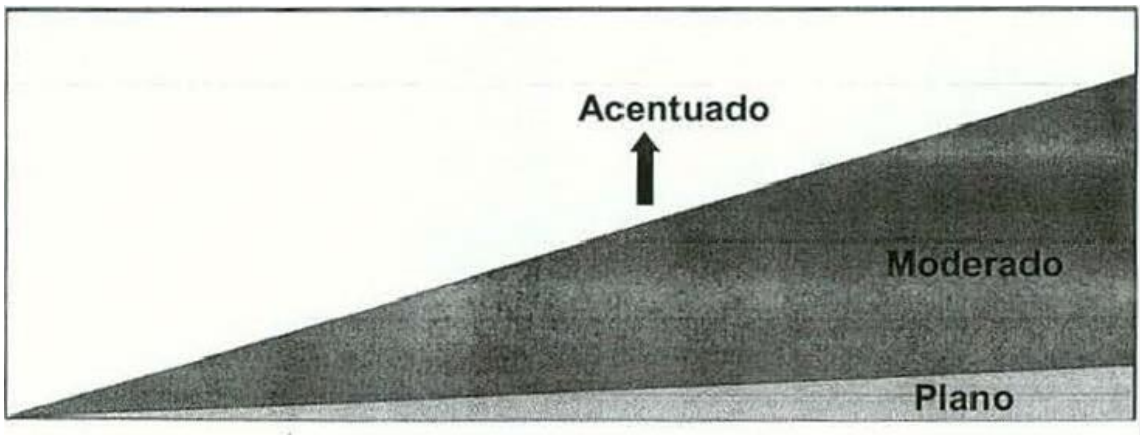


Figura 7 - Questão da declividade das favelas

Fonte: IBGE, 2009

Como já mencionado, não podemos negligenciar inúmeros problemas existentes nas favelas. Há muitas dificuldades e carências, como o acesso à água, à luz, a existência de casas construídas em lugares perigosos com risco de desabamentos e, por isso, devemos ressaltar e enfatizar a necessidade de políticas públicas efetivas nesses territórios que poderão viabilizar melhores condições de vida para as pessoas.

Um fator muito interessante sobre o Censo das favelas foi que o complexo da Maré, em 2010, teve o primeiro censo organizado através da parceria de 16 associações de moradores locais, Observatório de Favelas, Rede da Maré e organizações sociais. Eles realizaram um recenseamento em cada favela dentro deste complexo para pressionar o poder público, neste caso a prefeitura do Rio de Janeiro, levando-a a perceber as reais necessidades destes territórios.

Os moradores eram os recenseadores que faziam perguntas buscando entender o que cada morador gostava e esperava que melhorasse em cada favela dentro do complexo.

> A visão panorâmica e conservadora sobre as favelas é responsável por representações estereotipadas que são incapazes de traduzir a complexidade destes espaços populares. Entretanto, quando olhamos com mais atenção para a intensa vida social presente nas favelas, percebemos códigos, marcações e práticas de sociabilidade que configuram significados próprios e que explicitam modos de regulação particulares da vida social em conjunto. (CENSO DE EMPREENDIMENTOS MARÉ, 2014).

Por que o Censo Maré existe, veja citação a seguir:

> O intuito maior que rege essa iniciativa é materializar – por meio de vivências, reflexões e construção de metodologias – ações integradas e abrangentes que ampliem os campos de possibilidades sociais e de direitos dos moradores de favelas e periferias. Nesse sentido, como os dados oficiais produzidos até o momento não são suficientes para expressar as reais necessidades e reflexões desses moradores, o propósito de realizar o Censo Populacional da Maré não foi o de repetir o Recenseamento do IBGE e, tampouco, confrontar resultados, mas ser um facilitador desse intuito maior. (CENSO MARÉ, 2019).

No Censo Maré, perguntou-se quantas pessoas moravam em cada casa, se tinham energia, o nível de escolaridade de cada morador, enfim levantamentos mais específicos, abordando a realidade dessa população em busca de melhorias nas condições sociais. Na Maré temos o predomínio da etnia parda, e mais da metade da população compreende a faixa etária jovem. Vejamos na imagem 8 as identificações étnico-raciais e na imagem 9 as faixas etárias que predominam nesse complexo:

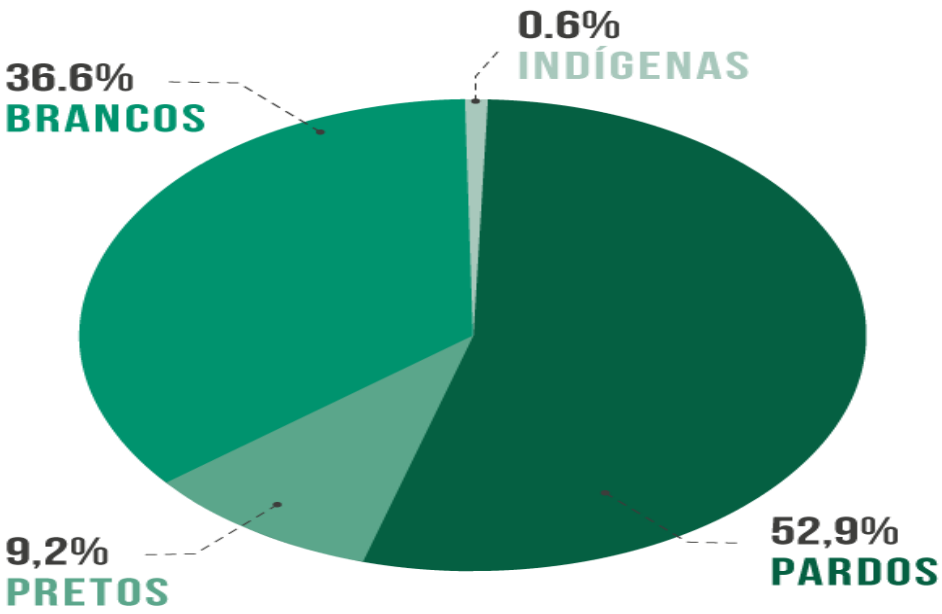


Figura 8 - Gráfico de identificação étnico-racial na Maré

Fonte: (REDES DA MARE, s.d)

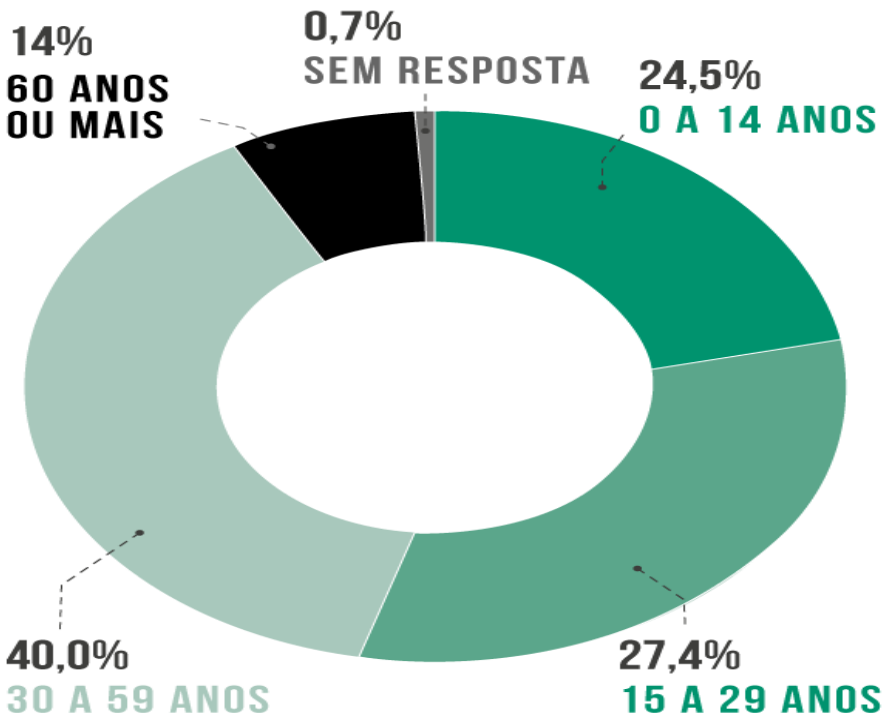


Figura 9 - Gráfico de faixa etária na Maré
Fonte: (REDES DA MARE, s.d)

Entendemos a necessidade do Censo para essas favelas, pois ele retrata de forma bem específica e minuciosa a organização da população, o que facilita o desenvolvimento de políticas públicas para o território, buscando sanar as reais necessidades da população. A importância de estudar as favelas é perceber que cada uma possui uma especificidade, sendo bastante heterogêneas. O censo realizado na Maré e pelo IBGE nos faz refletir sobre várias questões do cotidiano e organização desses territórios, e as demandas que precisam ser realizadas atendendo às populações que vivem nas favelas.

1.3 A favela vive e resiste

Apesar dos vários problemas, a favela é viva e repleta de potencialidades que costumam ser ignoradas, em especial pelas autoridades e pelo poder público. A falta de atenção dada à resolução dos problemas e atenção às necessidades básicas da população,

juntamente com a costumeira desvalorização dos saberes periféricos fazem com que a favela só seja olhada quando se entende que precisa ser escondida.

Foi o que aconteceu mais evidentemente, por exemplo, entre os anos de 2014 e 2016, quando o Rio de Janeiro recebeu eventos internacionais de grande importância. A realização da Copa do Mundo, das Olimpíadas e da Paralimpíadas movimentou as autoridades na intenção de mascarar a cidade, de esconder aquilo que é considerado indesejado, no caso, as favelas e sua população. Apontamos, pois, especificamente para a atuação do *Google Maps* e suas intervenções invisibilizadoras.

A luta cotidiana do favelado também tem a ver com a afirmação de sua existência. A invisibilidade a que é submetido com frequência, sendo jogado para as margens da sociedade, inclusive no seu apagamento do mapa de modo literal, coincide com as suas estratégias de sobrevivência, reinvenção e de visibilidade.

> A favela se agita e se desloca, aprimora-se e transforma-se. Empenha-se em exercícios estéticos e educativos, no beco, na viela, na laje da qual observa o mundo. Por vezes, tão rapidamente que se torna ainda mais invisível aos olhos do asfalto. Por vezes, devagar, mas num movimento de volume, em que os passos, ainda que curtos, fazem avançar ao mesmo tempo o coração e a mente de milhões de pessoas. Se a favela se reinventa, empurra o novo – inexoravelmente – para o resto da cidade. Ela aprende e ensina (MEIRELLES, 2014, p. 117).

A favela faz parte da cidade, os favelados produzem e resistem. A própria origem das favelas assim se apresenta, pois apesar dos interesses socioeconômicos de diferentes elites que buscavam e buscam controlar os fluxos da população da favela pela cidade através de estratégias intervencionistas variadas, a favela é força produtiva, é afirmação da vida.

Um bom exemplo é o Observatório de Favelas, que foi fundado em 2001. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com sede no Conjunto de Favelas da Maré, que há 22 anos luta por buscar a visibilidade dos territórios de favelas e dos favelados. Seus organizadores afirmam que acreditam:

> Na centralidade política da cultura e da arte para a construção de um projeto transformador da cidade. Esse é o eixo mais recente de nossa atuação pública, cujos projetos se construíram a partir do entendimento de que práticas culturais e artísticas podem nos levar ao fortalecimento da democracia e à redução de desigualdades. Neste sentido, nossas iniciativas buscam impactar políticas públicas de arte e cultura, evidenciando favelas e periferias como territórios de formação, difusão, produção e mobilização criativas; ao mesmo tempo que afirmam linguagens artísticas diversas como ferramentas de visibilização de

> sujeitos, territórios e questões periféricas. (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2021).

O observatório de favelas realiza diversos projetos, como por exemplo o Imagens do Povo. Esse projeto é realizado desde 2004, e estimula fotógrafos populares a registrarem imagens do cotidiano dos moradores de favelas, buscando uma visão crítica e respeitando a cultura do local. Esse e diversos outros são realizados na organização, com o objetivo de promover melhor qualidade de vida para os moradores desses territórios.

Na entrevista retirada do podcast do dia 30 de junho de 2023 *Juventude periférica e desafios de ingresso no mercado de trabalho*, no site https://observatoriodefavelas.org.br/, na série "FavelaPOD Democratizar", Gelson Henrique[12] e João Saraiva[13] discutem os desafios da juventude periférica para adentrar no mercado de trabalho. Abordamos essa entrevista porque o jovem periférico enfrenta muitas dificuldades para conquistar o primeiro emprego, muitas das vezes por parte do preconceito de empresários de empregar essa mão de obra apenas por seu local de moradia.

Vejamos alguns trechos desse podcast:

> **Pergunta:** Nas perspectivas de vocês e a partir das suas trajetórias, quais vocês consideram as principais barreiras que a juventude periférica enfrenta ao tentar ingressar no mercado de trabalho? Podemos começar com você, Gelson?
> **Gelson Henrique:** […] Existe uma etapa antes que eu acho importante nós estarmos olhando. É que antes de chegar a falta de emprego, chega a falta da vida. Ou podemos falar sobre encarceramento, sobre diversos outros pontos, entendendo inclusive que juventude e periferia não é só morte, não é só cárcere. Mas eu acho que é muito importante ressaltarmos isso aqui entendendo que em um podcast produzido pelas periferias é um ponto que precisa ser tratado. Então eu queria deixar salientado isso, mas também queria falar que muitos dos jovens de periferias estão em um subemprego. […] A iniciativa PIPA, no início desse ano lançou uma pesquisa chamada *Periferias e Filantropia – As barreiras de acesso aos recursos no Brasil*. Essa pesquisa é uma pesquisa nacional que a gente tem respostas de 607 organizações no Brasil inteiro em cinco regiões, periferias urbanas e rurais, em que foi apresentado um dado pra gente que a maior parte das pessoas que estão compondo organizações de periferias no Brasil, hoje, são jovens negros e majoritariamente mulheres. […] 89% dos gestores de organizações de periferias que responderam essa pesquisa apontam que têm um outro emprego para conseguir compor renda ou apenas

[12] Sociólogo e mestrando em Políticas Públicas, coordenador executivo na Iniciativa PIPA, promove a inclusão social de comunidades em vulnerabilidade social.

[13] Mestre em Relações Internacionais na linha de Desenvolvimento e Desigualdades Internacionais (PUC-MG), assessor de políticas de combate à pobreza na Secretaria de Estado de Desenvolvimento social". (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2021)

> pegar essa renda e gerar para dentro da organização. Ou seja, você está falando de jovens que estão no mínimo em jornada dupla. […] 92% das organizações de periferias hoje não possuem uma pessoa contratada por CLT. Quais são as condições de trabalho que estão sendo dadas para essa juventude de periferias que está encabeçando e capando o cenário e ecossistema de organização social no Brasil? […]
> **Pergunta:** O acesso à educação e à formação profissional é uma das principais estratégias para melhorar a empregabilidade dos jovens. No entanto, segundo o Instituto Ayrton Senna, 28% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos não estão matriculados no Ensino Médio. Pensando nisso, João, qual é a importância da educação e da qualificação profissional para incentivar a empregabilidade entre a juventude das periferias?
> **João Saraiva:** Educação como um todo é essencial. […] Nesse mundo do futuro do trabalho, em um momento que a gente começa a falar sobre chat GPT, sobre inteligência artificial, essa educação profissional é um trabalho que vai durar ainda. A evolução das máquinas não vai substituir essa mão de obra, mas é muito difícil esse jovem conseguir acessar, de fato pela falta de oportunidades. A educação vem para romper com isso tudo, porque além desse conhecimento técnico, estar ali com a pessoa que vai ser sua formadora, sua professora, seu professor… Essa pessoa também abre oportunidades. Quando a gente está pensando no "sistema S", SEBRAE, SENAC e tudo mais, a gente está pensando sobre pessoas e instituições que também vão criar meios, caminhos e vias para que esse jovem consiga ter empregabilidade. […] Não é que não existam instituições, não é que não existam oportunidades. A oportunidade existe, mas quem está acessando? [14][…].

O podcast apresenta os desafios da população jovem e periférica que aborda a realidade de muitas famílias das favelas, com jovens excluídos do mercado de trabalho, gerando fome e vulnerabilidade social. Campos (2010) evidencia que "o fazer a cidade" diz respeito aos grupos "representativos" na ideia do autor, ou seja, grupos que influenciam economicamente e socialmente numa sociedade. Esse fazer a cidade se estabelece na produção do espaço, por exemplo, de áreas onde as pessoas têm maior poder aquisitivo recebem do poder público todo o tipo de infraestrutura, garantindo o bem estar daquelas pessoas, e de áreas onde as pessoas possuem menor poder aquisitivo, são esquecidas pelo poder público e consequentemente são mais vulneráveis à violência, falta de infraestrutura, saneamento básico e outras questões.

Esses grupos de menor poder aquisitivo, na visão de Campos (2010) são denominados como grupos de "minoria", onde o "papel" dessas pessoas é o de coadjuvante das escolhas realizadas por grupos de maior "representação". Vejamos a seguir alguns projetos realizados por moradores que buscam mostrar sua forma e romper

[14]Entrevista transcrita do podcast e retirada do site do observatório de favelas.

com estigmas em torno de si e da favela, como aqui já mencionamos. Vejamos a figura 10:

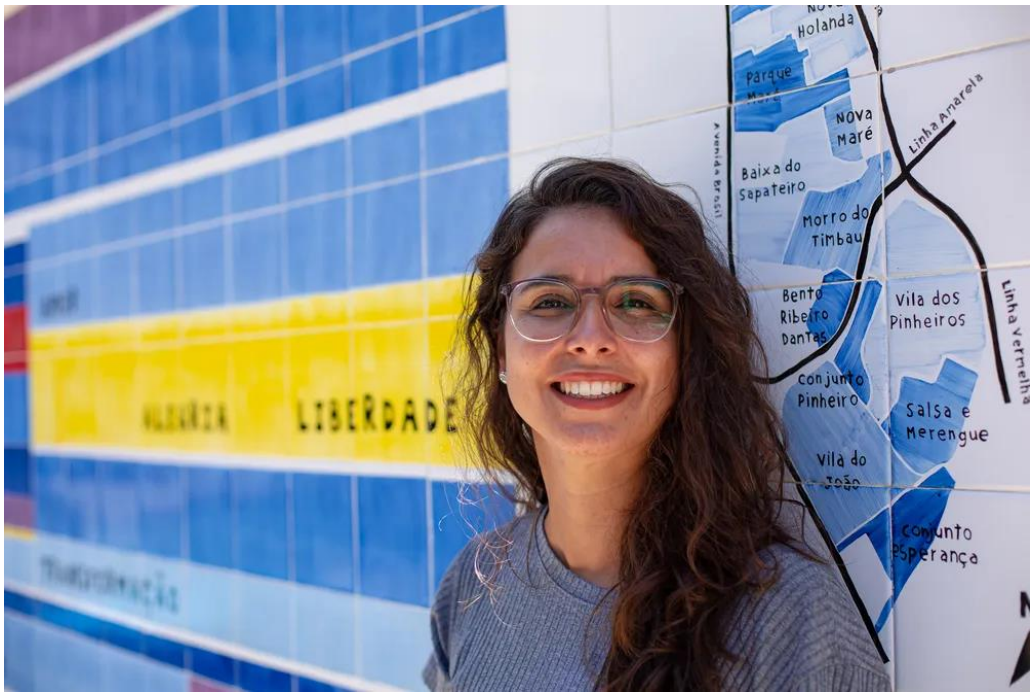


Figura 10 - Mariana Aleixo fundadora da Maré dos Sabores

Fonte: Revista pequenas empresas grandes negócios. (SCHUCK, 2023)

Projeto criado em 2010 por Mariana Aleixo, o Maré dos Sabores tem o objetivo de fornecer formação gastronômica para mulheres, de modo que possam gerar renda, se manter e sustentar a família. Vejamos a seguir, a citação em que a criadora fala mais sobre esse propósito:

> Buscamos gerar trabalho e renda para as mais de mil mulheres formadas e fazer circular pela cidade do Rio de Janeiro a cultura gerada dentro da favela da Maré, inclusive a comida, que tem influência de diferentes estados nordestinos, já que 25% da população da Maré tem origem no nordeste brasileiro. Na Maré, são muitas barreiras de acesso educacional e de formação que precisamos superar para a consolidação e ampliação do nosso trabalho no território. Além disso, é necessário conciliar o papel de mãe, filha e irmã e ainda o trabalho doméstico (SCHUCK, 2023).

Temos o projeto revolusolar de uma Organização não governamental que atua desde 2015 na favela da Babilônia no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover acesso à energia renovável no caso a solar para moradores dessa favela, barateando essa energia e reforçando a necessidade de práticas sustentáveis. Vejamos a figura 11 que apresenta os painéis de energia solar e a figura 12 que apresenta a imagem de pessoas que o projeto

capacita para serem eletricistas e instaladores de painéis, visando inserir essas pessoas no mercado de trabalho e gerar empregos de qualidade.



Figura 11 - Painéis solares na favela

Fonte: (REVOLUSOLAR, s.d)



Figura 12 - Capacitação de pessoas para que consigam estar no mercado de trabalho

Fonte: (REVOLUSOLAR, s.d)

Vamos analisar o Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR), um dos projetos mais antigos da Rocinha, que existe há quase 30 anos. Ele tem por objetivo promover estudos e o ingresso dos moradores da favela nas universidades. As aulas são ministradas por voluntários e o projeto é mantido por doações (figura 13).



Figura 13 - Aula no pré-vestibular comunitário da Rocinha
Fonte: O Globo (COSTA, 2018)

Esses projetos apresentam a força da favela e de seus moradores, e geram dignidade, oportunidades e infraestrutura. Assim, vemos a favela cada vez mais viva, com grupos excluídos durante anos do fazer a história Campos (2010) podendo resistir e evidenciar a sua própria história. Essas Ongs favorecem grandes oportunidades de melhores condições de vida para essas pessoas.

1.4 Como a mídia retrata a favela

A mídia diariamente vincula a favela a situações de crime, operações policiais e tráfico. Não é comum vermos questões positivas sobre a favela em matérias na TV. A imagem a seguir (figura 14) foi uma reportagem do G1, que retrata uma cena relacionada à chacina orquestrada por policiais no Complexo do Alemão, onde frequentemente há notícias de operações policiais resultando em mortes.



Figura 14 – Moradores[15] do Complexo do Alemão transportam corpos após operação policial, no Rio de Janeiro

Fonte: Ricardo Moraes/Reuters. G1 reportagem

Essas reportagens reforçam o estigma da favela como território de violência, e fazem com que esse seja o retrato que a sociedade possui dessa área, naturalizando o terror e o horror. A favela é um espaço segregado na cidade e acrescentemos que também é marginalizado por isso. Campos (2010) faz uma analogia ao comparar o quilombo à favela, ambos espaços estigmatizados ao longo da história e segregados pelo poder público, seja esse poder na época imperial ou em formas mais atuais de poder, como o municipal.

Neste sentido, o Estado brasileiro costuma agir através de uma política que permite a violência de acordo com um projeto de extermínio contra a ilegalidade. Na verdade, esse projeto de combate à violência gera mais violência nas favelas cariocas, de acordo com o Instituto fogo cruzado em mais de seis anos, no período de julho de 2016 e novembro de 2022, mil pessoas foram mortas ou feridas por conta de balas perdidas e intervenções policiais. Dentre esse número, 229 morreram e 771 sofreram ferimentos. As ações violentas nas favelas, são legitimadas em alguns momentos pelo poder público, pois estão combatendo a criminalidade.

[15] "Estudo diz que 86% dos mortos em ações policiais no RJ são negros, apesar do grupo representar 1,7% da população" 2020. G1 (ALVES, 2021).

> A diretora de Dados e Transparência do Instituto Fogo Cruzado, Maria Isabel Couto, chamou atenção para o elevado número de vítimas durante ações policiais. Dos mil baleados, 624 foram atingidos na presença de policiais, e 162 deles morreram. Para a diretora, as ações e operações obedecem uma lógica de conflito. “As polícias não estão preparadas para evitar conflitos, e isso se reflete no número elevado de vítimas de balas perdidas", disse Maria Isabel (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

A figura 15 retrata uma operação policial de combate à ilegalidade, deixando 23 mortos na Vila Cruzeiro em data 2022. Vemos, neste caso, o poder público agindo para remover parte da população da cidade, negra e favelada. O Estado age com violência e opressão com os mais pobres Abreu (2019). Essa marginalização dessa população da favela fomenta os apagamentos, seja numa abordagem policial nas favelas ou nas intervenções nos mapas deste território.



Figura 15 - Vítima de operação com mais de 20 mortos na Vila Cruzeiro, no Rio, chega ao hospital Getúlio Vargas

Fonte: REUTERS/Pilar Olivares

Como já discutimos, a mídia reforça a visão negativa sobre a favela, o que faz com que esses territórios sejam cada vez mais invisibilizados na cidade. Esses apagamentos são propositais e são realmente realizados, pensados e arquitetados pelo poder público. Quando se tem a ordem de estabelecer a segurança, policiais entram numa favela sem se preocupar em preservar a integridade dos moradores, constituindo-se, assim, numa política de extermínio.

Entendo que a real intenção é aniquilar esses territórios, nem que para isso se extermine quem ali habita. Deste modo, o apagamento já ocorre na realidade, e chega na

representação (mapa). Mbembe (2018) relata a questão da política da morte intitulado por ele como necropolítica, e da vulnerabilidade de corpos, a partir da qual existem corpos marcados para morrer, neste caso corpos negros favelados.

Guimarães (2014) destaca que para toda a cidade do Rio de Janeiro existe um planejamento urbano, porém em algumas áreas de grande vulnerabilidade social, esse planejamento não chega para atender essas populações. Muitas vezes, a atuação de projetos nas áreas de favela visa excluir mais as pessoas que moram nesses territórios, já que geram criando especulação imobiliária, afastando antigos moradores.

Em meados dos anos 1990, a prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão de César Maia implementou o programa Favela-Bairro[16]. O objetivo era fornecer infraestrutura nas favelas do Rio de Janeiro. O projeto foi idealizado pela prefeitura do Rio e não tinha o caráter de revitalizar esses territórios e expulsar os moradores, e sim estabelecer saneamento, coleta de lixo, energia, água tratada e casas com infraestrutura nas construções. Esse programa gerou revoltas na época por parte de moradores cariocas, vejamos a seguir:

> Lenta e inexoravelmente vamos perdendo nossos espaços com as favelas-bairro. Eles podem tudo, com a conivência e a complacência das autoridades (...). Brevemente abandonaremos nossos lares e a eles entregaremos nossos bens que tanto lutamos para conquistar. Favela não se urbaniza! Favela se erradica. (O GLOBO apud BRASILEIRO; DUARTE, 2015).

A questão de a favela ser vista como território da violência permeia o pensamento de alguns moradores da cidade, e para algumas pessoas esses territórios não devem ter melhorias, e sim deixar de existir. O que deve ser realizado é a expulsão dos moradores de favela. Vejamos outro relato da época:

> (...) nossa cidade está se transformando numa 'Cidade-Favela' e a Tijuca é o protótipo do 'Bairro-Favela'. Existem favelas por todos os lados, crescendo com a total conivência das autoridades municipais. A política iniciada no governo César Maia foi totalmente desvirtuada pelo atual prefeito (O GLOBO apud BRASILEIRO; DUARTE, 2015).

[16] Faziam parte do escopo do Favela-Bairro as elaborações dos seguintes projetos: abastecimento d'água, esgotamento sanitário, drenagem, viário, iluminação pública, coleta de lixo, edificações, áreas desportivas e de lazer, estabilização de encostas, comunicação visual, paisagismo, mobiliário urbano, serviços adicionais de geotecnia, serviços adicionais de topografia, alinhamento, informações fundiárias, folders, painéis de exposição e placas indicativas, além das especificações gerais, todos em fases de diagnóstico, plano de intervenção, anteprojeto e projeto executivo, de onde constam, além das disciplinas citadas acima, espaços para programas de geração de renda e avaliação de impacto ambiental nas comunidades (RIO DE JANEIRO, 1995, apud BRASILEIRO e DUARTE, 2015).

O programa tinha como objetivo transformar as favelas, fornecendo infraestrutura. Mediante a integração com a cidade, isso já gera um problema. O programa de infraestrutura da cidade não abrange a favela e precisa de um programa para que haja integração? Até que ponto o poder público tem interesse em melhorar esses territórios? Conclusão: muitas obras paradas, resistência de moradores ao redor das áreas de revitalização, resistência do tráfico em algumas favelas e falta de interesse do governo para concluir o projeto ao longo do tempo.

O início do programa foi promissor, muitas favelas receberam infraestrutura. Veja um exemplo, figuras 16.



Figura 16 - Favela Jardim Primavera antes e depois do projeto favela bairro

Fonte: Caos Planejado (SETTE, 2023)

Troca de gestão governamental e falta de interesse de investimento do governo, fizeram muitas obras estacionarem, ou seja, a falta de conservação fez com que muitas favelas voltassem ao processo inicial (figura 17 e 18).



Figura 17 - Favela Dois de Maio no Engenho Novo em pouco tempo teve problemas com o sistema de esgoto

Fonte: Caos Planejado (SETTE, 2023)



Figura 18 - Esgoto apresentando problemas na favela Dois de Maio em Engenho Novo

Fonte: Caos Planejado (SETTE, 2023)

O arquiteto que idealizou o projeto, Sérgio Magalhães, ao ser entrevistado em podcast em 2020, discorre sobre uma situação interessante:

> Vamos admitir fazer um paralelo singelo, paralelo muito simples. Nós temos uma favela, uma determinada comunidade, onde era raro ter infraestrutura. Nós a implantamos. Colocamos água, esgoto, drenagem, abrimos ruas, pavimentamos, criamos calçadas, iluminação pública, creche, escola, estação de tratamento de esgoto. Fizemos tudo isso. […] Então,vamos admitir que feito esses serviços e os dois razoavelmente equilibrados, o governo só fique na favela e não faça nada em Ipanema. Então, por exemplo, em Ipanema, o [sistema de] esgoto estragou e o esgoto não vai ser tratado. A lâmpada queimou e não se refaz a iluminação. Aí começa um cara construindo na calçada e o governo não faz nada. Mas o governo faz tudo isso na favela. Em quanto tempo a favela será Ipanema e Ipanema será a favela? (CAOS PLANEJADO, 2020)

Percebemos que Sérgio Magalhães deixa bem explícito a segregação dos territórios, ou seja, existem os que terão sempre a infraestrutura e a manutenção e outros que terão um projeto, mas sem um esforço de manutenção. Como no ponto de vista de Sérgio, Ipanema é mais importante que a favela, é óbvio que a prefeitura vai dar mais importância para solucionar os problemas que ocorrem nesses bairros em detrimento da favela.

Cruz (2020) salienta que o projeto de modernização do Rio de Janeiro está na questão de alterar e combater tudo que atrapalhe a fluidez da cidade, como por exemplo, o caso das favelas, que são vistas como obstáculo para o dito progresso pelas camadas mais abastadas e que para ser aceita precisa ser transformada em bairro ou se muda a nomenclatura comunidade.

> Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a "estigmatização do espaço" apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais (...) (CAMPOS, 2010, p. 63).

Cruz (2020) salienta que o Rio de Janeiro vive em uma lógica racista, elitista e desigual, e isso se configura numa disputa na cidade pelos diversos espaços vivenciados pelos indivíduos que a ela pertencem. No texto de Guimarães (2014), ele aponta que nessas áreas de favela temos os estigmas de "vagabundo, bandido e marginal" de seus moradores. Essa visão muitas vezes faz com que esses territórios sejam deixados de lado e excluídos das políticas públicas.

> A partir ainda das narrativas de reputação movimentadas na parte alta, observei que eram recorrentemente acionadas as figuras do "turista", do "político", do "traficante", da "prostituta", do "invasor" e do "malandro", fossem essas categorias tidas de forma positiva ou negativa, indicando as muitas conexões entre os espaços e habitantes do morro com os da Zona Portuária e da cidade. Ou seja, muitos mais conexões do que os planejadores urbanos da Prefeitura apresentaram na classificação da "organização comunitária" realizada durante o ProRio. (GUIMARÃES, 2014, p.118)

Os jornais online de grande circulação, os telejornais e os impressos, na maior parte, apresentam a favela como um território de criminalidade, o que gera uma "visão" negativa da favela, e assim, tenta-se de todas as formas acabar com esses territórios e expulsar os mais pobres nos processos de gentrificação que já mencionamos nesta dissertação. Ao longo dos anos existiram diversos projetos para melhorá-la em aspectos de infraestrutura que não foram concluídos pelo poder público, sendo algumas questões enfatizadas pela mídia, reforçando e retratando esses territórios como desordem e ilegalidade. "Neste sentido, nem só da 'piedade' alheia vivam os "pobres" e "desgraçados" moradores do morro do Pinto. Eles também eram capazes de incomodar. Neste caso, cabia à polícia intervir" (CRUZ, 2020, p. 36).

1.5 Discursos proferidos por representantes nas esferas municipal, estadual e federal sobre a favela

A invisibilidade que o poder público dá às favelas encontra justificativa no fato de que encaram esse território como uma parte da cidade que não deu certo e que precisa ser modificada:

> O primeiro prefeito do Distrito Federal (na época, o Rio de Janeiro), Cândido Barata Ribeiro, o mesmo que dá nome a uma das principais vias de Copacabana, exerceu papel importante nesse processo. Liderou, em 1893, forte investida contra as habitações populares, num tempo em que a cidade acolhia em seu bordado arquitetônico quase seiscentos cortiços, tetos para aproximadamente um quarto da população residente. O mais conhecido era o Cabeça de Porco, nas proximidades de onde hoje se situa o túnel João Ricardo, no bairro Gamboa. (MEIRELLES; ATHAYDE, 2014, p.43).

Sabemos que esse território precisa de recursos sim e melhor infraestrutura, a questão é a ajuda sempre caminhando junto a uma depreciação dessas áreas e de seus moradores. Como exemplo, vejamos o posicionamento de Crivella, ex-prefeito do Rio de Janeiro: "A ideia nossa é que as pessoas, quando passem na (Autoestrada) Lagoa-Barra, olhem para cá e tenham uma ideia de uma comunidade arrumada, bonita, de povo trabalhador, enfim. Hoje ela está muito, muito feinha" (G1, 2018).

A própria colocação do ex-prefeito de que a Rocinha "está feinha", já é uma depreciação desse lugar. Na época, Crivella afirmou querer pintar as fachadas dos prédios da Rocinha para causar uma boa impressão para quem circulasse na autoestrada Lagoa-

Barra. O discurso do ex-prefeito é problemático porque a mudança na favela não corresponde às de seus moradores, mas a uma questão de estética, a construção de uma cidade mais “glamurosa”.

Além das questões estéticas, há um desconhecimento geográfico de políticos, em relação à localização das favelas do Rio de Janeiro. No debate eleitoral de 2022 pela presidência do Brasil entre o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o candidato e ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, houve um discurso preconceituoso e discriminatório por parte deste último, já que Jair Messias Bolsonaro se referiu à favela como lugar de bandido, além do desconhecimento de geografia das favelas quando confundiu a favela do Complexo do Salgueiro em São Gonçalo com a favela do Complexo do Alemão na Zona Norte do Rio de Janeiro.

> Eu conheço o Rio de Janeiro, o senhor esteve no Complexo do Salgueiro. Não tinha um policial do seu lado, só traficante. Tanto é verdade sua afinidade com traficantes e bandidos que nos presídios do Brasil, cada cinco votos, você teve quatro votos" (UOL eleições, 2022).

Sabemos que o racismo está muito presente nas reformas urbanísticas, uma vez que o padrão a ser seguido nestas reformas é o de grupos hegemônicos que ditam as regras na sociedade por conta de seu poder econômico. Estes devem ser seguidos pela sociedade e imitados em todas as partes da cidade:

> Como a favela, ainda hoje, está umbilicalmente ligada à questão do “risco”, as classes dominantes criam, em cada momento, um discurso que vinha dando sustentação às suas práticas sócio-espaciais, baseando-se quase sempre nos ideários discriminatórios e segregacionistas. A questão da higiene foi fundamental para justificar a construção capitalista no espaço do Rio de Janeiro, colocando-se, em nome do bem comum (quase de todos), a necessidade de afastar da área central grande parte dos cortiços que abrigavam negros egressos da escravidão e, em menor proporção, outros segmentos sociais. (CAMPOS, 2010, p. 71).

Existe uma relação problemática entre o Estado e a favela, uma relação conflituosa que faz com que o poder público reforce os estigmas em relação a este território. Como nosso campo de estudo são os mapas, entendemos que as intervenções que foram realizadas nos grandes eventos foram direcionadas seguindo uma estrutura que fortalecia a invisibilidade da favela promovida e incentivada pelo poder público.

A intenção por partes dos grupos hegemônicos de excluir as favelas da cidade ficou mais evidente nesses momentos de grandes eventos no Brasil, precisamente na cidade do Rio de Janeiro, na Copa do Mundo (2014) e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

O poder público vê a favela como lugar da criminalidade, algo que deve ser combatido, e, portanto, acaba criando políticas de terror para as populações desses territórios. A criação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) no governo Sérgio Cabral, em 2008, tinha a intenção de aproximar a população do Estado (acabando com o crime organizado), porém esse projeto foi muito mal gerido.

A ação das UPPs nas favelas cariocas não levava em conta o bem-estar dos moradores de favela. Muitas vidas foram perdidas pelas mãos de agentes das UPPs no período em que a cidade sediou grandes eventos, como mencionamos anteriormente:

> De 2008 a meados de 2015, tem-se registro da instalação de 42 UPPs em comunidades da capital, cujos resultados geram opiniões nada consensuais: segundo o Estado, conseguiu-se pôr fim aos tiroteios, diminuindo-se os índices de violência; por uma ótica crítica, muitas vidas vêm se perdendo, como o comprovam os 2600 casos de homicídios cometidos por agentes do Estado entre novembro de 2008 meados de 2016; manifestações populares nas ruas, como a de junho de 2013, expressam a insatisfação diante de tal política do governo, que foi bastante incentivada pelo desejo de garantir a segurança pública por ocasião da realização dos jogos olímpicos de 2016. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2017, p. 114-115).

A situação que gerou uma revolta foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo em julho de 2013, levado durante a "Operação paz armada[17]", que combatia a ilegalidade na Rocinha nos dias 13 e 14 de julho. O pedreiro foi conduzido por policiais para a UPP da Rocinha. Negro, pobre e favelado foi levado de um bar, portava a carteira de identidade e mesmo assim teve seus direitos negados pelo poder público. Até hoje sua família segue sem respostas sobre o que realmente aconteceu. Existe um grande projeto de segregação, opressão e morte onde a segurança do Estado legitima esse projeto nas favelas cariocas.

Renato Noguera faz uma releitura de Achille Mbembe, e salienta em seu texto *A democracia é possível?* (2018) que a democracia só será possível quando o racismo for exterminado, ou seja, quando deixar de existir em todos as frentes, econômicas, raciais e sociais. O projeto do neoliberalismo contemporâneo só pôde ser implementado pois o liberalismo moderno e a escravidão mantiveram e mantêm corpos subalternizados e desprezados, por exemplo, o negro escravizado e o indígena morto, e os brancos de senhores e senhoras do poder apenas cresciam com suas economias e enriqueciam em torno da tortura desses corpos subalternizados.

[17] Operação na Rocinha para prender os chamados "fichas limpas" que trabalhavam para o tráfico. (G1, 2013).

A questão histórica do processo de colonização colaborou para a crise atual da democracia, porque, como o professor Renato Nogueira salientou em seu texto, a vulnerabilidade dos corpos escravizados na colonização transcendeu o tempo e a libertação, já que esses mesmos corpos (negros) hoje em dia continuam sendo inferiorizados, menosprezados e realizando trabalhos subalternos. Mbembe nos salienta a questão desse projeto colonial entre países Colônias e países Metrópoles. Países que abrigam corpos para prosperar e países que abrigam corpos para se subalternizar.

Desde o mundo colonial, existe essa questão de se ter corpos vulnerabilizados, corpos para os quais são permitidos o massacre e genocídio, corpos constituídos para serem deixados de lado. Muitos desses corpos cobram seus direitos perante a sociedade, mas muitos gritos são abafados, a história diz que eles não têm direitos e então eles devem se contentar com o espaço que foi lhes oferecido historicamente.

Mbembe (2018) discute sobre o conceito de necropolítica como a vulnerabilidade que alguns corpos ocupam em determinada sociedade. No seu livro intitulado Necropolítica, Mbembe trabalha com o conceito de biopoder de Michel Foucault (1998) para elaborar a necropolítica que seria permissão para matar, ou seja, o Estado escolhe quem morre e quem vive e através do biopoder de Foucault, ele traz a essa questão a raça como o elemento fundamental para essa escolha.

A ideia da necropolítica vai muito além do matar diretamente, mas também está na lógica do matar indiretamente. A soberania estabelece o poder, segundo Mbembe (2018), de definir quem importa e quem é "descartável". O soberano é o sujeito da lei que lida com a escolha se mata ou não. Em *Operação da Vila Cruzeiro deixou 23 mortos*[18] *e Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia*[19]*, por exemplo, vemos em manchetes diferentes situações distintas em que esse mecanismo opera.*

Nesses dois exemplos, vemos a ação de matar do Estado, seja em operações policiais (diretamente), que torturam e violam a vida de inúmeras pessoas, seja na falta de políticas públicas (indiretamente), com a necroeconomia para combater problemas como a fome e a desigualdade social. Mbembe nos mostra que o Estado de exceção teve sua base na época do nazismo, que tinha como projeto ser um Estado racista, Estado

[18] (G1, 2022)
[19] (G1, 2022)

assassino e Estado suicida, no qual a “solução final”, conforme palavras de Mbembe, é o aniquilamento do inimigo, ou seja, o Estado opera para acabar com o inimigo.

Na operação policial na Vila Cruzeiro, foi determinada pelo Estado a morte do inimigo, do favelado, perigoso, marginal e pobre, que é uma ameaça para a sociedade e precisa ser contido para que a paz reine. Quanto mais o poder brutaliza outros corpos, mais as resistências são viscerais, ou seja, mais manifestações ganham visibilidade combatendo essa política da morte, que escolhe corpos negros para brutalizar, configurando o motor da necropolítica: o racismo.

A Deputada Benedita da Silva[20] (PT-RJ), numa assembleia no plenário, falou sobre a violência policial nas favelas, argumentando que não existe bala perdida e sim achada, negros e negras morrem diariamente e a abordagem nas favelas cariocas configura a necropolítica do Estado. E a resistência deve estar no nosso falar, agir e se manifestar contra essa política do medo e da morte que permeia os corpos escolhidos como alvo (figura 19).



Figura 19 - Manifestação contra morte de corpos negros nas favelas cariocas

Fonte: Brasil de fato (2019)

[20]Manifestação da Deputada Benedita da Silva dia 10 de junho de 2021. (YOUTUBE, 2021)

Em relação à política de extermínio que retrata Mbembe (2018), fiz um poema para expressar minha indignação pela forma como o corpo negro é visto, que o torna passível de sofrer massacres e torturas por parte do poder público, a chamada política da morte.

> Até quando??
> Até quando vou ver num noticiário morte de irmãos de cor?
> Até quando vou saber de uma mãe favelada que perdeu seu filho,
> que estava brincando na laje e tomou uma bala...
> Até quando vou ter medo de sair e se estou com os documentos certos,
> pois podem me confundir um elemento suspeito por causa da minha pele...
> Pele que me marca aonde eu vou e independentemente do que faça, sempre a minha cor será
> a primeira coisa visível.....
> Cidadania para quem?
> Meu corpo continua subalternizado e massacrado mesmo depois de 1888...
> Liberdade para quem?
> Se quando eu tiver um filho, tenho que ter mais uma preocupação de dizer para ele,
> não correr quando vir polícia mesmo que esteja brincando na rua, pois pode ser preso ou torturado....
> Enfim, até quando vou ter que me preocupar tanto, só por causa da minha cor....[21]

Esse poema foi realizado para evidenciar que mesmo após a libertação de 1888, nós negros e negras ainda não estamos libertos, pois temos medo de sair para alguns lugares, e em alguns horários. Sempre nos preocupamos com as nossas atitudes, pois podem para alguns parecerem suspeitos, e nossos corpos se tornarem vulneráveis a uma violência física ou psicológica, e os nossos direitos como cidadãos serem desrespeitados.

Podemos citar vários casos de racismo presente na nossa sociedade. Por exemplo, Durval Teófilo Filho, que foi morto por ter sido confundido com um assaltante aos 38 anos de idade por um militar no condomínio onde morava, no bairro de Colubandê, em São Gonçalo. A justificativa do militar, sargento da marinha, Aurélio Alves Bezerra, foi que Durval se aproximou muito rápido de seu carro, e por conta disso ele disparou os três tiros que o mataram.

Isso é uma mentira, pois as imagens do condomínio mostram Durval abrindo a mochila, pegando a chave para entrar no condomínio, o militar atirando de dentro do carro e continuando a efetuar disparos depois que a vítima já estava caída. Há ainda o caso que ocorreu em 2015, quando em Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro, cinco jovens

[21] Poema de Fernanda Barbosa de Oliveira. Dia 03 de setembro de 2022.

foram mortos por policiais no veículo onde estavam. A polícia militar disse que 111 tiros foram disparados e que 50 atingiram o veículo.

O que esses dois casos têm em comum? O racismo e a vulnerabilidade do corpo negro, enfim o descaso do poder público que deveria proteger as pessoas, mas que mantém a política da morte e do extermínio. Infelizmente na nossa sociedade vemos diariamente casos como esses que nos causam profunda indignação, pois as vítimas não tiveram chances de se defender e foram julgadas pela sua cor.

Assim, analisamos que a favela e seus moradores (onde a maioria é composta de negros e negras) ainda é vista pelo poder público e por grupos hegemônicos como território do crime, da desordem, da marginalidade e outros estigmas, e seus moradores são rotulados como bandidos. Ao analisarmos o discurso do ex-prefeito e do ex-presidente da república, percebemos como essas narrativas circulam na sociedade e ganham cada vez mais força, intensificando uma conotação negativa sobre a favela. Isso se perpetua na ação do Estado, que é muitas vezes violenta nesses territórios, pois a narrativa construída é a de que a solução é acabar com a violência, o que é incentivado pelo poder público, que dá "carta branca" para ações e abordagens violentas de policiais em favelas cariocas.

Vamos analisar o discurso do ex-governador Wilson Witzel, quando relata onde se encontra a violência no Rio de Janeiro.

> — Vamos esclarecer, separar o joio do trigo. Estou mostrando para o mundo a realidade do Rio de Janeiro. Se você pegar os mapas das ruas do Rio, do Leblon, Copacabana, Ipanema, Botafogo, Flamengo. Se você pegar o mapa das ruas não tem homicídio. Onde está o homicídio no Rio de Janeiro? Hoje nós temos 16 mortes por cem mil habitantes. Até o ano passado era 35. Nós conseguimos baixar para 16. Onde acontece o homicídio? Infelizmente nas comunidades onde tem a guerra de facções — afirmou o governador. (O GLOBO, 2019, s.p).

"De acordo com o governador, os tiroteios no Rio só acontecem em comunidades e não nas áreas turísticas mais visitadas do estado". (O Globo, 2019, s.p). O interessante é que a postura do ex-governador era de que a violência só acontecia na favela e, quando ocorria nos bairros da Zona Sul, era realizada por um morador de favela. Vemos aqui mais um caso em que uma figura que representa o poder público adota uma postura de naturalização da violência na favela, que justifica a ação policial que mata vários moradores para acabar com o terror da favela.

> Em 2019, 49 pessoas morreram na comunidade atingidas por arma de fogo, entre elas 34 durante operações policiais durante o primeiro ano do governo

> Wilson Witzel (PSC). Um aumento de 100% em relação ao ano anterior. Em 2018, 24 pessoas morreram em decorrência da violência armada. Enquanto Wilson Witzel comemora em rede nacional uma morte televisionada, a favela era alvejada por bombas (A PONTE, 2022, s.p).

O despreparo do ex-governador Wilson Witzel para combater a violência no Estado do Rio de Janeiro gerou como consequência o aumento de mortes em favelas cariocas e de corpos de negros e negras, corpos esses que apresentam uma grande vulnerabilidade por causa do racismo que ocorre fortemente no Brasil.

> Com os braços erguidos e a mão suspensa, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), chega de helicóptero no fim de uma ação policial que terminou com a morte de Willian Augusto da Silva, 20 anos, morto por um sniper. O homem havia sequestrado um ônibus com 39 pessoas na ponte Rio-Niterói, que liga a capital fluminense ao município vizinho. Ao mesmo tempo, um helicóptero da polícia jogava bombas nas ruas da Cidade de Deus. Para especialistas, tanto as ações policiais quanto a comemoração do governador estão longe do considerado correto (A PONTE, 2019).

A política de segurança do ex-governador Wilson Witzel era de extermínio, a ordem era matar, tanto que a reportagem anterior aborda a reação do ex-governador como de vitória, pois mais um corpo negro que veio ao chão. Vejamos mais uma questão de invisibilidade, causada pelo poder público às favelas cariocas. Observemos o enunciado da reportagem realizada pelo G1 no dia 13 de julho de 2016: **"Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada" (**grifo nosso**).** Esta notícia retrata o muro (figura 19) que foi construído na época da Olimpíada e Paralimpíada no Rio de Janeiro, que separava a linha vermelha do conjunto de favelas da Maré.

> Nesta semana, a Secretaria Municipal de Turismo concluiu a adesivagem dos painéis de acrílico que margeiam a Linha Vermelha, principal via de acesso ao Aeroporto Internacional. Do outro lado do muro, fica o Conjunto de Favelas da Maré, uma das maiores e mais violentas comunidades da cidade. De acordo com o secretário Antônio Pedro Figueira de Mello, a única função dos adesivos, que têm motivos alusivos aos Jogos, é embelezar a cidade, sem nenhuma intenção de esconder a favela dos olhos dos visitantes que chegam ao Rio. (G1, 2016, s.p).

O secretário de turismo da época, Antônio Pedro Figueira de Mello, disse para o G1 que a intenção não era esconder a favela, pois no Rio de Janeiro o que mais existe são favelas, mas diminuir a acústica do barulho dos carros e caminhões. O interessante é que foi justamente no período das Olimpíadas e Paralimpíadas. Se existia essa preocupação com os moradores, por que tal iniciativa não foi feita antes?

Prestemos a atenção na narrativa da reportagem: "*uma das maiores e mais violentas comunidades da cidade"* (G1, 2016, s.p, grifo nosso). "Por mais que o discurso

seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder" (FOUCAULT, 1996, p. 10). Neste caso, a reportagem viabiliza a construção do muro para conter a violência aos turistas na Linha Vermelha. "Através de sua própria enunciação, este ato de fala é considerado pertinente". (MAINGUENEAU, 1989, p. 30).



Figura 20 - Mapa representando o muro que separa o Conjunto de favelas da Maré da Linha Vermelha

Fonte: G1. 13 de julho de 2016. Acesso em: 10 de agosto de 2022

Na figura 20, o muro é esse tracejado em cor lilás que se localiza justamente onde o Conjunto de favelas da Maré está. Voltemos a Foucault, quando este salienta que o discurso na oralidade se torna material, ou seja, o discurso que circula na oralidade se

torna concreto, neste caso, como o discurso sobre a favela sempre é realizado com inúmeros estigmas, o muro foi a materialização para invisibilizar esse território. Podemos observar o muro nas figuras 21 e 22.



Figura 21 - Muro de acrílico é usado para evitar acidentes e reduzir ruídos nas favelas no entorno da Linha Vermelha, segundo prefeitura do Rio

Fonte: Gabriel Barreira/G1



Figura 22 - Muro na Linha Vermelha margeia toda a Maré

Fonte: Reprodução/Google Street View. G1, 2016

O *slogan* que é vendido da nossa cidade de Maravilhosa faz com que muitas práticas desumanas sejam realizadas nesses territórios com o intuito de apagamento, visto que a favela é um problema para o poder público, gerando conflitos como ações policiais desumanas, invisibilidade em mapas e muros que dificultam vê-la. Esses fatos evidenciam as articulações de grupos ligados ao poder para apagar favelados e seus territórios.

2. Um breve histórico sobre a Cartografia, visão eurocêntrica e as relações de intencionalidades

> Os mapas sempre existiram ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana. A apreensão do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias. Mas a história da cartografia teve início com o primeiro testemunho tangível de representação cartográfica (o fato de desenhar um mapa sobre o primeiro suporte disponível) dando existência concreta à antiga abstração. (HARLEY, 1991, p. 3).

2.1 Breve histórico sobre a Cartografia

Como já dissemos, os mapas nos contam uma história de acordo com a sua produção, contribuindo para uma leitura de temas como fatores sociais, políticos e econômicos. Afinal, a Humanidade sempre usou o seu território como forma de reconhecimento (figura 22) e de estabelecer o domínio, e desde as épocas antigas, as sociedades sempre representaram seu território, seus costumes e seus hábitos. Todavia, os mapas que conhecemos na cartografia tradicional não dão conta de representar todas as particularidades existentes em um território Harley (1991).



Figura 23 - Representação dos Mapas pelos homens das Cavernas

Fonte: Seabra e Leão (2012)

Os mapas da pré-história tinham o objetivo de retratar costumes da época, o que os homens das cavernas faziam, as caças, os lugares de pesca, enfim, faziam referência ao que era importante em determinado momento e retratavam. Os mapas da pré-história seriam como croquis, sendo representações sem escala e sem procedimentos das convenções cartográficas, com objetivo de referenciar situações cotidianas vividas em determinado território (figura 24).



Figura 24 - Registros cartográficos pré-históricos em cavernas em forma de desenhos na representação do cotidiano de uma sociedade

Fonte: Pimenta (2013)

O desenvolvimento da Cartografia acompanha o da humanidade. Nos povos nômades (aqueles que não se fixavam em nenhum lugar), havia o registro de lugares, de rotas de viagens, locais de caça e aldeias. A Cartografia é uma força de poder que desde muito tempo se configura na representação de um território. Um dos mapas mais antigos registrados pela História foi realizado pelo povo Babilônio, em uma placa de barro do ano de 2.500 a. C., representava o rio Eufrates, as montanhas ao redor e trazia um símbolo cartográfico, que é a rosa dos ventos. Observe a figura 25, do mapa que descrevemos.



Figura 25 - Realizado na Babilônia, disco flutuante oceano mítico que possui o centro no retângulo da cidade e rio Eufrates desde as montanhas da Armênia VI A.C base para a representação mais tarde do mapa mundi

Fonte: Pimenta (2013, p. 13)

Tivemos grandes civilizações que contribuíram para o desenvolvimento da ciência Cartográfica, como os chineses, que faziam mapas para o reconhecimento/ localização de seus territórios. Os mapas surgiram na China no século IV a.C., segundo Campos (2012). Os egípcios contribuíram trazendo para a produção cartográfica os métodos matemáticos de medição de distâncias, que são utilizados até hoje nessa ciência.

Os gregos contribuíram para o desenvolvimento da Cartografia por volta do século VI a.C. Aqui vamos citar alguns. Pitágoras[22], através da observação do posicionamento das estrelas em diferentes partes da Terra, começou a formular a teoria da geodésia[23], ou seja, ciência que estuda através de cálculos matemáticos a forma da Terra. Tivemos Aristóteles[24], que assim como Pitágoras, estudou para comprovar a forma esférica da Terra e embasou seu estudo através de observações das estrelas no céu, e as sombras que eram produzidas na Terra por conta de eclipses lunares.

[22] Pitágoras foi um filósofo, astrônomo, matemático e músico grego. (BRASIL ESCOLA, s.d.)

[23] Ciência que estuda a gravitação, rotação, dimensões e forma da Terra. (BN DIGITAL, s.d.)

[24] Aristóteles filósofo da Grécia antiga. (BRASIL ESCOLA, s.d.)

Eratóstenes[25] conseguiu comprovar a esfericidade da Terra por conta do movimento de rotação no solstício (período de maior incidência solar em um dos hemisférios) de verão. Eratóstenes observando dois lugares diferentes, Siena e Alexandria, percebeu a diferença de iluminação: em um ponto havia iluminação sem sombra e no outro iluminação e sombra, comprovando assim a esfericidade da Terra.

Ptolomeu[26] entendia a forma esférica da Terra e defendia que ela era o centro do Universo, foi o criador do sistema de uso das coordenadas geográficas (latitudes e longitudes) e os cartógrafos na época passaram a representar os territórios a partir desse sistema. Observe a imagem 26, que apresenta o mapa confeccionado por Ptolomeu.

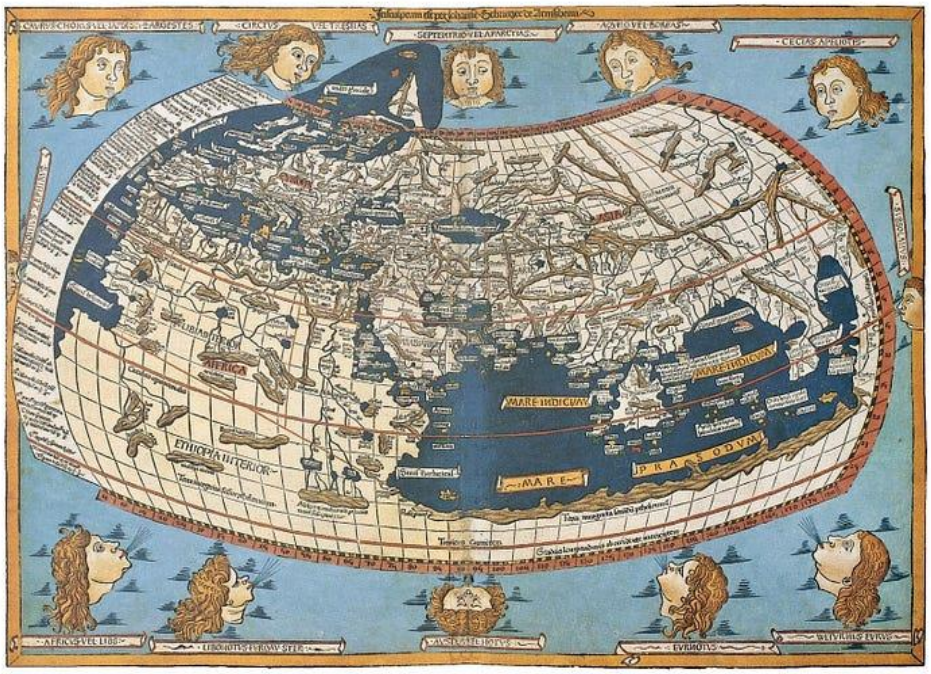


Figura 26 - Mapa realizado por Ptolomeu que representa o continente europeu
Fonte: Medium (s.d.)

Durante a Idade Média (século V até XV) a Igreja exercia um poder também sobre a produção de mapas. Os membros da Igreja forjavam para a sociedade o pensamento do teocentrismo, onde tudo era explicado por Deus, até as questões científicas. Os mapas da época evidenciaram o poder de Deus. A figura 27 retrata um mapa desta época.

[25] Foi um geógrafo, astrônomo, filósofo e matemático. (SUA PESQUISA, s.d.)

[26] Cláudio Ptolomeu foi um cientista grego, geógrafo, matemático e astrônomo que acreditava na teoria do Geocentrismo, na qual a Terra ficaria estática e o Sol e os demais corpos a rodeavam. Site: https://www.ebiografia.com/claudio_ptolomeu/ acessado dia 10 de outubro de 2023.

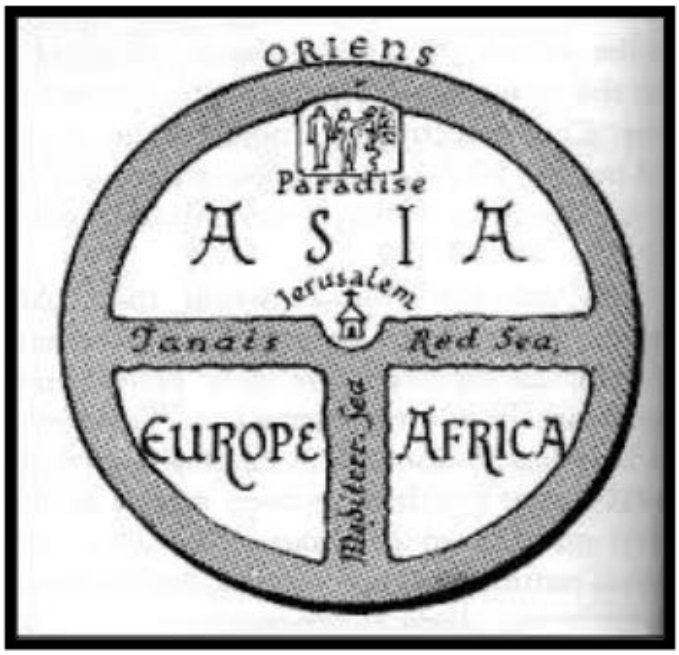


Figura 27 - Uma representação de São Isidoro no século XII D.C. na Idade Média que evidencia o poder da Igreja com Jerusalém ao centro

Fonte: Pimenta (2013, p. 27)

Esse tipo de mapa era o T no O, muito utilizado nessa época. O T representava rios, mares e o O representava os três continentes: Europa, Ásia e África. Eles simbolizam o poder da Igreja que regia as situações da sociedade. Na questão religiosa, os Árabes, na peregrinação até Meca, cidade sagrada da Arábia Saudita, utilizaram mapas da região e bússola (que foi inventada pelos chineses no século I), o auxiliou em sua orientação.

No Renascimento, nos séculos XIV e XVI, a mudança da Idade Média para a Idade Moderna gerou modificações na produção de mapas, pois nesse período já tínhamos a bússola[27], astrolábio[28] e caravela[29], instrumentos que já haviam sido criados há séculos e foram modificados pelos europeus. As embarcações e todas as contribuições de filósofos gregos e do Império Romano (27 a.C. até 476 d. C.), que tinha mapeamentos para detalhar suas rotas e fortalecer sua base militar, contribuíram para os mapas do século

[27] "Bússola é um instrumento muito antigo utilizado nas navegações e para a orientação. Sua agulha central funciona como um ímã que interage com o campo magnético da Terra". (BRASIL ESCOLA, s.d.)

[28] "(...)é um instrumento que serve para medir a altura dos astros acima do horizonte". (MOURA; SCHUCK; STROHSCHOEN, s.d).

[29]" Caravelas eram as embarcações usadas pelos portugueses na época das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos". (SUA PESQUISA, s.d)

XV, época do “descobrimento”, e avanços de território. Os instrumentos utilizados foram fundamentais para a ciência cartográfica. Observemos as figuras 28, 29, 30 e 31.



Figura 28 - Bússola

Fonte: Brasil escola (s.d.)



Figura 29 - Astrolábio

Fonte: Toda Matéria (s.d.)



Figura 30 - Caravela

Fonte: Mar sem fim (s.d)

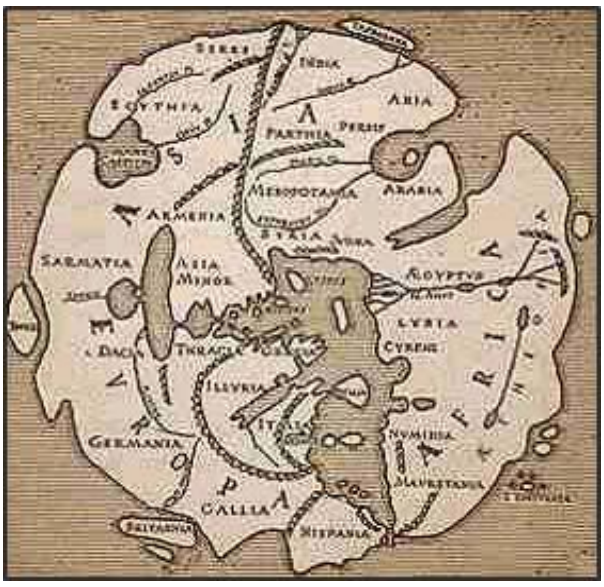


Figura 31 - Mapa elaborado por Marcus Vipsanius Agripa (63-12 a.C.), retrata as rotas do Império Romano

Fonte: IBGE (s.d)

Avançando na história, vamos ter o período chamado de Grandes Navegações que começou a partir do século XV d. C., quando os navegadores chegaram nas novas terras e se apropriaram das matérias-primas. Houve uma ampliação da produção cartográfica

justamente pela necessidade de delimitação desses locais, conhecimento e exploração de recursos.

Segundo Seabra e Leão (2012), as produções cartográficas ao longo da história estiveram ligadas à reprodução de fenômenos. Os mapas das Grandes Navegações teriam o objetivo de apresentar, nos territórios dominados, as riquezas encontradas em determinada região, para que fossem exploradas pelos colonizadores. Todas as produções desse período exaltavam as riquezas encontradas nas metrópoles.

Na figura 31, por exemplo, iremos observar um mapa que retrata o litoral brasileiro no século XVI d. C., numa expedição realizada por Fernão Vaz Dourado com o objetivo de apropriação de riquezas nesta área do litoral nordestino brasileiro.

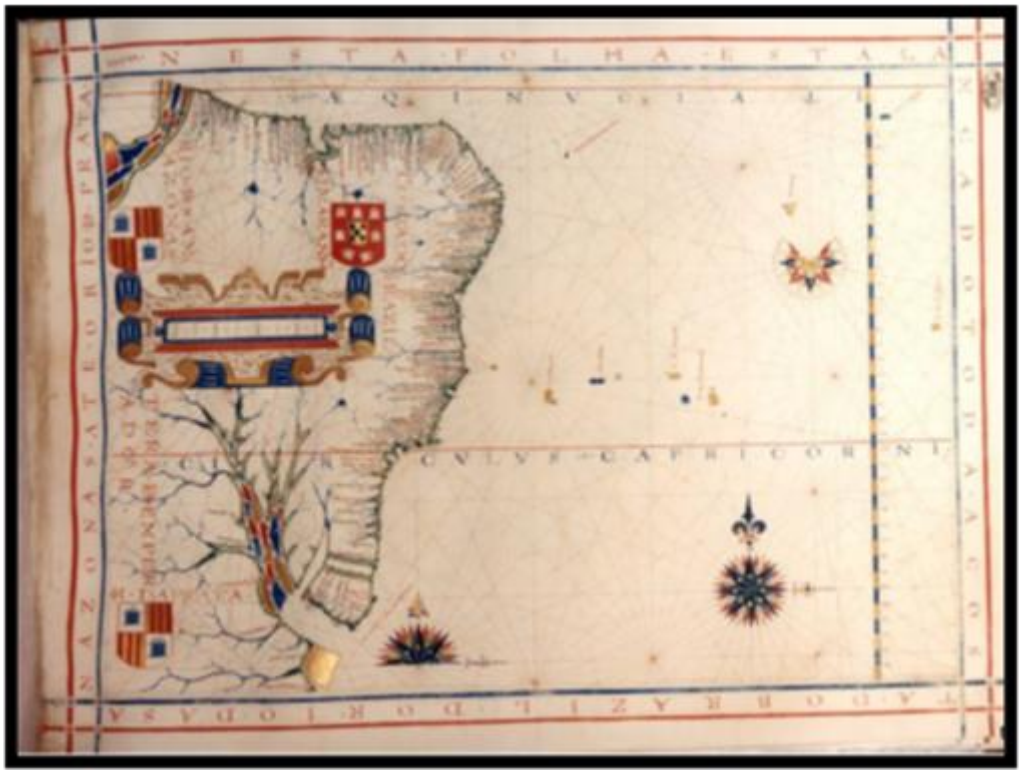


Figura 32 - Mapa que representa o litoral brasileiro e a rota para navegações

Fonte: Pimenta (2013, p. 49)

A cada período histórico relatado, percebemos recursos que foram desenvolvidos, mapas cada vez mais elaborados, apresentando mais detalhes e mais recursos técnicos sendo incorporados à Cartografia. Segundo Harley (2009), entendemos que a produção cartográfica opera num campo de realizar um mapeamento ou uma representação

seguindo a uma intenção. Ao longo da história essas relações e intenções foram se construindo e reconstruindo e com isso, provocando visões de acordo com a supremacia que se estabelecia em determinado momento. Vejamos a seguir:

> Compreendidos como saber assimilado a um poder, os mapas são explorados sob três ângulos: a universalidade dos contextos políticos na história da cartografia; a maneira pela qual o exercício do poder estrutura o conteúdo dos mapas, e a maneira pela qual a comunicação cartográfica, num nível simbólico, pode reforçar este poder por intermédio do conhecimento cartográfico (HARLEY, 2009, p. 4).

2.2 Instrumentos utilizados na cartográfica ao longo do tempo e os mapeamentos do *Google Maps* e o *Google Earth*

No século XVIII tivemos o período da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, a Cartografia ganha mais investimentos por conta do dinheiro que a indústria mobilizou nesse período. Mais instrumentos foram criados para maior precisão e detalhes, exemplo, John Hadley (1682- 1744) criou o telescópio, ajudando a explorar mais a Terra e o Universo contribuindo para mapas mais elaborados.

Os avanços cartográficos são necessários para termos melhores detalhamentos sobre um território Martinelli (2009), e em meados do século XIX, ocorreu o aperfeiçoamento das câmeras fotográficas e com isso, houve possibilidade de registros de áreas construindo o que denominamos de bases cartográficas, e abrindo campo para a construção de um mapeamento posterior.

Com a criação do avião, que se deu na virada do século XIX para o século XX, passou a haver a possibilidade de observação da paisagem na visão vertical (visão de cima), o que possibilitou novas formas de registros e mais detalhamento na produção de mapas, antes realizados apenas a partir da visão frontal (visão de frente). Vejamos a figura 32 que apresenta a visão vertical de uma paisagem.



Figura 33 - Figura que ilustra um “olhar” através de um avião de cima da paisagem
Fonte: Seabra e Leão (2012, p.15).

No final do século XIX e no século XX, percebemos que uma nova reconfiguração espacial estava prestes a surgir e com isso novas potências emergindo e querendo emergir (configurava uma nova busca por supremacia e poder). Com o avanço do Imperialismo[30], uma nova corrida pela supremacia se instalou no mundo. Analisamos neste momento que uma “nova” produção cartográfica se iniciava, explorando esses novos territórios para seus conhecimentos e buscando a dominação e supremacia.

Visando esses poderes que tentavam se estabelecer nos territórios, os mapeamentos eram realizados através de visitas a colônias de exploração com o objetivo de estudar essa nova reorganização espacial e desta forma registrar e representar cartograficamente. Nesta “nova” reorganização espacial, foram gerados muitos conflitos por supremacias, resultando em guerras com o objetivo da dominação entre nações.

Nos meados da segunda metade do século XIX, nações europeias como a França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e Itália, além de outras fora do continente europeu, como os Estados Unidos e Japão, tinham projetos imperialistas, ou seja, buscavam a supremacia, o que se configurou mais tarde, de 1914 até 1918, na Primeira Guerra

[30] Imperialismo foi uma “corrida”, ou seja, uma forma de expansão dos países europeus por busca de dominação em outros territórios, mais especificamente os continentes das Américas, Ásia e África. Um exemplo foi a Conferência de Berlim, realizada no século XIX, que foi a partilha da África entre os países: França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Alemanha, Portugal e Espanha. (MUNDO EDUCAÇÃO, s.d)

Mundial. Dessa forma, a “nova” Cartografia precisava legitimar essas intencionalidades, mapeando esses “novos” territórios de supremacia.

No Tratado de Versalhes, de 1919, no final da Primeira Guerra, a Alemanha foi obrigada a entregar territórios aos países vencedores e pagar indenizações. Percebemos, então, os mapas desta época registrando essa configuração territorial. A Segunda Guerra Mundial foi no período de 1930 até 1945, com a Alemanha impulsionando uma nova reconfiguração no território buscando a supremacia e a produção cartográfica retratando essas movimentações que se estabeleciam dentro das sociedades.

Na concepção dos avanços na produção cartográfica no período entre guerras que já citamos, a câmera fotográfica e o avião foram fundamentais para a exploração dos territórios pelas diversas nações. Esses recursos avançavam na elaboração e produção cartográfica, ajudando algumas dessas nações a configurar seu poder junto aos mapeamentos, de acordo com o que deveria ser representado sobre um território, assim ratificando e efetivando a dominação entre nações.

Neste período entre guerras, tanto a câmera fotográfica e o avião foram recursos de grande utilidade, pois o avião possibilitava um deslocamento mais rápido a um determinado local e uma dimensão maior de observação, enquanto as fotografias geravam bases cartográficas (como já mencionamos possibilitavam um mapeamento posterior). As câmeras quando “ganharam” cores foram capazes de realizar os primeiros filmes fotográficos.

Assim, percebemos que as câmeras foram fundamentais para a produção cartográfica dos países nas estratégias de guerra, pois através desses filmes era possível identificar esconderijos de prisioneiros, de riquezas e de bombas etc., escondidos em territórios de guerras e conflitos. Esses filmes eram realizados com projeção de sensibilidade e identificação de luz infravermelha para conseguir captar alvos. A nação que detivesse esses recursos teria um mapeamento mais detalhado dos territórios de guerra e, com isso, aumentaria suas chances de avançar sobre o território do inimigo e vencer.

Os mapas exercem uma forte influência social, pois ao longo da história esse mapeamento esteve ligado a diversas situações que se operam dentro de uma sociedade em uma determinada época, gerando formas de ver, pensar e refletir sobre os diversos

acontecimentos. Desse modo, analisamos o quanto essa produção é importante na construção de uma leitura de mundo.

A Cartografia avança mais nos anos de 1960, quando percebemos que essa produção começa a ser mais dinâmica e diferente do século XVI e do século XVII, mas apenas no sentindo da técnica, pois se tratando da luta pela supremacia vemos esse avanço como um grande ponto para que os países que detinham essa tecnologia passassem a configurar os territórios de acordo com suas visões. Nesse momento, o mundo entra na era da informática e concentra seu poder nos países que detinham esta tecnologia. *"já não se crê que os mapas modernos, inclusive os obtidos mediante o concurso de satélite Landast*[31] *a dos computadores, estejam à margem das maquinações de poder* (HARLEY, 1991, p.7, grifo nosso)".

A produção cartográfica passa a ser assistida por computadores e entendemos que as intenções continuam configurando esta produção. A informática possibilita (aos países que detinham este acesso) a utilização de softwares específicos para a produção cartográfica, gerando assim dados de uma área com uma visão muito mais ampliada e possibilitando um mapeamento sobre diferentes ângulos.

Através do avanço da informática e das geotecnologias começamos a ter um mapeamento com aquisição de imagens da superfície por sensoriamento remoto em base orbital[32]. Segundo o autor Martinelli (2009), um mapa obedece a um "jogo" de poderes que vincula interesses de acordo com o mapa que se quer produzir. Essa produção aliada à internet possibilitou uma vinculação de interesses de forma mais rápida pelo mundo.

Conforme afirma o ex-gerente de produto da *Google*, Marcelo Quintela, na reportagem de 02 de novembro de 2009, no site Terra sobre a questão cartográfica *"Maps e Earth são feitos sobre a mesma base: fotos obtidas por satélites e aviões de empresas contratadas pelo Google que tiram fotos em alta resolução de todos os lugares possíveis e imagináveis"* (Terra, 2009) essas bases são trabalhadas por funcionários do *Google* e parceiros comerciais de forma que apresentem: correção das distorções de relevo, precisão sobre o sistema de coordenadas, orientação norte e sul, ângulo reto ao solo e

[31] "Inicialmente com o nome ERTS (Earth Resources Technology Satellite), o programa Landsat se tornou realidade com o lançamento do primeiro satélite (Landsat-1), em julho de 1972, com dois tipos de sensores à bordo: o RBV (Return Beam Vidicon) e o MSS (Multispectral Scanner Subsystem)". (MARINO JUNIOR, 2006, p. 2). Satélites acoplados ao planeta Terra capturam imagens.

[32] "(...) é um sistema de coleta de dados sobre o ambiente terrestre a partir de sensores a bordo de satélites" (MARINO JUNIOR, 2006, p. 1).

correção da distorção do satélite. O *Google* organiza essas imagens e publica no *Maps e no Earth.*

A apresentação final do *Earth e Maps* é diferente, uma vez que o *Earth* é um globo digital que mostra o planeta Terra na visão 3D por meio da qual conseguimos ter a visão dos lugares de vários ângulos e ter noção de profundidade e é também um servidor de imagens que são atualizadas entre uma e duas vezes por ano. Porém, se as imagens não estiverem trabalhadas em alta resolução, o *Earth* fica desatualizado. Já no *Maps* a imagem é trabalhada nesse mesmo período, sendo obtida de forma plana e, desse modo, podemos usá-las de diferentes maneiras das do *Earth* como na navegação no trânsito.

Os satélites orbitam ao redor do planeta. A captação de imagens de satélites foi feita pela primeira vez no período da Guerra Fria (1945-1991). Na época, as duas superpotências Estados Unidos e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, travaram um confronto que foi ideológico, político e tecnológico, ou seja, uma grande corrida espacial, gerando grandes avanços na exploração sobre a Terra.

O que sabemos é que a primeira imagem de satélite foi registrada no ano de 1959 (período da Guerra Fria), gerada pelos Estados Unidos e conhecida como Explorer-1 0. Depois disso, o uso do LandSat (1972) se popularizou entre os países. No Brasil o uso dessas imagens teve início em 1970, e isso foi possível por conta das parcerias com a *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Observemos a imagem 34, que mostra como os satélites funcionam na captura de imagens.



Figura 34 - Captura de imagens de satélite e transmissão das imagens para a superfície

Fonte: Instituto Pristino (s.d)

E como funciona o processo de mapeamento do *Google Maps e Google Earth?*

Marcelo Quintela ex-gerente de produto da empresa *Google* trabalhou atuando no lançamento do *Google Maps* no Brasil. O aplicativo foi adquirido pela *Google* Brasil em 2004 e começou a ser acessado pelos brasileiros em 2005. Em 2007 aconteceu o lançamento do *Google Street View*, que é uma ferramenta que possibilita uma visão de qualquer lugar do mundo em 360° (visão que permite ver tudo à sua volta, de toda forma e de todos os ângulos).

Na reportagem realizada no dia 02 de novembro de 2009 pelo site Terra, Marcelo Quintela explica como ocorre o processo de mapeamento do *Google Maps.* Ele salienta que a realização se dá por meio de imagens de satélite como aqui já descrevemos, imagens de avião da própria empresa e de parcerias e os carros que a *Google* utiliza. Assim,

> Muitas vezes fazendeiros, incorporadoras e governos precisam de imagens de satélite atualizadas de certas regiões. Se eles pedem exclusividade, a imagem sai mais cara. Caso contrário, ela vai acabar no Maps/Earth. Nossa grande tecnologia é a apresentação, com o zoom e a navegação pelo mundo. As fotos já chegam ao Google ortorretificadas, quer dizer, com a orientação certa de norte e sul, coordenadas corretas e perpendicular ao solo, com a correção da distorção do satélite. Temos que costurar as imagens distintas e gerar essa fachada de todo o globo (TERRA, 2009).

De acordo com a entrevista de Marcelo Quintela, percebemos que esses mapeamentos sofrem a influência e pedidos de grupos hegemônicos e nesta questão indagamos: até que ponto o que é mapeado através do *Google Maps* é realmente real? Em relação às favelas, será que há um interesse em mostrá-las? Ao longo da dissertação responderemos a essas questões. Voltemos ao processo de como ocorre tal mapeamento.

A reportagem realizada pelo Canal History explica a altitude[33]As imagens aéreas são retiradas pelo *Google Maps* que, como já mencionamos, é um globo digital. Vejamos a citação para entender como ocorre esse mapeamento: “A maior parte das imagens é composta por fotos aéreas tiradas a uma altitude que varia entre 240 e 460 metros. Outras imagens são provenientes de satélites, atualizadas regularmente”. (History Channel Brasil, 2022).

Os carros que são utilizados neste mapeamento realizado pelo *Google Maps* capturam imagens de 360° de forma frontal, ou seja, vertical e ângulos de 270 a 290 graus.

[33] Conceito geográfico definido pela medição de qualquer ponto da superfície terrestre em relação ao nível do mar. (BRASIL ESCOLA, s.d)

São nove câmeras acopladas no carro, oito ficam direcionadas nas laterais e uma em cima que permite a visão vertical (de cima) e oblíqua (lateral). Ao mesmo tempo, essas câmeras giram e fazem o movimento para baixo e para os lados capturando as imagens.

O carro conta com um sistema de Sistema de Posicionamento Global (GPS) que captura o posicionamento dos lugares, gerando imagens. As imagens vão para uma base onde ficam armazenadas e são processadas, apagando rostos, placas de carro e outras informações que não podem ser divulgadas na internet. Depois das imagens passarem por todo esse cuidado, são enviadas para o *Google Maps*. Vejamos a figura 34 e 35, que apresenta como esses carros ajudam na captura dessas imagens.



Figura 35 - Processo de captação de imagens para o Google Maps

Fonte: Tecmundo (s.d)

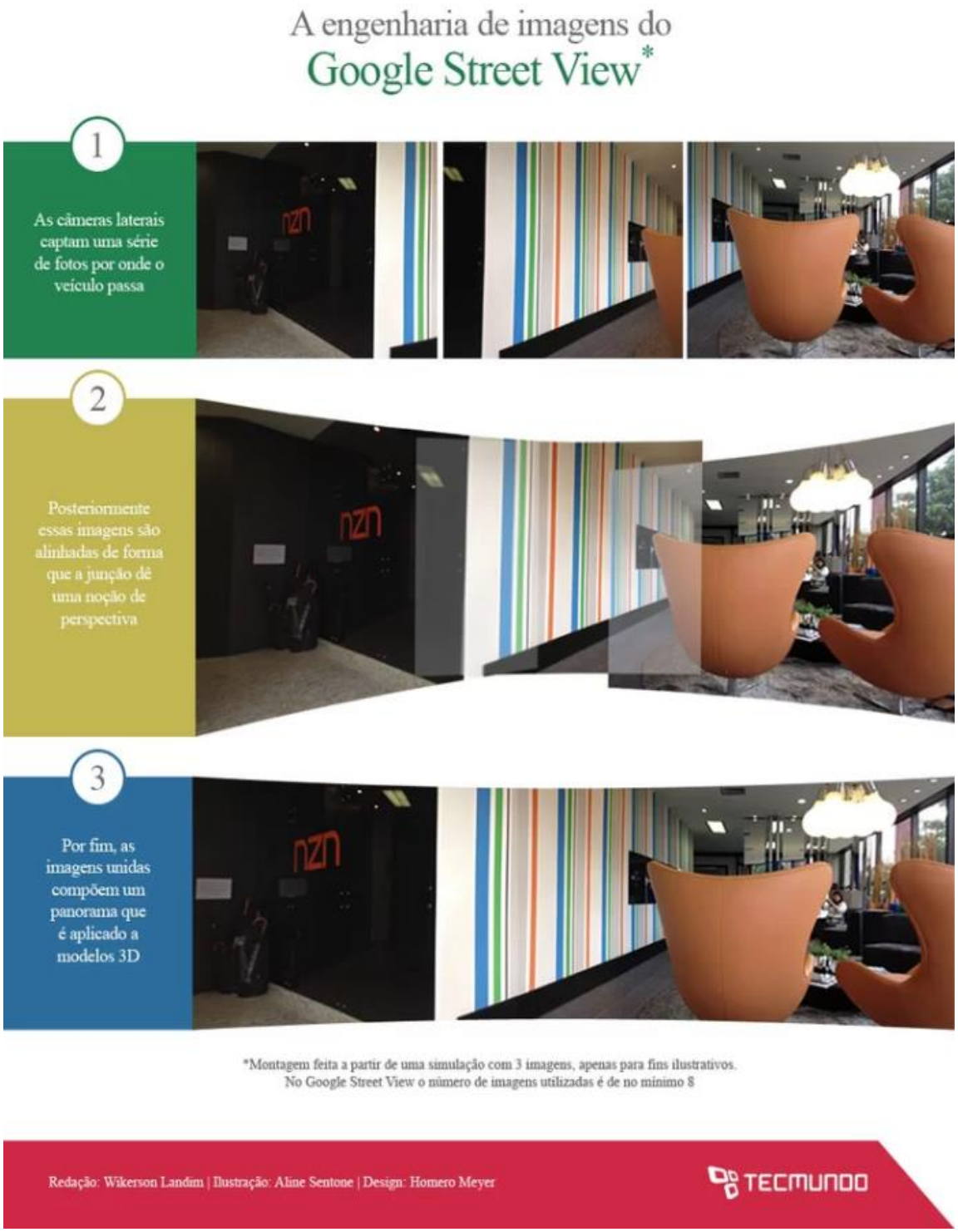


Figura 36 - Processo de captação de imagens para o Google Maps

Fonte: Tecmundo (s.d)

2.3 O poder na Cartografia

Todo mapa nos conta uma história de acordo com os diversos atores que estão realizando tais produções. De acordo com os interesses estabelecidos nessas produções, partes de um território são omitidas e outras partes evidenciadas, para que se tenha sucesso na forma de como se quer apresentar um território e levar as pessoas a "enxergarem" da forma retratada.

Bourdieu (1989, p. 9) salienta que as "representações simbólicas, são instrumentos de conhecimento do mundo e de construção que estruturam formas de pensar, se portar e de agir dentro de uma sociedade, viabilizando as estruturas já existentes e definidas de poderes sociais". Os mapas são uma forma de sistemas simbólicos, que apresentam os poderes que se estabelecem em uma sociedade.

Na questão de um mapa reforçar um poder, podemos destacar, um exemplo, contido no livro *The power of maps,* em que o autor Denis Wood (1992), relata as manipulações exercidas em mapas das eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2000, nas quais os candidatos Bush, republicano, e Al Gore, democrata, travaram uma "guerra" na qual os Estados Unidos estavam polarizados. A partir do mapa, podemos entender a influência de Bush, conforme o autor: "O mapa não apenas garantiu a George Bush que havia duas Américas: também lhe garantiu que aquele do qual ele era o líder vitorioso e que as Américas estavam travando um combate moral era enorme em comparação com as outras. O mapa garantia a Bush que ele poderia fazer o que quisesse (...) poderia haver alguma dúvida sobre a magnitude da iniciativa de Bush? Vitória?" (WOOD, 1992, p. 7, tradução nossa). Nessa situação, observemos como um mapa pode influenciar pontos de vista. Observemos a figura 37, que retrata esse período de eleições nos Estados Unidos.

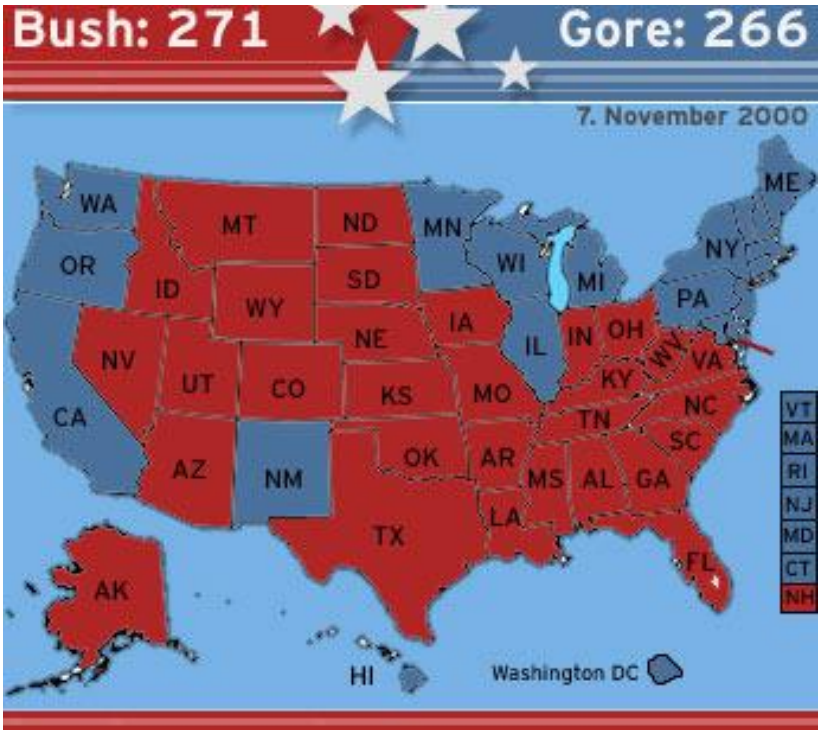


Figura 37 - Mapa que representa as eleições presenciais no período de 2000 nos Estados Unidos

Fonte: DW (s.d)

Para Wood (1992), os mapas não são um espelho da realidade, e sim proposições, ou seja, sugestões que afirmam ou negam a existência de algo. Em relação a este mapa, Wood (1992) nos leva a refletir o seguinte:

> O mapa dá a impressão superficial de que os "estados vermelhos" dominam o país, uma vez que cobrem muito mais área do que os azuis. Contudo, como apontado por muitos outros, isso é enganoso porque não leva em conta o fato de que a maioria dos estados vermelhos têm populações pequenas, enquanto a maioria dos estados azuis têm populações grandes. Os azuis podem ser pequenos em área, mas são grandes em termos de número de pessoas, o que é o que importa em uma eleição. (WOOD, 1992, p. 8, tradução nossa).

Se esta representação for feita na forma de cartograma[34], que releva a respeito do que estamos retratando, a situação das eleições de 2000 nos Estados Unidos se mostra diferente. O país estava dividido e não dominado por um lado (WOOD, 1992). Observemos a figura 37, que retratava a situação das eleições naquele período a partir de uma perspectiva populacional.

[34] Mapa que não apenas apresenta o território selecionado, mas que dá foco na densidade do fenômeno e como ele ocorre por km².



Figura 38 - Mapa de cartograma que retratava a situação da polarização das eleições nos Estados Unidos em 2000
Fonte: Curiosidades Cartográficas (s.d)

Entendemos que grupos dominantes entram na esfera do sistema simbólico perpetuando seu poder. Assim, estruturam as representações cartográficas controlando formas de pensar e ver um território, intervindo em mapeamentos para que seus objetivos sejam alcançados. Devemos nos indagar: será que a Cartografia não exerce um domínio em que se viabilizam estruturas perpetradas dentro de uma sociedade? E com qual objetivo são realizadas essas intervenções no mapeamento de um território?

Bourdieu (1989) nos leva a refletir que os sistemas simbólicos correspondem a poderes que devem ser exercidos para controle de grupos e que operam com a manipulação cartográfica (WOOD, 1992). Respondendo às colocações, a Cartografia opera no campo do simbólico, que corresponde ao jogo de interesses de quem realiza ou comanda determinada produção cartográfica, mantendo as estruturas de poder que ocorrem na sociedade para o campo simbólico.

A cartografia não é uma ciência que apenas confecciona mapas. Cada produção cartográfica conta uma história e segue uma intencionalidade. Observamos que, através dos mapeamentos, os diversos grupos hegemônicos lutam por poder e os grupos invisibilizados lutam para mostrar sua força. O autor Santos (2011) nos salienta essa

relação e a dualidade dos mapas, ora reforçando poderes existentes na sociedade e ora mostrando as lutas sociais:

> A relação entre cartografias e lutas sociais está profundamente mergulhada nesta bifurcação - instrumento de dominação versus instrumento de luta de grupos desfavorecidos. Ela transforma o próprio processo de desenvolvimento das técnicas e tecnologias cartográficas em objeto de disputa. (SANTOS, 2011, p. 11).

Com relação à acepção de poder, Raffestin (1993) salienta que o poder opera em duas faces: o poder institucional, no caso o Estado, e o poder de grupos que se manifestam numa determinada sociedade. Esses dois polos ora se unem, ora se confrontam. Assim, o poder é um conjunto de relações exercidas pelo Estado para controlar um território, suas dinâmicas e os indivíduos. O poder vai além, ele é construído também dentro das organizações de grupos dominantes ao longo do tempo.

O poder de representar um território através da cartografia também se expressa na dominação dos recursos necessários para tal mapeamento. Na concepção de Santos (2011), controlar as tecnologias e o meio das técnicas cartográficas é uma forma de estruturar o poder, já que os grupos dominantes são os que têm facilmente esse acesso, ao contrário dos grupos socialmente excluídos.

> A difusão destes instrumentos (que são chamados de "interativos"), como o "Google Maps" e o "Google Earth" coloca em cena novas possibilidades de constituição de visões de mundo, o que reposiciona a educação cartográfica e o ensino/aprendizagem de Geografia. O mundo da educação já vem sendo profundamente impactado por novas tecnologias associadas à informática, as quais vêm ocupando cada vez mais espaço na comunicação e interações sociais, e o campo cartográfico se torna cada vez mais importante nisto – por isso, é objeto de disputa. Ver a própria casa ou rua num mapa, plotar informações sobre o espaço de vivência neste mapa e relacionar tais elementos com o mundo é uma operação de raciocínio espacial, que molda visões de mundo e pode permitir a atores a concentração de informações (SANTOS, 2011, p. 14).

O *Google Maps* e o *Google Earth* nos dão a sensação de que todos os territórios estão sendo representados e que temos a visibilidade total, quando essa forma de representação corresponde a interesses muitas vezes ligados aos grupos hegemônicos, que omitem certos locais de forma estratégica de acordo com seus objetivos. Mais à frente, neste texto, iremos discutir este ponto, mas vamos lembrar que em 2014 tivemos a Copa do Mundo no Brasil e diversas favelas cariocas foram invisibilizadas nos mapas do *Google Maps*, conforme pedido da Riotur e da prefeitura do Rio de Janeiro, durante o

mandato de Eduardo Paes. Esses atores foram responsáveis por manipular os mapeamentos da época.

O objetivo ao intervir nesses mapas, era apagar as favelas, pois para esses grupos trata-se de territórios que atrapalham a cidade e desconstroem a imagem de cidade maravilhosa. Portanto, entender as técnicas cartográficas e os avanços tecnológicos é uma forma de poder e disputa, em que redes ativistas irão se apropriar para combater esses mapas hegemônicos, buscando apresentar outros, que contam histórias muitas vezes invisibilizadas.

> Se há grandes corporações nesta disputa, também há redes de ativistas, como a MapOMatix, um ambiente colaborativo para a criação e edição de mapas. Desenvolvido e sustentado por ativistas, ele se propõe a ser um espaço onde colaboradores geram e complementam mapas, produzem cartografias que se confrontam, utilizam bases para suas cartografias, dialogam sobre processos, fenômenos e ações através dos mapas gerados na base. É, portanto, uma ferramenta técnica, mas também, uma ferramenta política, no sentido de que se pretende um instrumento para os grupos e também um potencializador de diálogos entre grupos sociais ativistas. (SANTOS, 2011, p. 15).

Para Raffestin (1993), quando produzimos um mapa, estamos produzindo narrativas atreladas a um determinado poder. E esse poder se estabelece na esfera de quem produz os mapas e de quem comanda essas produções. Ressaltamos que nem sempre quem participa da construção das produções cartográficas está vinculado a esse poder. Bourdieu (1989) nos aponta que os símbolos operam instrumentalizando a nossa forma de entender tal mapa e assim, “enxergar” determinado território.

Numa leitura durkheimiana trazida por Bourdieu (1989), a cartografia nos leva a ver um determinado território de acordo com a intenção que um mapa quer provocar.

> Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Bourdieu (1989) nos leva a refletir que os sistemas simbólicos realmente exercem poder, pois são viabilizados dentro de uma sociedade, ou seja, são naturalizados. O poder simbólico a partir desta lógica exerce uma concordância de pensamento entre o sujeito e o objeto, ao longo dos anos, quando a sociedade naturaliza as relações sociais, e assim ocorre um “conformismo lógico”. Na leitura de naturalização na visão durkheimiana trazida por Bourdieu (1989), o conformismo seria aceitar uma ideia, uma situação sem

questionar, sendo a lógica algo evidente que não necessita de esclarecimento. Deste modo, em diversos momentos agimos assim: apenas naturalizando os fatos.

Exemplificando o "conformismo lógico" através da questão linguística, o fato do nosso idioma ser o português foi algo imposto, já que havia habitantes no Brasil, os indígenas, que falam diversos idiomas, mas que foram dominados por grupos hegemônicos, sendo um deles os portugueses. Assim, os costumes e o idioma do colonizador foram naturalizados na sociedade brasileira. Hoje em dia aprendemos e estudamos o português nas escolas como se desde sempre só existisse esta língua no território brasileiro e como se fosse o único idioma falado no país.

O "conformismo lógico" existe quando também estudamos os mapas, por exemplo, quando nos deparamos com fronteiras em certos mapas e achamos natural, sem questionarmos a construção social imposta que aquela fronteira representa e a dominação sofrida por grupos que pode tê-la originado. Da mesma forma, naturalizamos o apagamento de partes do território.

Entre essas relações, teremos uma construção de nós (pertencentes à classe dominante) e os outros (que estão abaixo desta classe), uma questão de alteridade. Ou seja, essas classes dominantes realizam uma falsa interpretação de união dentro da sociedade ao mesmo tempo que fazem distinções e separações, o que se evidencia através dos sistemas simbólicos e no "conformismo lógico".

Na concepção do "conformismo lógico" vamos a outro exemplo: ao trabalharmos um mapa do Brasil em sala de aula, nós, professores de geografia, delimitamos as regiões para reconhecimento dos alunos, e as identificamos por cores, como forma de memorização e naturalização do território. Em vez disso, poderíamos levantar as seguintes questões: Quais foram as dominações que essa região sofreu ao longo do tempo? Quais foram os processos de construção de fronteiras em determinadas regiões?

Devemos pensar no processo de formação de construção de um território, e não naturalizar essa formação sem questionar por que um mapa se representa assim e quais processos históricos que levaram a sua formação, estudando-se os povos que sofreram e os que foram os algozes nessa configuração. A naturalização não permite uma leitura crítica e se tratando de um mapa, fazendo parecer que nada poderia ser diferente.

Com base em um mapa, podemos fazer uma leitura de mundo, que acaba muitas vezes sendo vinculada a esses conjuntos de poderes que operam nas diversas sociedades

ao longo dos anos. Essas representações servem para perpetuar poderes nas esferas sociais, políticas e econômicas, seja através do poder público, seja através dos diversos grupos com poder numa sociedade. E, assim, esses poderes circulam e se fortalecem na sociedade por meio do controle das redes, dos fluxos e dos sistemas simbólicos.

> Redes de circulação e redes de comunicação, no fim, se compenetram, se articulam, interagem. Mas, sobretudo, criam interfaces que querem se apropriar aqueles que, em toda a crise ou revolução, querem substituir o grupo dominante? Quem procura tomar o poder se apropria pouco a pouco das redes de circulação e comunicação: controle dos eixos rodoviários e ferroviários, controle das redes de alimentação de energia, controle das centrais telefônicas, das estações de rádio e de televisão. Controlar as redes é controlar os homens e é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga (RAFFESTIN, 1993, p. 213).

Raffestin (1993) nos faz refletir que as redes de circulação e informação são fundamentais no processo de construção do poder, pois a rede de circulação cria espaços e territórios estratégicos para viabilizar o poder, e a informação tem o caráter de dar veracidade a essa reprodução no âmbito da esfera social.

2.4 Mapas e seus sentidos

Todo mapa segue um objetivo e evidencia o discurso que será apresentado em uma produção. Controlar a produção de mapas é uma forma de ter controle sobre um território, já que quem detém poder sobre mapeamentos e suas produções estabelece o que quer evidenciar e o que quer esconder. Os mapas são instrumentos de poder e evidenciam o poder que circula e cresce na sociedade.

As representações cartográficas seguem uma intencionalidade e reforçam um discurso de acordo com as narrativas sobre determinado território. Essas narrativas são reforçadas no campo simbólico, ou seja, são reforçadas nas representações. Os grupos hegemônicos mantêm o seu poder controlando a produção de mapas, pois, assim, vão alicerçando cada vez mais seu domínio em tal território.

Monmonier (1996) nos alerta que cada elemento existente num mapa como escala, projeção e símbolos, está suscetível a sofrer distorções. Quando descrevemos uma escala, percebemos que a alteração desse elemento modifica como enxergamos um fenômeno, ou seja, se sabermos a sua real proporcionalidade. Na citação a seguir, analisamos que uma escala pequena não vai apresentar tantos detalhes quanto uma

grande, entendendo que mesmo que eu queira mapear um lugar pequeno utilizando uma escala grande, posso escolher uma escala pequena para omitir dados do território que estou representando.

> Mapas de grande escala tendem a ser mais detalhados do que mapas de pequena escala. Considere dois mapas, um em 1:10.000 e outro em 1:10.000.000. Uma linha de 1 polegada em 1:10.000 representa 10.000 polegadas, que é 8.331/3 pés, ou cerca de 0,16 milhas. Nesta escala um quadrado medindo 1 polegada de cada lado representa uma área de 0,025 mi 2, ou cerca de 16 acres. Em contraste, em 1:10.000.000, a linha de 1 polegada no mapa representa quase 158 milhas, e o polegada quadrada representaria uma área ligeiramente superior a 24.900 milhas quadradas, ou quase 16 milhões de acres. Neste exemplo, a polegada quadrada no mapa em grande escala poderia mostrar características do terreno em distâncias distantes maior detalhe do que a polegada quadrada no mapa de pequena escala (MONMONIER, 1996, p. 6 e 7, tradução nossa).

Considerando o que Lacoste (2011) nos apresenta, apontamos que a escolha da escala é primordial para a representação de um fenômeno, dado que privilegiamos certos níveis de análise e ocultamos outros, e, segundo Monmonier (1996), isso corresponde a entender o território e perceber os fatores, políticos, sociais e econômicos contidos nestas produções na forma de ocultação de níveis de análise:

> Ao plano do conhecimento não há nível de análise privilegiado, nenhum deles é suficiente, pois o fato de se considerar tal espaço como campo de observação irá permitir apreender certos fenômenos e certas estruturas, mas vai acarretar a deformação ou a ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas, as quais não se pode negligenciar. É por isso indispensável que nos coloquemos em outros níveis de análise, levando em consideração outros espaços. Em seguida é necessário realizar a articulação dessas representações tão diferentes, pois elas são função daquilo que se poderia chamar espaço de conceituação diferente (LACOSTE, 2011, p. 75).

Existe a escolha do que se irá mapear e, a partir disso, se elaboram as representações cartográficas com utilização de escalas para representar tal fenômeno (num mapa, carta ou representações) em relação a sua abrangência no real, embora uma representação não consiga conter todos os fatores que existem num território. Então a escala será de acordo com a intencionalidade do que se quer evidenciar ou omitir.

> Tudo aquilo que contribui para mascarar o problema da escolha das escalas de observação e de representação e o problema de articulação dos diferentes níveis de análise teve grave consequências para a evolução da geografia universitária e para a reflexão teórica sobre os problemas espaciais (LACOSTE, 2011, p.70).

A escolha da projeção é bem pensada para o foco no que se quer mostrar de um dado território. A escolha da projeção distorce as áreas, amplia outras, mas sempre seguindo determinada intencionalidade. Os símbolos representam o que tem no território,

mas nisso também ocorre a escolha, pois nem tudo será mapeado. Podem existir, por exemplo, três casas num território que quero mapear, mas na hora de representar, posso utilizar os símbolos representando apenas uma, se minha concepção as outras não forem necessárias. Assim ocorrem as alterações.

As cores também entram nessa questão, pois se dentro de um território queremos evidenciar um ponto mais que outro, alertar sobre um fenômeno ou não chamar atenção sobre ele, enfim, assim a brincadeira da criação de mapas e suas manipulações ocorrem.

Devemos nos atentar às narrativas apresentadas nos mapas, pois estas se configuram como uma leitura de pensamentos e visões que se estabelecem no âmbito de um território. A violência simbólica a que Bourdieu (1989) se refere é justamente o crescimento do poder no âmbito do dia a dia em uma sociedade, classes de grupos hegemônicos já estruturam esse poder e o reforçam, dominando outras classes. Em um mapeamento não poderia ser diferente, a classe dominante irá apresentar o território de acordo com a sua visão, ou seja, excluindo e invisibilizando outras classes e outras partes do território.

Para Mascarello, Santos e Barbosa (2018), um mapa estabelece uma conexão intencional de estratégias para dominação. Na visão de tais autores, tanto o Estado como as empresas alteram os mapeamentos de acordo com as suas necessidades, para atingir e garantir seus benefícios. Assim, acabam controlando a produção espacial. “Desta forma, o Estado e os empreendimentos capitalistas (empresas/corporações), hoje, são os dois maiores poderes na produção do espaço” (MASCARELLO; SANTOS; BARBOSA, 2018, p. 130).

Em relação ao processo cartográfico, percebemos que existem muitos interesses nestas produções que operam de acordo com intenções e poderes que vão se estabelecendo ao longo dos anos (LACOSTE, 2011). Sendo assim, ao lermos um mapa devemos perceber as intervenções estabelecidas nessas produções para que possamos realizar uma leitura crítica de determinado território representado.

A cartografia não é uma mera ciência de reproduzir mapas, não é uma simples técnica: está ligada a representar os fenômenos espaciais e precisa com isso estabelecer conhecimento da realidade do fenômeno, se utilizando também de outras ciências para um estudo mais aprofundado. Entendemos que a Cartografia estuda o fenômeno na sua totalidade e abrangência e realiza graficamente a reprodução (figura 38) de forma

generalizada (realizando assim uma seleção na sua produção). Os usuários de seus produtos precisam, portanto, estabelecer uma visão crítica de tais produções, conforme aponta Monmonier (1996).

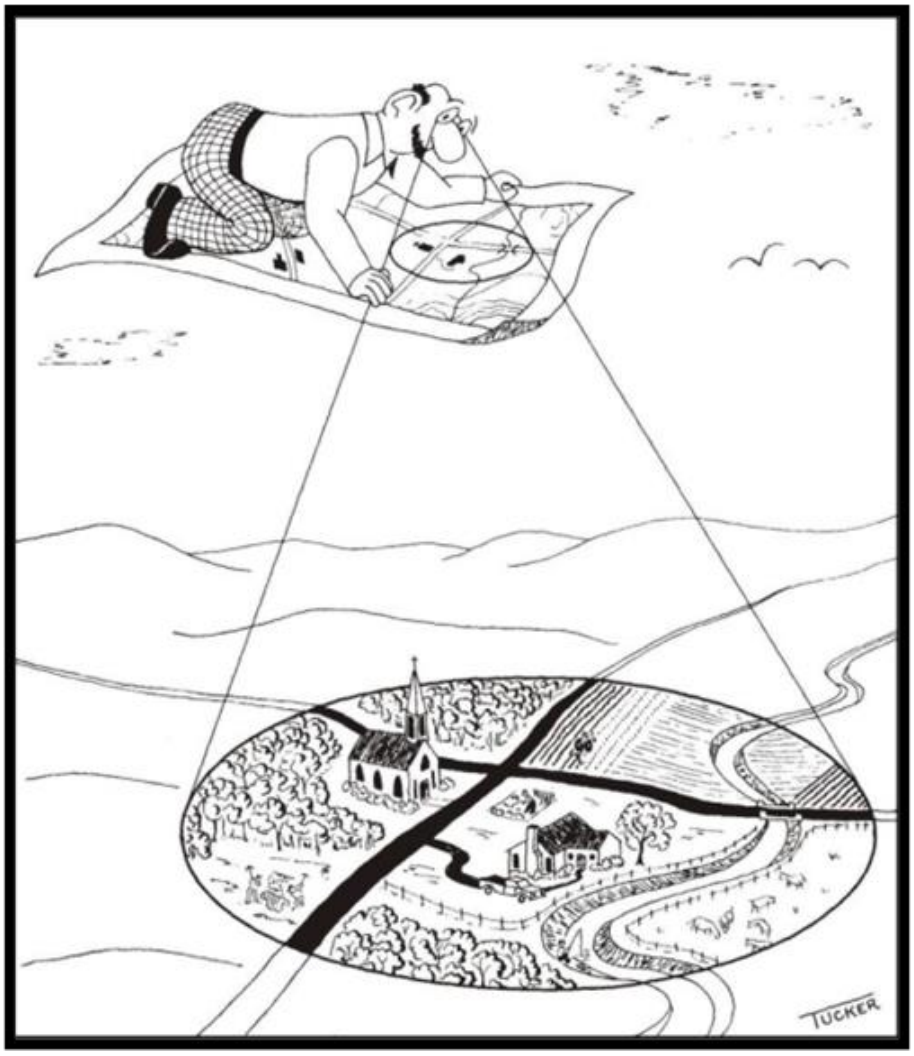


Figura 39 - O cartógrafo fazendo uma generalização do que será mapeado do real para o mapa

Fonte: Pimenta (2013, p.2)

Essa generalização ocorre de forma intencional, pois o que se quer evidenciar ou esconder faz parte desta etapa num mapeamento. Os símbolos ocupam um grande espaço no mapa, por isso precisa-se escolher o que vai ser simbolizado ou não e a escala que será escolhida para que se possa representar ou omitir o que se quer em um território: “por exemplo, 1:24.000 mapas topográficos em escala excluem florestas menores (...) a menos

que sejam importantes como pontos de referência ou cinturões de proteção" (MONMONIER, 1996, p.41, tradução nossa).

Todas essas transformações têm o objetivo de produzir mapas mais dinâmicos, complexos e com mais recursos. "A ciência cartográfica compreende a criação e o uso de mapas enquanto leitura e meio de retorno à realidade, e abrange o conhecimento de como comunicar e com quais instrumentos, sempre visando à eficácia da representação" (ARCHELA, 2007, p. 276). Os mapas servem para nos informar de realidades de acordo com pontos de vistas diferenciados, experiências e vivências.

Os mapas não podem ser mais vistos apenas como uma produção neutra, e sim suas representações devem ser discutidas e analisadas, para entendermos por que tal mapeamento foi realizado desta maneira e não de outra, quais elementos foram representados e quais não foram, enfim, essas representações precisam ser questionadas.

> Os mapas serão considerados como parte integrante da família mais abrangente das imagens carregadas de um juízo de valor, deixando de ser percebidos essencialmente como levantamentos inertes de paisagens morfológicas ou como reflexos passivos do mundo dos objetos. Eles são considerados imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído (HARLEY, 2009, p. 2).

Entendemos que quem produz um mapa ou uma representação percebe os territórios estratégicos de uma determinada sociedade e assim realiza o mapeamento. Questões que devemos nos perguntar: O que é importante mapear? O que é importante destacar? Sabemos que nem tudo do real é mapeado e por quê? Será somente por causa do método de generalização cartográfico? E qual critério escolhido do que deve ser mapeado ou representado?

Percebemos que ao analisar uma representação, não podemos pensar que não há jogos de interesses, poderes e nem articulações, e desta forma somos levados a ver nesses mapeamentos as diversas visões e pensamentos sobre um determinado fenômeno. Entendemos assim que uma representação cartográfica não será mais apenas mera representação, devemos nos atentar ao conjunto de articulações que manipulam um mapeamento.

> O fato de privilegiar certos níveis de análise que correspondem a certos tipos do espaço de conceituação provoca, por razões que já evocamos antes, a deformação ou ocultação dos fatores que não podem ser convenientemente apreendidos senão em outros níveis de análise. Esses fatores se encontram, disfarçadamente, afastados do raciocínio, por efeito de uma verdadeira filtragem de informações, que consiste em delimitar, a priori, o tipo de espaço que deve ser preferencialmente considerado. (LACOSTE, 2011, p.78).

Vejamos um mapa do *Google Maps* que na época foi publicado no Jornal gizmodo.uol comparando versões de 2011 e 2013 e o Jornal Estadão que também criticou esse sumiço das favelas da busca do Google Maps. Percebemos que a simbologia geométrica que representa as favelas em 2011 já não aparece em 2013 (figura 40).



Figura 40 - Imagens do Google Maps de 2011 e 2013

Fonte: Ventura (2013)

Como discutimos neste capítulo, entendemos que esses mapas do *Google Maps* no período de 2011, dois anos antes da Copa do Mundo do Brasil, apresentaram um Rio de Janeiro para os turistas com bem menos favelas que a realidade.

Observando a figura acima percebemos que diversas favelas e morros não estão apresentando suas delimitações e limites através de polígonos. Em 2011, por exemplo, tínhamos as favelas Favela Morro da Coroa, Favela Francisco de Castro, Favela da Imaculada Conceição, Morro da Saudade, Favela Morro dos Cabritos, Morro do Cantagalo, Morro de São João, Favela Babilônia, Morro da Babilônia, Morro do Leme e Morro Cara de Cão. A partir de Monmonier (1996), entendemos que um mapa ou uma representação tem um caráter de evidenciar certas áreas em relação a outras mediante o processo e a intenção estabelecidos.

3. Análise cartográfica

> Um bom mapa conta uma infinidade de pequenas mentiras; suprime a verdade para ajudar o usuário a ver o que precisa ser visto. A realidade é tridimensional, rica em detalhes e factual demais para permitir uma modelo em escala gráfica bidimensional completo, porém organizado. Na verdade, um mapa que não generalizasse seria inútil (MONMONIER, 1996, p. 38, tradução nossa).

3.1 *Google Maps e Google Earth* estudo da representação dos territórios de favelas do Rio de Janeiro (2016[35] a 2023)

O projeto Tá no Mapa (iniciado em 2014), do grupo AfroReggae em parceria com o *Google Maps*, mapeou favelas do Rio de Janeiro de modo a contrapor as ações de 2011, quando o *Google Maps* alterou seu mapeamento a pedido da Prefeitura do Rio e da Riotur, para favorecer o foco nos pontos turísticos em vez de nas favelas. O projeto se intensificou na época das Olimpíadas e Paralimpíadas (2016), tendo por objetivo que **todos** (grifo nosso) aparecessem para os turistas, porém percebemos que essas alterações ainda não estão abrangendo todas as favelas como atuação de proposta de criação do projeto.

Esse automapeamento ocorre por meio de um telefone celular, de onde o aplicativo do *Google Maps* pode ser acessado com uma ferramenta de edição que processa as informações *online e offline*. Depois, essas informações passam por um processo de avaliação realizado pelo comitê do *Google Maps*, que revisa e aprova esses dados num prazo de 24 a 48 horas, após as quais essas anotações podem ser incluídas no mapa ou não.

Faremos um estudo de caso dos mapas do *Google Maps* que retratavam as favelas no ano de 2016 e os que retratam atualmente, em 2023. Como critério de seleção, procuramos apresentar as maiores apontadas pelo Censo 2010 e de acordo com as zonas Norte, Sul e Oeste como: Rocinha (Zona Sul), Cidade de Deus (Zona Oeste) e Complexo do Alemão e da Maré, na Zona Norte.

[35]Optamos, nesta dissertação, por trazer os mapas do Google Maps do ano de 2016, dado que no referido período a Riotur não delimitou as favelas nos folhetins entregues para os turistas no período de Paralimpíadas e Olimpíadas. O objetivo é debater se essa invisibilidade ocorreu neste aplicativo também, e correlacionar períodos distintos como ano de grandes eventos 2016 e ano de nenhum grande evento 2023 para analisar a dicotomia da visibilidade e invisibilidade das favelas na produção cartográfica.

O Complexo do Alemão, que se localiza na Zona Norte do Rio de Janeiro, possui seus limites nos bairros de Ramos, Higienópolis, Olaria, Penha, Inhaúma e Bonsucesso. Este complexo possui quinze favelas, denominadas como Estrada do Itararé, Itararé, Joaquim de Queiróz, Morro da Baiana, Morro das Palmeiras, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Rua Armando Sodré, Morro do Piancó, Mourão Filho, Nova Brasília, Parque Alvorada, Relicário, Rua 1 pela Ademas e Vila Matinha (figura 41)[36].

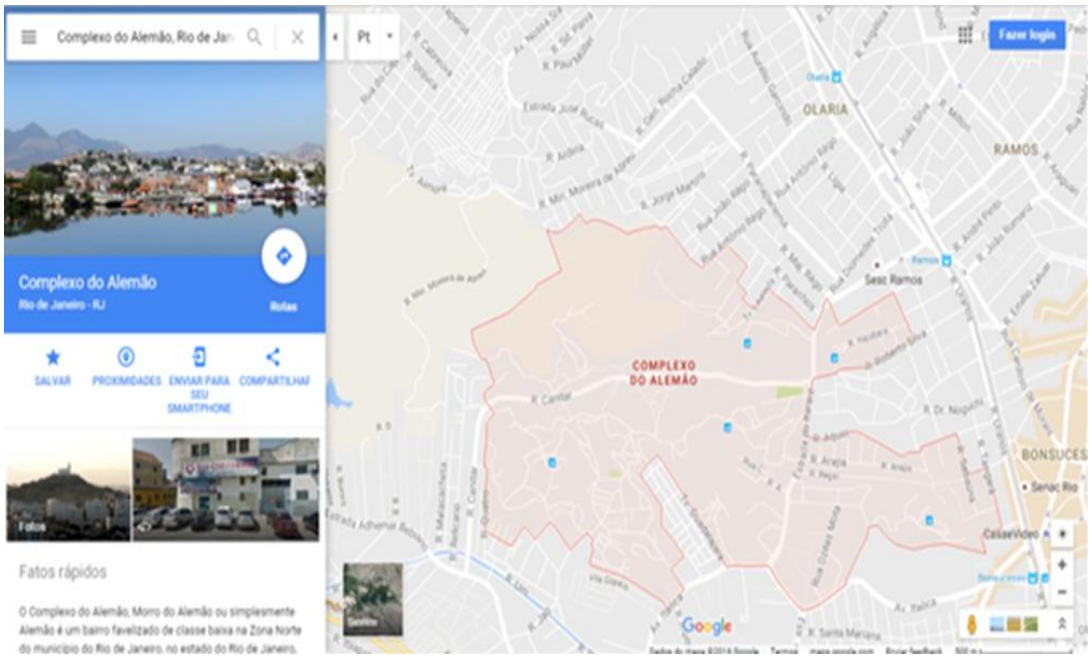


Figura 41 - *Google Maps* não delimita as pequenas vias do Complexo do Alemão

Fonte: *Google Maps*. Acesso em: 18 de setembro de 2016, às 16h 20

Não conseguimos ver as demarcações de ruas e das pequenas vias. Observemos o mesmo complexo abaixo com o zoom ampliado (figura 42). A imagem que o *Google Maps* apresenta está trocada já que representa a Maré, e não o Complexo do Alemão.

[36] A imagem que o Google Maps apresenta está trocada já que representa a Maré e não o Complexo do Alemão.

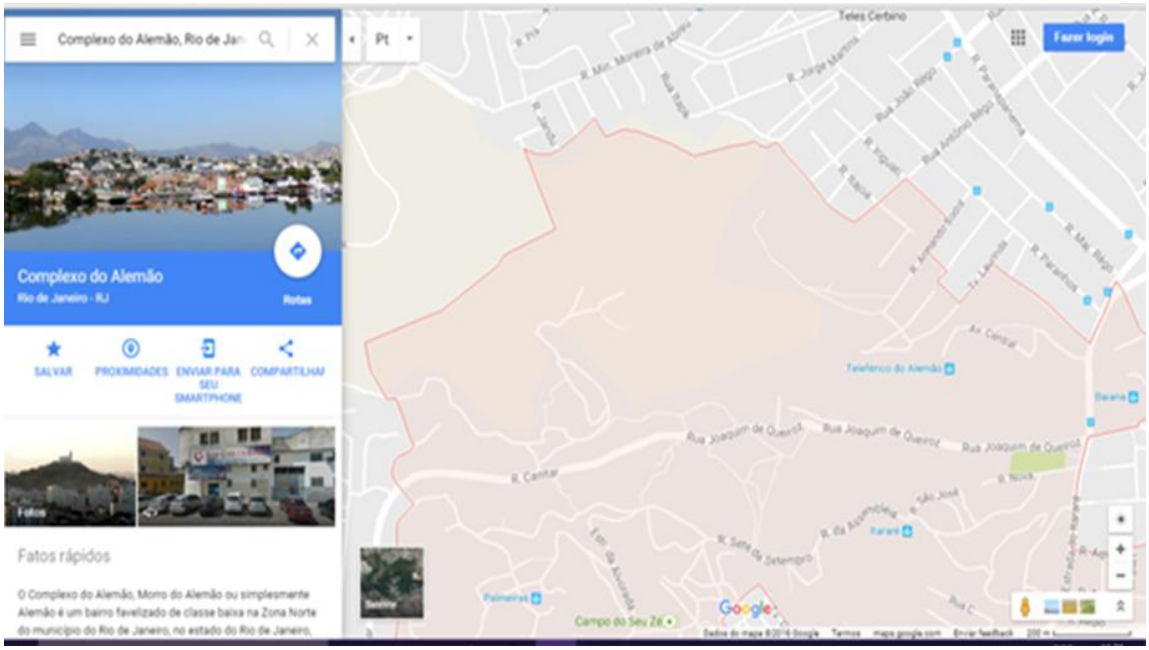


Figura 42 - *Google Maps* não apresenta a delimitação das ruas

Fonte: *Google Maps*. Acesso em: 18 de setembro de 2016, às 16h21.

O problema são os topônimos[37] na localização dos textos, pois o Complexo do Alemão não é somente esta área, que o *Google Maps* apresenta e localiza. A representação está em cima da mata, e assim não conseguimos aprender que existem ruas e construções dentro deste complexo. Outro problema é a imagem que retrata o Complexo da Maré e não o Alemão (figuras 43 e 44).

Nas imagens de satélite do *Google Maps*, figuras 43 e 44, podemos observar a simbologia da toponímia em cima da mata, o que dificulta a apreensão de que neste território existem ruas e casas. Essa representação invizibiliza a favela e seus moradores.

[37] Toponímia vem do termo geonímia é uma forma simbólica utilizada para representar uma identidade (através de nomes) em uma representação. Fonte: Dionisio, Virgilio e Menezes, Pamela Marcia Ferreira, Thiago Costa, Paulo Marcio Leal. Estudo geonímico das feições da costa do Estado do Rio de Janeiro. Revista Philologus, Ano 23, N° 69. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2017.

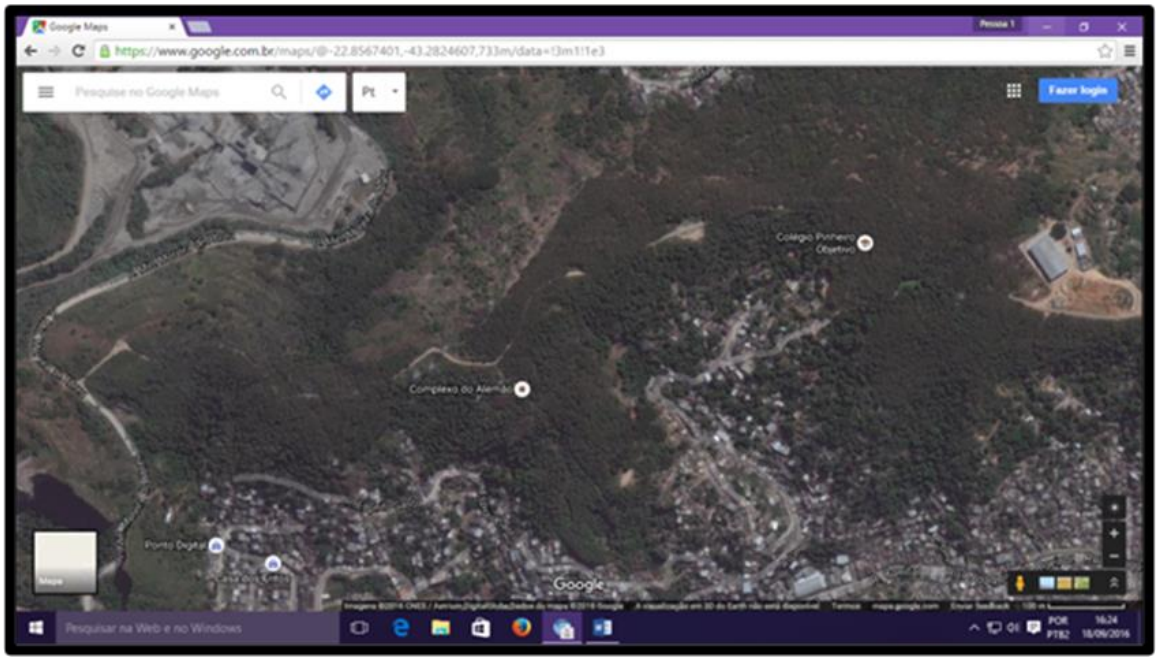


Figura 43 - Imagem de satélite do Google Maps do Complexo do Alemão, com zoom

Fonte: Google Maps. Acesso em: 18 de setembro de 2016, às 16h24.

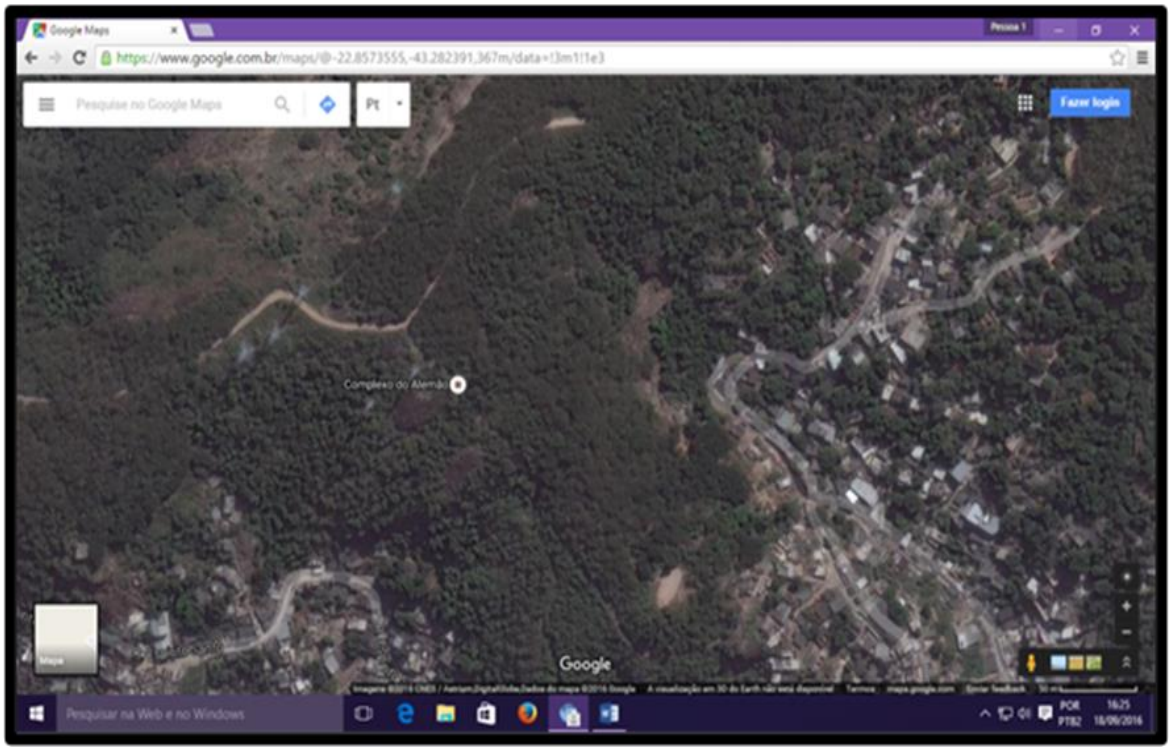


Figura 44 - Imagem de satélite do Google Maps do Complexo do Alemão, com maior zoom fica mais perceptível à localização em cima da mata

Fonte: Google Maps. Acesso em: 18 de setembro de 2016, às 16h26.

Através do que o Google Maps nos apresenta, apenas identificamos uma mata, portanto, não parecem existir ali pessoas que vivem, se relacionam e fazem suas práticas, criando as territorialidades. Apenas com esses mapas e essas imagens de satélite isso não nos é possível identificar e nem imaginar se não conhecermos essa área no real.

Analisamos o Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, composto de 16 favelas segundo o censo 2010: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Vila do João, 'Salsa e Merengue', Marcílio Dias, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Bento Ribeiro Dantas. Atualmente já existe a favela Mandacaru. (figuras 45).

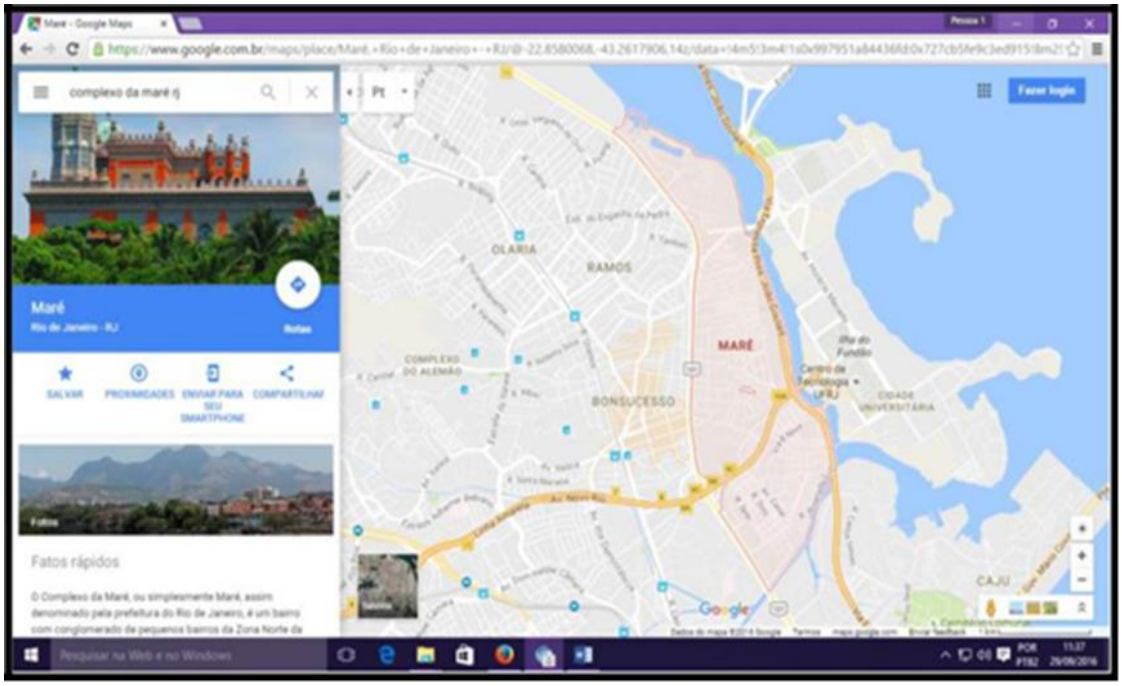


Figura 45 - Percebemos a localização através do nome Complexo da Maré, e os limites e as delimitações realizadas através do polígono

Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro de 2016, às 11h39.

Temos alguns problemas aqui: o primeiro é a falta de delimitação total da favela da Maré, uma vez que a toponímia só foca em uma parte do território e não o abrange sua totalidade, e a imagem que deveria mostrar a favela na verdade mostra a Fiocruz. A questão da imagem é um problema, pois causa uma falta de representação e invisibiliza esse território.

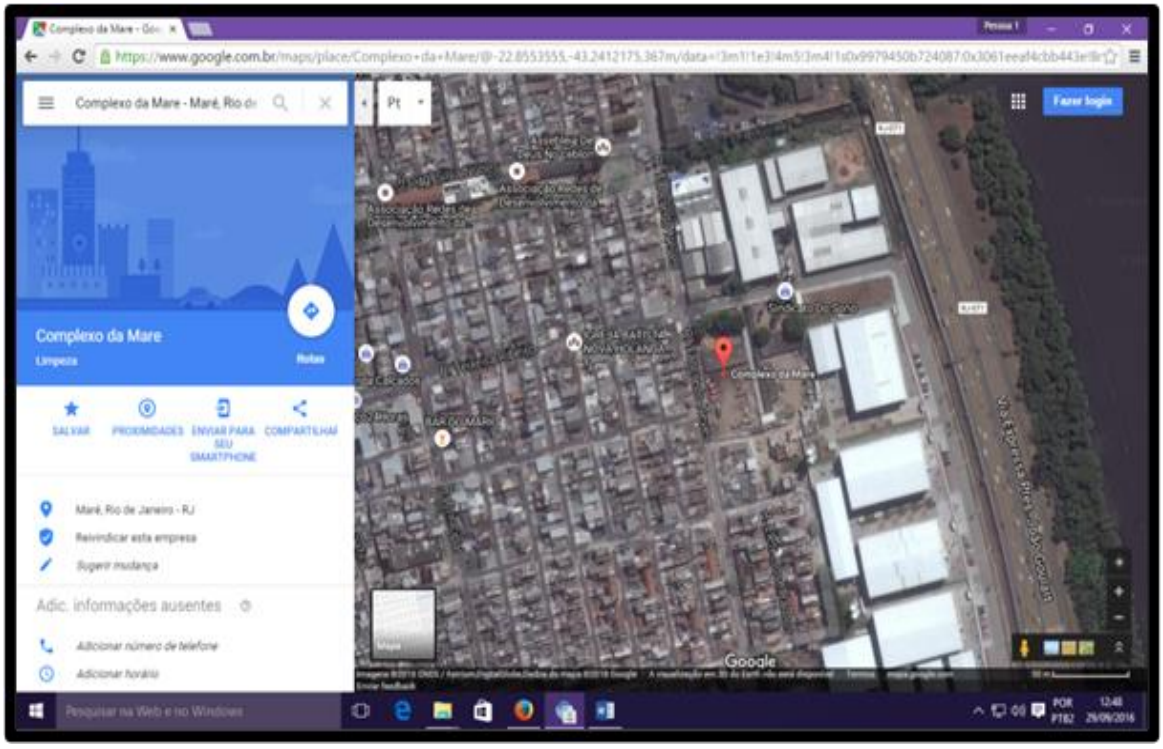


Figura 46 - Imagem de satélite do Google Maps onde temos a localização deste complexo, mas não temos a demarcação total dos limites territoriais
Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro de 2016, às 12h52.

Percebemos que nas duas figuras capturadas do *Google Maps* referentes ao Complexo da Maré, existe a localização pelo nome deste complexo, mas a delimitação da área é inexistente. Com isso, não sabemos onde começa a favela nem onde ela termina, não temos essa informação através dos polígonos[38].

A próxima favela se localiza na Zona Sul do Rio de Janeiro e é muito visitada por turistas por ter grande notoriedade na mídia, e ser um bairro do Rio de Janeiro. Esse pode ser uns dos motivos de a área estar totalmente representada, além do fato de se localizar na Zona Sul, um dos lugares por onde começou a atuação do projeto "Tá no Mapa". Percebamos que na Rocinha já conseguimos apreender a localização, e os topônimos não se apresentam em cima da mata, fazendo com seja visível a demarcação de ruas. Vejamos as figuras 47 e 48.

[38] Elementos que permitem com precisão a dimensão, localização, tamanho e dimensão do que se quer representar num mapa. Fonte: https://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/tutorial/estrutura. Acessado dia 20 de agosto de 2023.

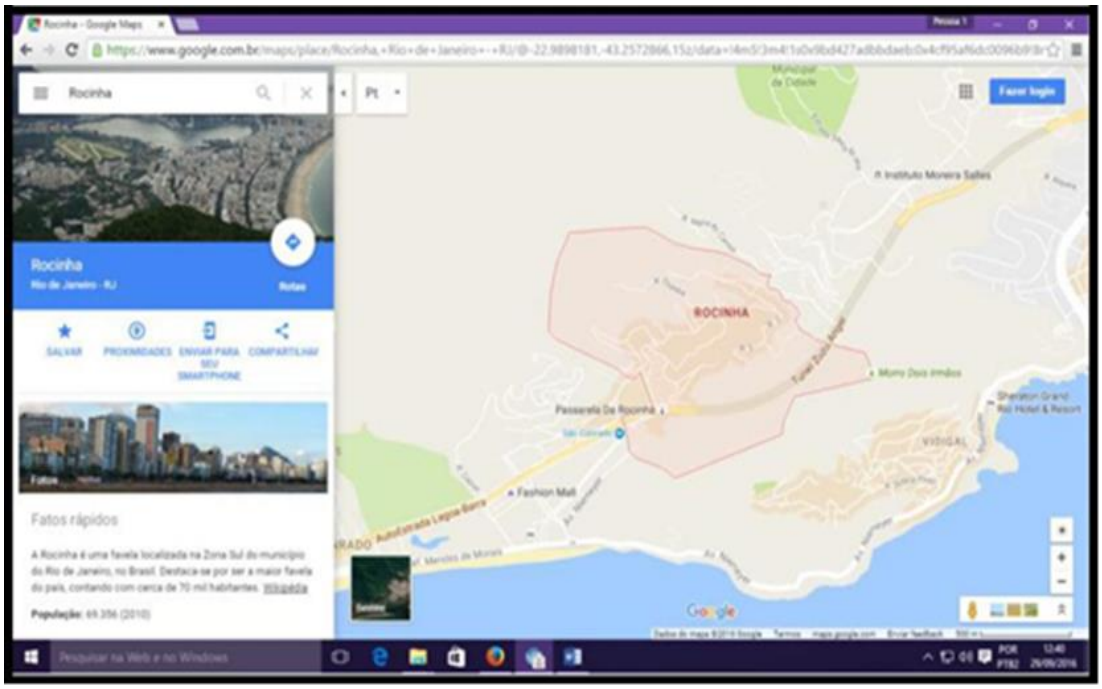


Figura 47 - Figura do Google Maps da Rocinha, que se localiza na Zona Sul

Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro de 2016, às 12h42.

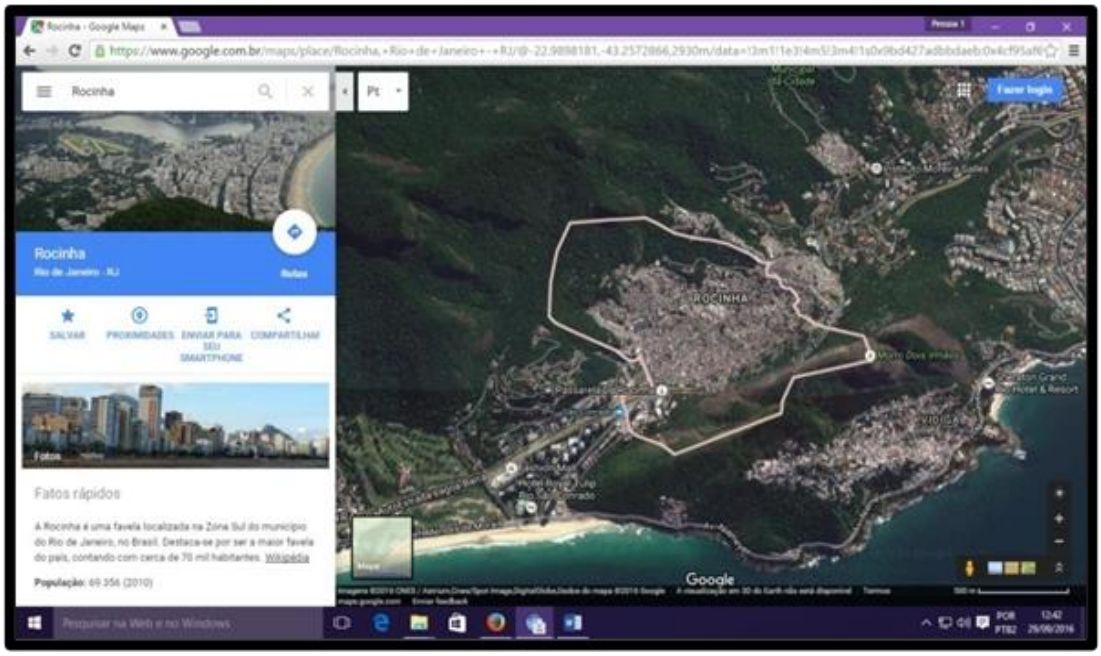


Figura 48 - Localização do nome em cima da favela e seus limites definidos onde podemos ver claramente a sua abrangência

Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro de 2016, às 12h45

Diferente das outras imagens de satélite, a delimitação da Rocinha é visível. Agora vejamos a Cidade de Deus, que se localiza na Zona Oeste, em Jacarepaguá, e que ganhou notoriedade na mídia com o filme Cidade de Deus, impulsionando o turismo nesta área. Através do *Google Maps*, percebemos seus limites e delimitações definidos, a extensão de sua área e a localização por meio do nome (figura 49). E na imagem de satélite figura 48 é possível observar essas delimitações.

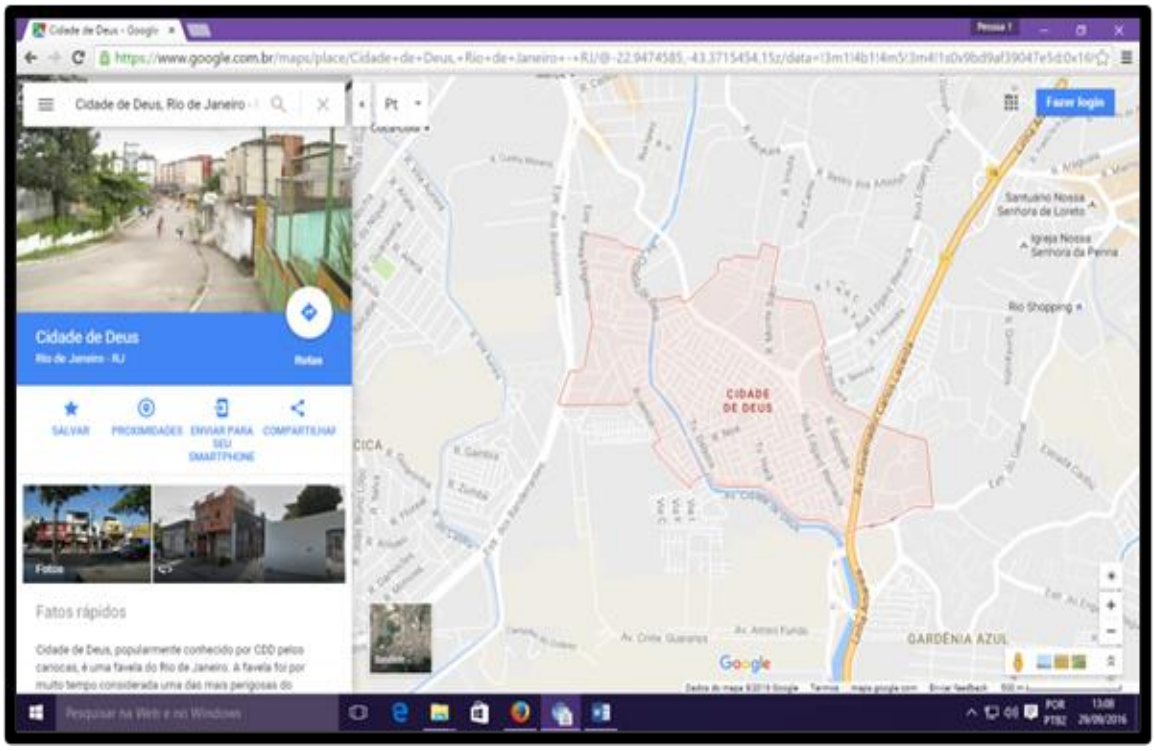


Figura 49 - Imagem da favela Cidade de Deus onde vemos sua localização através do nome e através da existência de delimitação e limites de área

Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro de 2016, às 13h10.

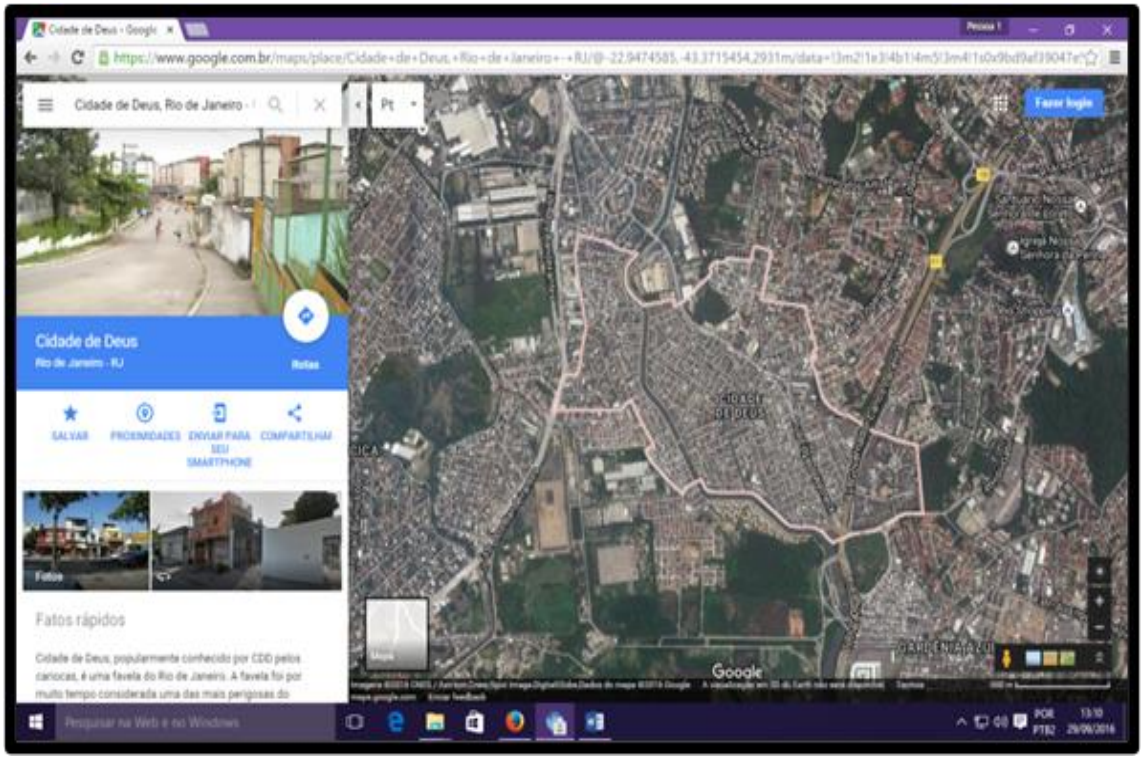


Figura 50 - Imagem de satélite da favela Cidade de Deus, onde podemos ver as delimitações e nome localizando a favela

Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de setembro, às 13h11

Neste capítulo apresentamos o projeto “Tá no mapa”, do grupo AfroReggae, realizado junto com o *Google.* A partir dos estudos de casos que apresentamos, percebemos que a maior parte das favelas ainda apresenta equívocos nos seus mapeamentos, seja na localização da área, na inexistência de delimitação ou na referência dos topônimos. Vamos então analisar como está o mapeamento dessas favelas em 2023 pelo *Google Maps* utilizando a ferramenta *Google Earth.*

O AfroReggae continuou a questionar e a exigir do *Google Maps* e uma posição da Prefeitura esse mapeamento total. Na dissertação vamos analisar esses mapas em visão 3D[39] e veremos que as favelas estão delimitadas.

A primeira imagem que iremos analisar é o Complexo da Maré, figura 51.

[39] Nos possibilita ter uma visão geométrica tridimensional, vamos analisar os mapeamentos do *Google Maps* com a ferramenta *Google Earth* para observamos a altura, largura e profundidade. Fonte: https://www.wishbox.net.br/blog/o-que-e-3d/ Acessado dia 04 de setembro.

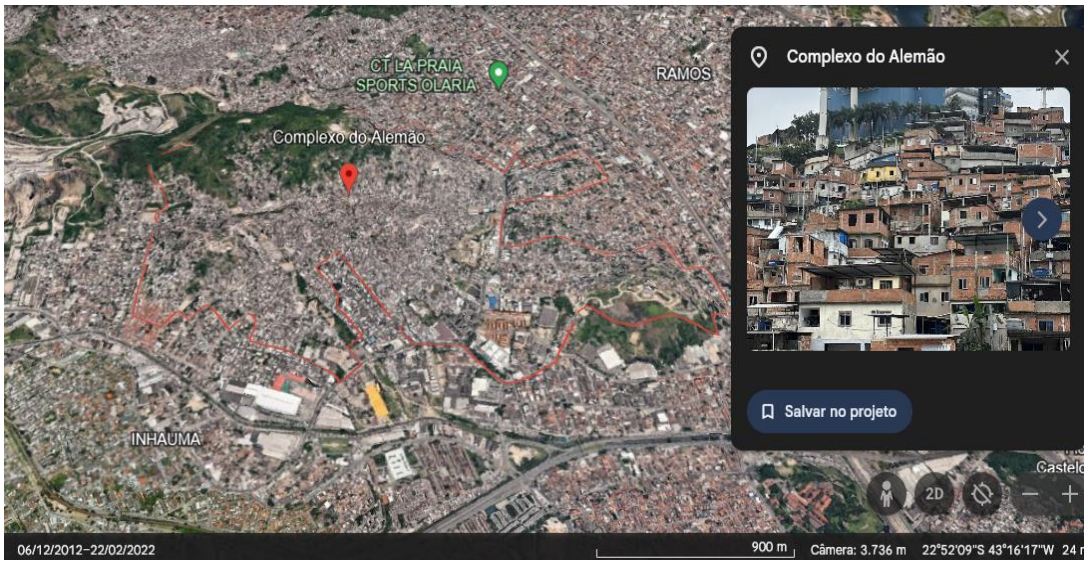


Figura 51 - Imagem em 3D do Complexo do Alemão, onde podemos ver as delimitações e nome localizando a favela

Fonte: Google Earth. Acesso em: 20 de agosto de 2023 às 15h.

Temos a demarcação da delimitação do território, a toponímia não está em cima da mata e sim na área das vias, o que nos dá a possibilidade de identificar através dessa representação as ruas. O nome do complexo está correto e a imagem desta vez também é referente ao Alemão. Vejamos a seguir o complexo da Maré na figura 52.

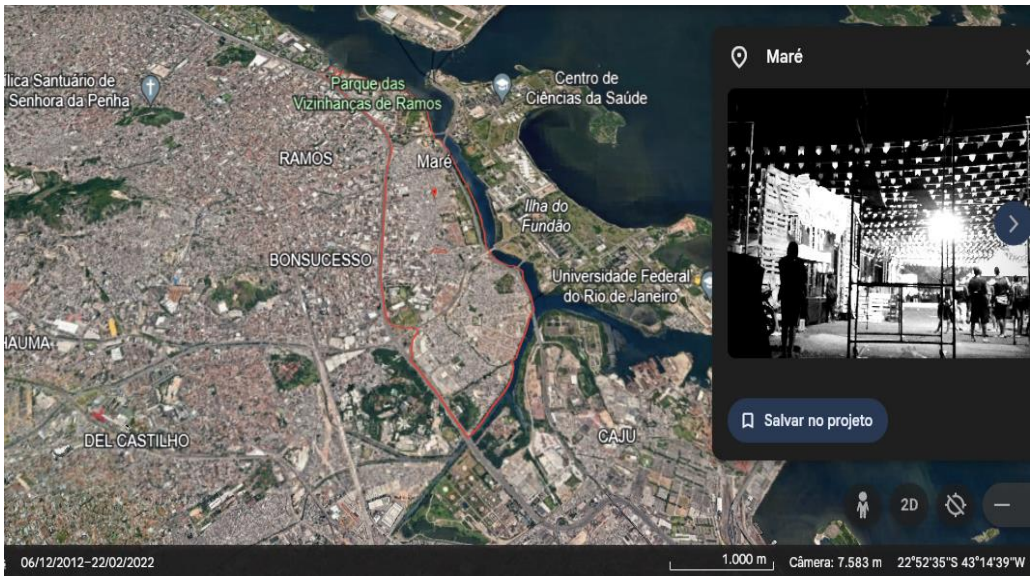


Figura 52 - Apresenta a não delimitação total do Complexo da Maré

Fonte: Google Earth. Acesso em: 20 de agosto de 2023, às 15h

Nessa representação, percebemos que a delimitação do Complexo da Maré ainda não está totalmente completa, pois esse complexo abrange mais áreas e a delimitação está apenas numa parte do território. Outras favelas que fazem parte do complexo não apresentam os nomes, e outra questão é que a imagem que aparece não representa a favela. Vejamos um mapa com todo o complexo da Maré delimitado e as favelas que compreendem esse território na figura 53.



Figura 53 - Complexo da Maré totalmente delimitado e as favelas todas identificadas

Fonte: Multirio (s.d).

A figura 54 nos indica que a Rocinha teve alterações ao longo do tempo.

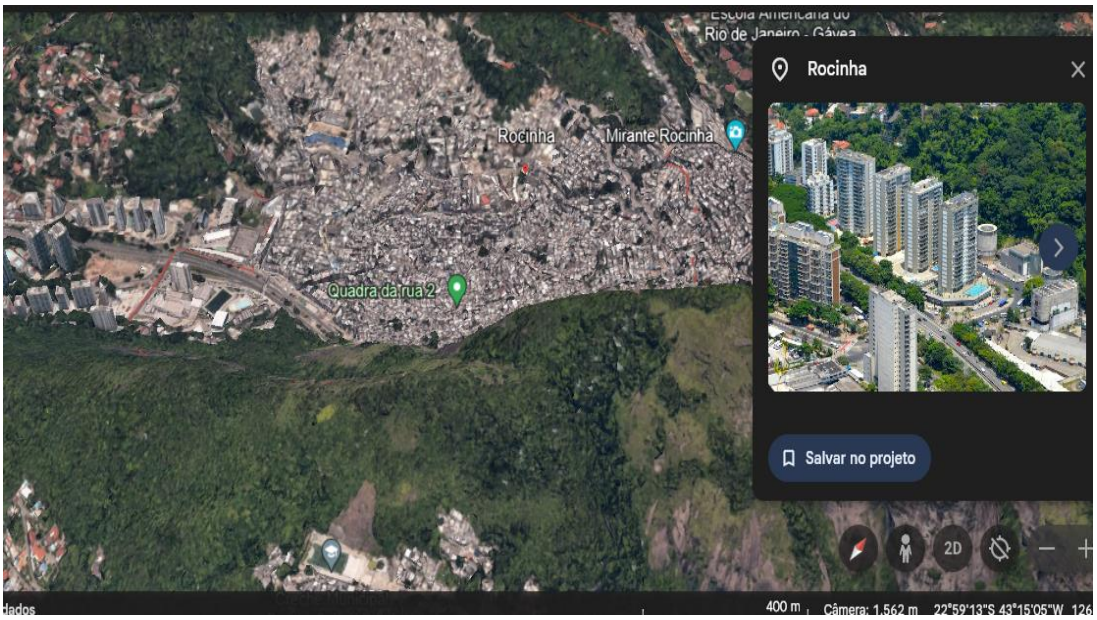


Figura 54 - Delimitação da favela da Rocinha

Fonte: Google Earth. Acesso em: 20 de agosto de 2023, às 16h

Conseguimos observar a delimitação da Rocinha, e a toponímia está no lugar certo, pois é possível identificar onde se localiza a favela e temos a delimitação total desta área na imagem de satélite. Vamos agora analisar a Cidade de Deus, figura 55, e observar que há a delimitação correta deste território e a toponímia demarcada corretamente.

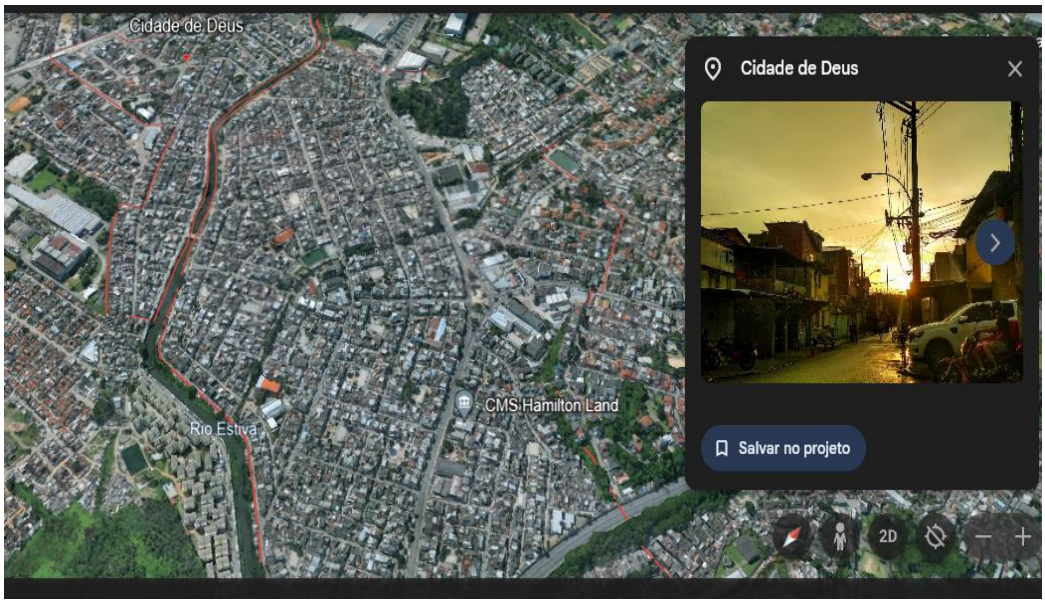


Figura 55 - Delimitação da Cidade de Deus

Fonte: Google Earth. Acesso em: 20 de agosto de 2023, às 17h.

Neste capítulo, fizemos um estudo de caso e percebemos que a maioria das favelas que analisamos em 3D apresentaram delimitação. Assim, conseguimos ter noção da existência desses territórios na cidade do Rio de Janeiro através desses mapas. A identificação dos topônimos traz corretamente o nome das favelas, porém ainda temos alguns problemas com a total delimitação dessas áreas. É o caso da Maré, representada apenas parcialmente.

Segundo Monmonier (1996), é preciso que se questione um mapa sobre suas informações dadas, de modo que não se aceite determinado mapeamento como se fosse um dogma, pois a utilização de dogmas serve para que se impeça qualquer tipo de questionamento e discussão. Devemos lembrar que os mapas correspondem a jogos de intencionalidades, permeados por poderes e interesses, não sendo diferente no caso do *Google Maps e Google Earth*, com o mapeamento de favelas no Rio de Janeiro, havendo as que são "enaltecidas" e as que devem permanecer "escondidas".

4. A produção cartográfica e os automapeamentos: uma nova leitura de cartografia

> (...) mesmo em situação de conflito, em muitas partes do mundo os mapas eram um meio de intercâmbio cultural capaz de superar as barreiras da língua. Em outros casos, constituíram um meio de resistência dos povos colonizados à apropriação de sua cultura e de seu território" (HARLEY, 1991, p. 7).

4.1 Mapas, contramapas e outras formas de produzir Cartografia

Neste capítulo, debatemos a Cartografia social, ou seja, uma forma de pensar, retratar e observar um território diferente da Cartografia tradicional, que é pensada de acordo com os interesses de grupos hegemônicos que excluem territórios que são considerados para esses grupos como segregados e que não devem ser mapeados. Para tal, nos aprofundamos em cartografias pensadas junto a moradores de favela e retratando a favela que é nosso objeto de estudo. Uma Cartografia que pensa em representar territórios considerados segregados, pensando em buscar melhorias e infraestrutura.

Segundo Acselrad e Coli (2008), um mapa apresenta uma visão de mundo, ou seja, busca evidenciar interesses e cumpre um papel de reforçar esses interesses para aqueles que vão utilizar tal mapeamento. Esses interesses correspondem à lógica de quem produz um mapa ou de quem comanda essa produção. "Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista" (ACSELRAD; COLI, 2008, p. 13).

O mapa e as representações cartográficas não são instrumentos passivos, eles são ativos, no sentido de que a sua produção serve muita das vezes para controlar o que se deve ver em um território e ajudar a reforçar o que uma sociedade deve observar e o modo como observar determinado território.

Há quem diga que quando propomos uma argumentação com a Cartografia e a sua produção, estamos nesse momento debatendo sobre as visões oferecidas neste processo. Defendemos que a Cartografia deva ser participativa, desta forma oferecendo outras visões de leituras de território se articulando e nos trazendo informações que muitas

vezes ficam escondidas deste processo, pois a produção cartográfica, segundo Harley (1991), é uma forma de comunicação e interliga diversas partes do mundo.

O mapa e as representações cartográficas são instrumentos ativos, como já mencionamos, ditam algo, contam uma história, articulam poderes e criam resistências. Essa produção está sempre articulada ao desenvolvimento de uma sociedade e de um território, seja mapeando os lugares do poder, e de acesso ao poder, seja mapeando os lugares de resistência a esse poder.

Segundos os autores Ascelrd e Coli (2008), os mapas participativos tiveram um auge e se difundiram mundialmente, a partir dos anos de 1990. Com isso temos diversas instituições trabalhando nestes processos como ONGs (organizações não governamentais), universidades, organizações indígenas, organizações de moradores de favelas e outros. Essa produção busca um mapeamento participativo, no sentido de reconhecer diversas práticas dentro de um território, relacionando tais práticas aos mapeamentos.

A Cartografia participativa é importante também no sentido de se pensar sobre os problemas existentes dentro de um território, pois esta produção busca trazer uma comunidade para voltar o seu olhar, e assim viabilizar recursos e buscar estratégias para minimizar os problemas existentes. Os mapas são ferramentas importantes de resistência contra o poder que grupos hegemônicos exercem nos territórios de grupos considerados “minorias”.

Onde existe o poder existe resistência, e a Cartografia Social é um corpus teórico, ou seja, toda a teoria que envolve diversos processos onde as próprias comunidades realizam seus automapeamentos. Nesse processo, temos os instrumentos metodológicos como o mapeamento participativo, no qual pessoas num mesmo espaço realizam o mapeamento, ou o mapa colaborativo, em que cada pessoa na sua casa coloca pontos num mapa através da internet.

Tanto o mapa colaborativo quanto os automapeamentos são instrumentos metodológicos, são possibilidades e etapas possíveis da Cartografia Social. Esses mapas tendem a “resistir” a essa Cartografia hegemônica que se configura retratando o poder de esferas do Governo e de grupos dominantes, nas esferas sociais, políticas e econômicas, que acabam perpetuando, assim, uma visão do território através da leitura e ótica dos grupos que detêm uma hegemonia de poder na sociedade.

As disputas existem no sentido das representações, como por exemplo, os mapas participativos contra-atacam os mapas realizados somente por especialistas, pois, como já mencionamos, a visão de território entre esses dois mapas será bem diferenciada. Muitas das vezes o que um especialista "enxerga" sobre o território é muito diferente do que a comunidade "enxerga", e assim teremos várias produções para confrontarmos, obtendo leituras diversas de um mesmo território.

A Cartografia Social busca uma interação de especialistas com a comunidade, de tal forma que todos participem do processo de produção de mapas, ligando técnica ao conhecimento local. Observemos a citação a seguir:

> Este subcampo da cartografia participativa constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. Neste subcampo constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes interpessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. Tendo como referência o campo da produção cartográfica, este subcampo caracteriza-se pelo fato de nele certos empreendedores institucionais empenharem-se em problematizar a cartografia convencional, promovendo as tecnologias do mapeamento dito participativo, alegando sua autoridade/perícia legítima para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais. (ACSELRAD; COLI, 2008, p.17 e 18).

O mapa é, portanto, "uma ferramenta potente de desvendamento, mas cujo domínio exige uma especialização que não é igualmente compartilhada entre os diferentes atores e que é suscetível de criar, por seu uso, efeitos de poder, o que é um problema para o objetivo da participação" (JOLIVEAU, 2008, p. 50). Num mapeamento participativo, devemos tomar cuidado para não centralizar o poder em algumas pessoas que participam da construção do mapa.

O que se deve fazer é delegar funções, pois ajuda a agilizar a produção de um mapa, porém todos que participam devem saber realizar todas as etapas dessa produção, compartilhando o conhecimento com outras pessoas. Joliveau (2008) propõe que no mapeamento participativo haja mediadores, ou seja, pessoas que irão estabelecer uma comunicação entre quem irá produzir o mapa e a comunidade, e assim debater propostas pensando sobre o território.

O processo cartográfico deve ser estudado nas escolas, para que as pessoas possam aprender a ler, entender as alterações que existem e as intenções para que cada mapa é realizado. Os mapas devem se tornar atrativos e despertar o interesse de estudo, e para

isso precisam ser problematizados e comparados com o real que foi cartografado. Assim, vamos popularizar o estudo do processo cartográfico.

Neste sentido, precisamos aliar os mapas aos processos manuais (mapas em papel) e tecnológicos (mapas realizados com o auxílio do computador), ambas as formas (de produção) são importantes no mapeamento participativo.

> Enfim, vários autores pensam que uma refundação do mapa é indissociável do uso das tecnologias informáticas. Para que o mapa possa sustentar vários pontos de vista diferentes do território em função de usuários que têm quadros cognitivos, objetivos de uso e desafios específicos, é preciso torná-lo dinâmico, multimídia e interativo. Dinâmico significa que se pode utilizar como variável visual as diferentes formas de movimento, graças à imagem animada informática; multimídia significa que é possível combinar, no mapa, textos, sons e imagens; e interativa significa que o usuário pode produzir seu próprio mapa a partir de um conjunto de dados (JOLIVEAU, 2008, p. 52).

A cartografia multimídia tem seus pontos positivos e negativos. O mapa se torna mais atraente, chama mais atenção dos usuários, tem maior poder de comunicação, também encontra algumas barreiras no sentido de ter um maior custo e por acabarem excluindo deste processo algumas pessoas pela idade ou pelo nível cultural e econômico, na ausência de acesso à internet. Na visão de Monmonier (1996), tantos atrativos favorecem que o leitor seja mais enganado facilmente.

Ao pensarmos numa cartografia participativa, estamos indo na direção opostas da cartografia convencional, que perdurou durante muito tempo como único conhecimento válido, e que estava ligada ao poder do Estado e de grupos que representam o Estado. A cartografia científica “retirava” de seus mapeamentos grupos locais, pois respondia aos interesses do Estado, mas a cartografia participativa reafirma esses grupos.

Na concepção dos autores Fox, Surianata, Hershok e Pramono (2008), os mapas participativos resgatam os grupos que foram marginalizados e excluídos de mapeamentos e de seus ambientes, pois, como mencionam, muitos conflitos são realizados, já que através desses mapeamentos grupos puderam questionar suas Terras, a localidade das suas Terras, da não delimitação e da retirada. Observemos a seguir, na citação dos autores, um exemplo do efeito de um mapeamento participativo no reconhecimento dos direitos indígenas nas Filipinas.

> A abertura de espaço político devida às mudanças associadas à introdução de políticas descentralizantes na Indonésia e o reconhecimento de direitos indígenas nas Filipinas formaram um contexto no qual o mapeamento tornou-se um instrumento importante para a negociação com outros grupos, incluindo comunidades vizinhas e o Estado. O mapeamento reinseriu a existência das comunidades usuárias em mapas estatais “vazios” e fortaleceu seus reclamos por terra e outros recursos. Esses efeitos ocorreram no contexto de um

> crescente ativismo local como reação ao desencantamento com relação ao Estado. (FOX; SURIANATA; HERSHOK; PRAMONO, 2008, p. 77 e 78).

Um planejamento de mapas participativos vai muito mais além de estudar, reconhecer e debater sobre os problemas existentes no território: está em fazer com que comunidades envolvidas nesses processos reconheçam os recursos locais, lutem por esses recursos e defendam seus interesses. Se existem pontos positivos também existem negativos, pois os autores Fox, Surianata, Hershok e Pramono (2008) chamam a atenção que governos locais se aproveitam das informações fornecidas nesses mapas comunitários para utilizarem segundo seus interesses.

Existe uma grande problemática de que se a comunidade não pode estar no controle de tais mapeamentos, volta-se à estaca zero, no sentido de que se ela não pode estar com os mapas não há como reivindicar seus direitos no território. Outro problema é o próprio governo, que pode apoiar grupos para mapear esses locais para se utilizar depois desses recursos a seu mando. Nessa questão, sabemos que o mapeamento participativo é importante sim, mas deve ser muito bem planejado, estudado e executado para que não seja instrumento de grupos dominantes.

Devemos tomar esses cuidados na realização de mapeamentos participativos, e assim não teremos problemas, pois trata-se de grandes instrumentos no sentido de levar a comunidade a pensar nos seus interesses, a buscar lutar por eles e a ter reconhecimento em determinado território. As ONGs (Organização não governamentais) e universidades que geralmente trabalham nesses mapeamentos participativos junto à comunidade devem esclarecer o caminho que será seguido para que as pessoas possam entender e estarem de acordo ou não com tais produções.

> A ONG deve esclarecer o propósito/objetivos da coleta de informações, definir com os habitantes do povoado que informação pode ser mapeada, e explicar o potencial perigo em registrar informações espaciais da comunidade nos mapas que podem ser copiados e distribuídos externamente à comunidade. O que é mais importante, facilitadores externos devem informar que os habitantes do povoado poder aceitar ou rejeitar o mapeamento. (FOX; SURIANATA; HERSHOK; PRAMONO, 2008 p. 82).

Em se tratando de Cartografia Social, abordaremos alguns exemplos, nesta dissertação, de mapeamentos participativos e colaborativos, como *O Guia de Ruas Maré, de* 2012, e depois o de 2014, dois processos participativos realizados pelo Observatório de Favelas junto com os moradores da Maré; e o *WikiMapa* (colaborativo), de 2012, realizado depois da polêmica que envolvia o *Google Maps* pela não identificação de

algumas favelas através dos topônimos (nome não aparecendo para identificação dos lugares) e nem seus limites e delimitações de áreas. Esse último guia foi para os moradores do Complexo da Maré uma das formas de buscar trazer reconhecimento dessas áreas, através de mapas e da história dessas favelas. (figuras 56, 57 e 58).



Figura 56 - Imagem que apresenta a capa do Guia de ruas Maré 2012

Fonte: Redes da maré (s.d)

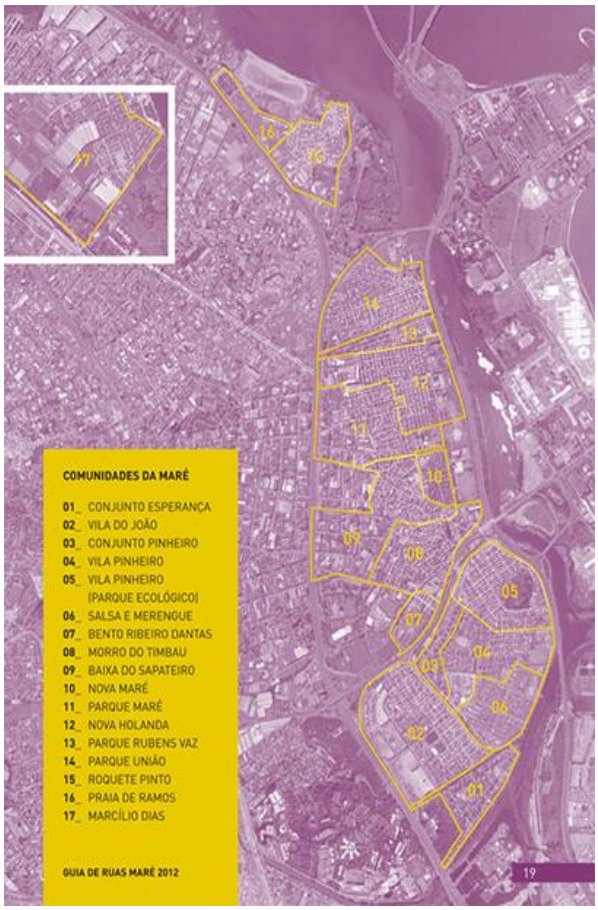


Figura 57 - Imagem que apresenta o mapa da Maré 2012 com a delimitação e nomeação das favelas que fazem parte deste complexo

Fonte: Redes da maré (s.d)



Figura 58 - Imagem que apresenta a capa do Guia de ruas Maré 2014

Fonte: Redes da maré (s.d)

Uma leitura contra-atacando mapas realizados que não apresentavam esse Complexo, esse Guia foi um projeto realizado pelo Observatório de Favelas e a REDES (Redes de desenvolvimento Maré) que contou com parceiros como ONG, empresas como a PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S/A), e universidades como a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), IFP (Instituto Pereira Passos), Act!Onaid, Ford Foundation e Movimento Down foram parceiras deste projeto que resgata a identidade dos moradores deste complexo.

Tabela 4 - Moradores que participaram destes mapeamentos, resgatando a história das favelas

Associação comunitária Roquete Pinto
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Esperança
Associação de Moradores do Conjunto Pinheiro
Associação de Moradores do Parque Ecológico
Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz
Associação de Moradores da Vila do João
Conjunto Habitacional Nova Maré
União de Defesa e Melhoramento do Parque Proletário Baixa do Sapateiro.
Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Bento Ribeiro Dantas
Associação de Moradores do Conjunto Marcílio Dias
Associação de Moradores do Morro do Timbau
Associação de Moradores do Parque Habitacional da Praia de Ramos
Associação de Moradores do Parque União
Associação Pró-Desenvolvimento da Comunidade de Nova Holanda
Conselho de Moradores da Vila do Pinheiro

Fonte: Elaborada pela autora com base no Guia de Ruas Maré 2012

A produção deste Guia teve a união de especialistas técnicos e moradores na elaboração de uma cartografia de planejamento participativo. Esse Guia trabalha um questionamento do direito à cidade, do reconhecimento e pertencimento a ela. A favela

da Maré é delimitada na cartografia da cidade do Rio de Janeiro, resgata o histórico de que as favelas aparecem no mapa oficial da cidade apenas em 1947, mas questiona o porquê de algumas ainda não estarem delimitadas nos mapas.

Esse trabalho apresenta um mapa onde temos todo o Complexo da Maré mapeado e identificado através dos nomes das favelas, indicados por números e os seus limites demarcados, e ainda temos a história de cada favela, delimitação das ruas e as plantas de cada comunidade, identificando cada território. Um projeto de Cartografia que contrapõe a Cartografia convencional. “Nos últimos anos, a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos” (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 85).

O projeto “*Olhares dos Jovens da Maré sobre o Direito à Cidade e às Injustiças Ambientais*” (grifo nosso), trabalhado pelo Observatório de Favelas, busca trazer os jovens moradores de favelas para pensar seus territórios, trabalhando diversas oficinas cartográficas, em que essa produção é voltada para discutir problemas existentes dentro da favela e também buscar lutar por direitos e perceber as necessidades.

Esse projeto foi realizado através das ONG Conexão G e Fase, pensando em explorar a necessidade de conhecer a partir do “olhar” dos jovens moradores de favelas. Trabalha a representação de mapas participativos das favelas, lutando pela representatividade e mapeando locais de favela para reconhecimento e pertencimento. Fransérgio Goulart, historiador que trabalha neste projeto, acredita que este trabalho de Cartografia Social ajuda a fortalecer as lutas por direitos territoriais e por políticas públicas.

A ONG Conexão G e Fase realizou aulas de direito à cidade e justiça ambiental para os jovens que participaram do projeto. Depois foi a fase das oficinas para estudar Cartografia e aprender a realizar produções cartográficas. O objetivo foi trabalhar com a juventude, levando-os a pensar e a repensar seu território e a perceber como a Cartografia é uma grande forma de poder, sendo sua produção uma grande ferramenta de luta e resistência (figura 58). “Mapas são ativos; eles constroem ativamente o conhecimento, exercem poder e podem ser poderosos meios para promover a transformação social”. (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 89).



Figura 59 - Jovens moradores do complexo da Maré realizando uma produção de Cartografia Social

Fonte: Foto tirada por Janaína Refém, matéria Favelas lutam por representatividade, 2015

Vamos mencionar um segundo exemplo de mapeamento participativo. O *WikiMapa* é um aplicativo de celular desenvolvido para moradores das favelas do Brasil, onde as pessoas colocam o que querem representar e evidenciar nesses territórios. Foi iniciado no Brasil através do Programa Rede Jovem e teve destaque nacionalmente e internacionalmente. O programa Rede Jovem existe há 10 anos e tem como objetivo promover o acesso a novas tecnologias a jovens de baixa renda. Iniciou sua atuação implantando telecentros comunitários (nas favelas cadastradas) para que a juventude pudesse além de estar em contato com as tecnologias as utilizassem para buscar resolver problemas locais.

O projeto *WikiMapa* foi realizado pela doutora Ruth Cardoso, buscando trazer a juventude a pensar a comunidade, refletir sobre problemas, fortalecendo a identidade a partir de redes virtuais, promovendo participação destes jovens em rede e pensando na utilização desses recursos para a transformação do território ao qual se está inserido. O *WikiMapa* é um projeto pensado em mostrar a favela e começou em 2009, trazendo a juventude e outros moradores a participarem da realização destes mapas virtuais mostrando a favela e não omitindo.

O projeto *WikiMapa* era realizado nas favelas do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil. Esse planejamento era feito com uma base cartográfica existente as mesmas utilizada na tecnologia do *Google Maps*, onde os jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro através do site *web Wikimapa*, realizavam *download* do aplicativo, que

possuía uma ferramenta por meio da qual os jovens podiam adicionar locais e interagir com outros jovens do projeto em seus celulares, assim promovendo o mapeamento colaborativo. O projeto contou com 500 voluntários cadastrados no site (figura 60).



Figura 60 - Ferramenta de aplicativo do Wikimapia no celular para realizar mapeamentos

Fonte: Mundo Geo 0h00, 2010

Na expansão do projeto, a Rede Jovem, através do *Wikimapa*, foi criando bases cartográficas para substituir as oficiais, e assim ter maior liberdade para mapear locais de interesse público, inserindo ruas etc. O projeto alcançou grande destaque entre os moradores, que passaram a perceber que a rua onde moravam, escolas e outros lugares nas favelas podiam ser visualizados em mapas virtuais.

O projeto foi se fortalecendo e mapeando outros territórios não apresentados em mapas virtuais. Os jovens moradores que mapeavam seu próprio território eram chamados de *wiki- repórteres* (Figura 61).



Figura 61 - Mostra os Wiki-repórteres

Fonte: Taís Cavalcante para o Jornal o Cidadão (online), 214.

Embora o projeto buscasse pensar junto aos moradores esses mapeamentos e trabalhasse o pensamento e modo de se relacionar das pessoas com esses territórios, não conseguiu ter forças para continuar, por conta dos altos custos de produção e manutenção, e da concorrência de outras empresas, como o *Google* e a *Microsoft*, que passaram a possuir o interesse em mapear as favelas que até então não tinham.

O documentário *Todo mapa tem um discurso* foi produzido pela Rede Jovem, que documentava esses mapeamentos realizados através do projeto *Wikimapa*. Segundo a organizadora Patrícia Azevedo, esse documentário traz todo o processo de planejamento, discussões sobre áreas que não estão inseridas nos mapeamentos oficiais e a própria questão de discutir sobre a Cartografia, sobre o processo de construção de um mapa e os agentes que compõem esse processo. Esta forma de planejamento pretende ligar atores e territórios, construir o território com os atores e mobilizar os atores através do território (...)" (JOLIVEAU, 2008, p. 54).

Considerações finais

Os mapas sempre foram instrumentos utilizados como forma de representação de um território e das territorialidades, ou seja, práticas de diferentes grupos. Os desenhos rupestres eram uma forma daqueles grupos apresentarem os locais de caça, pesca e as atividades realizadas. As representações cartográficas produziram e produzem leituras de uma dada sociedade e seu tempo, e, por isso, devemos perceber que não são instrumentos passivos, mas sim que correspondem a uma dada intencionalidade, descrevendo assim fatores sociais, políticos, econômicos etc.

A ciência cartográfica é uma produção que opera segundo pontos de vista, intencionalidades e poderes estabelecidos. Esses jogos de poderes irão se configurar em determinados mapas. O processo cartográfico, os mapas não são neutros pelo qual o usuário precisa estabelecer um posicionamento crítico sobre essas produções.

Percebemos que as "distorções" realizadas no processo cartográfico são fundamentais para "levar" o usuário a entender o que se quer que entenda de tal mapa. A produção cartográfica exerce forte influência social pela sua ligação com grandes fatores, situações, ações e acordos que determinaram e determinam a construção da história.

Fizemos uma construção de associação do início das favelas aos quilombos e a antigos cortiços, para evidenciarmos que esses territórios e suas imagens estavam atrelados à marginalidade, ao negro sem cultura, ao ex- escravizado e a outros "problemas", considerados assim pela maior parte da sociedade e pelos grupos que detêm o poder que perdura até o século XXI.

Entendemos que em momentos de grandes eventos sediados pelo Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo 2014, Paraolimpíadas e Olimpíadas 2016, as favelas ficaram de fora dos mapas, ou seja, não foram representadas por não fazerem parte dos interesses da Riotur, da prefeitura do Rio e dos agentes imobiliários. As representações simbólicas (apresentadas nesta dissertação) estruturam e reforçam os poderes estabelecidos dentro de uma sociedade. Um mapa serve muitas vezes para estruturar um poder que permeia a sociedade e que circula ou circulou nela.

O campo simbólico (BOURDIEU, 1989) promove esse poder dentro de uma sociedade dos grupos hegemônicos. A questão do "conformismo lógico" ocorre na concepção da naturalização que não nos leva a questionar as situações. Naturalizando as

informações, ou seja, não abrimos campo para pensarmos de outra forma e problematizamos o que tal mapa evidência.

O Google Maps e o Google Earth representam um território se houver interesse de seus parceiros, ou seja, acordo com os patrocínios e financiamentos, e assim vamos percebendo que o processo cartográfico segue e corresponde a um jogo de interesses de acordo com seus atores da produção.

Entendemos que dentro de um processo cartográfico se estabelece o poder bem como configuram resistências a ele, Ongs, ativistas, ou seja, grupos que se unem para questionar, debater sobre a forma como a cartografia tradicional representa um dado território. A prefeitura do Rio de Janeiro, com a pressão realizada pelo grupo AfroReggae, prometeu, através deste projeto, que todas as áreas seriam mapeadas para as Olimpíadas e Paralimpíadas (2016). Houve muitos avanços analisando os mapas em 3D no ano de 2023, e assim, observamos que as favelas estão delimitadas na Google Earth, uma ferramenta do Google Maps. Entendemos o quanto foi importante a pressão dos grupos junto à Prefeitura, que culminou na reformulação desses mapas e representação das favelas através das ferramentas Google Maps e Google Earth.

A Cartografia Social problematiza uma nova forma de representação cartográfica, que não está atrelada a grupos hegemônicos do poder. Essa Cartografia serve para que esses grupos deixados fora da cartografia convencional pensem em melhorias para seu território, auxilia na resistência contra o poder e é uma grande forma de luta contra o estabelecimento do poder de grupos mais abastados que se configura numa sociedade.

A Cartografia Social e seus instrumentos os mapas colaborativos e os participativos são um grande caminho para se pensar sobre o território, pensar em políticas dentro de tais territórios e buscar trazer os grupos considerados “minorias” para pensar projetos que promovam a busca por direitos, por reconhecimento e por pertencimento dentro de uma sociedade.

O Guia de Ruas Maré (2012), que representava para os moradores o direito e o reconhecimento de fazerem parte da cidade, retrata mapas e plantas das favelas e resgata a história. O Observatório de Favelas, localizado na Maré, visa pensar projetos sociais por luta de direitos aliado à produção cartográfica. O projeto Wikimapa, realizado no Brasil pela Rede Jovem em 2009, teve por objetivo era retratar a favela e reproduzir essas áreas nos mapas digitais de forma que todos pudessem “ver” esses lugares, que não

fossem mais “escondidos” e que o morador da favela pudesse perceber a importância do lugar onde mora para pensar o planejamento da cidade.

Essas produções cartográficas auxiliam os moradores a resistirem contra o poder hegemônico e a fazer pressão no poder público por políticas públicas efetivas nos territórios. A repercussão do projeto Wikimapa resultou no documentário “Todo mapa tem um discurso”, que conta a rotina desses mapeamentos realizados por este projeto, as dificuldades encontradas e a ligação da Cartografia e sua produção que ora busca a ligação reforçando o poder, ora buscar lutar resistindo a esse poder.

Portanto, a Cartografia é uma das formas de leituras e narrativas de um território. Esta ciência reproduz e produz leituras e narrativas através de sua produção que detém as manipulações de poderes e intencionalidades. Esta produção é também uma grande ferramenta de resistência contra a esse poder estabelecido dentro de uma sociedade. Por isso, os mapas e as representações cartográficas são instrumentos ativos que influenciam na construção sobre a percepção de um território.

Referências

ABREU, André Almeida de. A relação entre Estado e territórios estigmatizados no Rio de Janeiro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do departamento da UFES**. Julho- Dezembro, 2019. Acesso em: 04 set. 2023

ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas cartográficas. Cartografias Sociais e Território.** Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, p. 13-44, 2008.

Aglomerados subnormais levantamentos de informações territoriais: referências básicas. Local: [Rio de Janeiro] Editor: IBGE Ano: 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=283589&view=detalhes. Acesso em: 30 jul. 2023.

ARCHELA, R. S. **Análise da cartografia brasileira: bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo.

ARCHELA, Rosely Sampaio. Abordagens da Cartografia na Segunda metade do século XX. **Geografia**, Rio Claro, V. 32, n. 2, p. 275- 294, maio/ ago. 2007.

Benedita da Silva, Deputada (PT RJ). Discurso no plenário sobre a violência nas favelas. Disponível em: https://youtu.be/3ufV581QSkQ. Acesso em: 04 ago. 2023.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz, Lisboa: Difel, 1989.

Brasil de Fato. No Rio de Janeiro, homem negro é morto por militar. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2022/02/03/no-rio-de-janeiro-homem-negro-e-morto-por-militar-apos-ser-confundido-com-assaltante. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASILEIRO, Alice; DUARTE, Cristiane. O Favela-Bairro no Rio de Janeiro, início dos anos 90: o contexto de uma política habitacional municipal, os espaços de uso comunitário e a integração das favelas à cidade. In: DICKMAN, Ivo; DICKMAN, Ivanio. **A questão da habitação popular**. Curitiba: Base Editorial, IBEP, 2015, p. 79-97.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAMPOS, Antônio Carlos. **Apostila Cartografia Básica aula 2.** Disponível em: cesad.ufs.br Uma breve evolução da Cartografia na história da sociedade, 2012**.**

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**/Lana de Souza Cavalcanti-18° ed.-Campinas, SP: Papirus, 2013- (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CAVALLIERI, F.; VIAL, A. **Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no censo 2010.** Coleção estudos cariocas.IPP- Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, n° 20120501 maio de 2012

CRUZ, Alline Torres Dias da. **De Madureira à Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro** no contexto pós- emancipação (1901-1920)- 1. Ed,- São Paulo: Hucitec, 2020.

Curiosidades Cartográficas. Evolução dos mapas eleitorais nos Estados Unidos. Disponível em: https://www.curiosidadescartograficas.com/post/evolu%C3%A7%C3%A3o-dos-mapas-eleitorais-nos-estados-unidos. Acesso em: 10 set. 2023.

DELGADO, Rafael De Oliveira. Intérprete Arlindo Cruz. Meu Nome é Favela. 2011.

DIONÍSIO, VIRGILIO E MENEZES, Pamela Marcia Ferreira, Thiago Costa, Paulo Marcio Leal. Estudo geonímico das feições da costa do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Philologus,** Ano 23, n° 69. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2017.

DW Brasil. Alta participação nas eleições dos EUA. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/alta-participa%C3%A7%C3%A3o-nas-elei%C3%A7%C3%B5es-dos-eua. Acesso em: 10 set. 2023.

Estadão online. **Favelas desaparecem de busca do Google Maps**. https://www.estadao.com.br/brasil/favelas-desaparecem-de-busca-no-google-maps/ Acessado em 20 julh. 2014.

El País Brasil. Evolução dos mapas eleitorais nos Estados Unidos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020/06/03/album/1591144162_796219.html. Acesso em: 04 ago. 2023.

FERREIRA, Julio Cesar Seia, OLIVEIRA, Katia Sileia Ribeiro de. Intérpretes Cidinho e Doca. Rap da felicidade. 1995

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da costa Albuquerque e I. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Grall, 1988.

G1. Caso Amarildo: entenda o que cada PM condenado fez, segundo a justiça. Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-entenda-o-que-cada-pm-condenado-fez-segundo-justica.html. Acesso em: 04 ago. 2023.

G1. **Chegou a 23 o número de mortos na operação na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio, nesta terça-feira (24).** 26 de mai. de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/26/mortos-na-operacao-da-vila-cruzeiro.ghtml. Acesso em: 20 ago. 2022.

G1. Mortos na operação da Vila Cruzeiro. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/26/mortos-na-operacao-da-vila-cruzeiro.ghtml. Acesso em: 05 jun. 2022.

G1. **Muro que separa Linha Vermelha de favela ganha painéis da Olimpíada. 'Não existe isso de esconder favel**a', diz secretário de Turismo ao G1. 13 de jul. de 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/muro-que-separa-linha-vermelha-de-favela-ganha-paineis-da-olimpiada.html. Acesso em: 10 ago. 2022.

G1. Número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml. Acesso em: 22 out. 2022.

G1. **O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, disse nesta segunda-feira (19) que pretende pintar as fachadas dos prédios da Rocinha**. 20 de mar. de 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crivella-diz-que-vai-reformar-fachadas-da-rocinha-no-rio-porque-ela-esta-muito-feinha.ghtml. Acesso em: 14 jul. 2022.

G1. **Oito fuzis foram apreendidos, além de munições, granadas e drogas. Moradores do Complexo do Alemão transportam corpo após operação policial.** 15 de mai. de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/15/operacao-policial-no-complexo-do-alemao-causa-tiroteio-na-manha-desta-sexta-feira.ghtml**.** Acesso em: 20 ago. 2022.

G1. Operação na Rocinha revela que tráfico é feito por 'ficha limpa'. Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/operacao-na-rocinha-revela-que-trafico-e-feito-por-ficha-limpa.html. Acesso em: 04 ago. 2023.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio, 2013.

Google Earth. Imagens de mapas em 3D para o estudo de casos em 2023. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-22.94747845,-43.3627906,7.31592667a,2142.21521041d,35y,323.96655003h,45t,0r/data=OgMKATA. Acesso em: 04 set. 2023

Google Maps. Imagens de mapas para o estudo de casos em 2016. Disponível em: https://maps.google.com.br/. Acesso em: 04 set. 2023

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

HAESBAERT, R. 1994. **O mito da desterritorialização e as "regiões redes"**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, p. 206-214.

HAESBAERT, R. 2007. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Geographia-Ano IX- N° 17, p. 19-46.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins** (*Online*), 5, 2009, posto em 24 de abril de 2009.

HARLEY, Brian. Mapas e cartógrafos, a nova história da cartografia. O correio da **Unesco**, ano 19, n. 8, Brasil,ago, 1991.

História Hoje. Lançado o Google Maps. Disponível em: https://history.uol.com.br/hoje-na-historia/lancado-o-google-maps. Acesso em: 19 set. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa por Município - Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/25359. Acesso em: 30 jul. 2023.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. SPRING - Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas. Disponível em: https://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/tutorial/estrutura. Acesso em: 20 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tabela SIDRA: Estatísticas de Emprego - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3379#resultado. Acesso em: 18 jun. 2023.

Instituto Prístino. Imagens de satélite: como são obtidas e utilizadas. Disponível em: https://institutopristino.org.br/imagens-de-satelite-como-sao-obtidas-e-utilizadas/. Acesso em: 10 ago. 2023.

LACOSTE, Y. **A geografia:** Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**.** 19° ed. Campinas, São Paulo: Papiros, 2011.

LEFEBVRE, H. 1986 (1976). La production de L’ Espace. Paris Anthropos.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MARINO, Junior Edgard. O uso do sensoriamento remoto orbital na pesquisa socioeconômica. **Revista científica de agronomia, ano V número 10- dezembro de 2006.**

MARSH, D.; FURLONG, P. A skin, not a sweater: ontology and epistemology in Political Science. In: MARSH, D.; STOKER, G. (Eds). **Theory and methods in Political Science.** New York: Pallgrave McMillan, 2002, p. 17-41. Acesso em: 04 set. 2023

MARTINELLI, M. **Mapas de geografia e cartografia temática.** 5° edição, São Paulo, 2009.

MASCARELLO, Marcela de Avellar; SANTOS, Caio Floriano dos e BARBOSA, André Luiz de Oliveira. MAPAS...POR QUÊ? POR QUEM? PARA QUEM? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, V. 7, N. 1, 2018 (126-141).

MONMONIER, M. S. **How to live with maps. Chicago:** University of Chicago Press, 1996.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização. Vol. 1. São Paulo: Editora Scipione, 2017. Disponível em: https://regininha-atividadesescolares.blogspot.com/. Acesso em: 04 nov. 2022.

MUNDO, Geo. Wikimapa a voz do morro. Matéria online do dia 14 de maio 2010.

Museu do Amanhã. Disponível em: https://museudoamanha.org.br/. Acesso em: 04 set. 2022.

NBEMBE, Achile. **Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte.** 3° edição, São Paulo, 2018.

NOGUERA, Renato. **A democracia é possível?** Disponível em: **https://revistacult.uol.com.br/home/democracia-e-possivel/** 5 de novembro de 2018. Edições 240. Acesso em: 04 abr. 2022.

Núcleo Piratininga de Comunicação. A memória de Alberto Passos Guimarães. Disponível em: https://nucleopiratininga.org.br/a-memoria-de-alberto-passos-guimaraes/. Acesso em: 02 nov. 2023.

O Globo. **Folheto da Riotur distribuído a turistas tira favelas da geografia da cidade.** 11 de setembro de 2017. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/folheto-da-riotur-distribuido-turistas-tira-favelas-da-geografia-da-cidade-21806418#:~:text=Na%20opini%C3%A3o%20de%20David%20Bispo,ver%20a%20realidade%20de%20perto. Acesso em: 04 abr. 2023.

O Globo. **Wilson Witzel diz que violência no Rio está no mesmo patamar de 'Nova York, de Paris, de Madri'.** 14 de novembro de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/wilson-witzel-diz-que-violencia-no-rio-esta-no-mesmo-patamar-de-nova-york-de-paris-de-madri-24080785. Acesso em: 02 set. 2022.

Observatório de Favelas. Arte e Território. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/arte-e-territorio-of/. Acesso em: 30 jul. 2023.

Observatório de Favelas. Juventude Periférica e Desafios de Ingresso no Mercado de Trabalho. Disponível em: https://observatoriodefavelas.org.br/juventude-periferica-e-desafios-de-ingresso-no-mercado-de-trabalho/. Acesso em: 30 jul.2023,

OLIVEIRA, Eloisa Paula PARADIGMA INTERPRETATIVISTA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Anais do IV Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná Campo Mourão** - PR, 30/10 a 01/11/2018. Acesso em: 04 set. 2023

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: A história dos Censos de favelas (1948-1960). **rev. hist.** (São Paulo), n.180, a06420, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.170643. Acesso em: 20 ago. 2023.

PIMENTA, M L. **Breve história dos mapas.** Rio de Janeiro, Slides, 2013.

PIMENTA, M. L. **A comunicação e a linguagem cartográfica.** Rio de Janeiro, Slides, 2013.

PIMENTA, M. L. **As representações cartográficas e seus conceitos.** Rio de Janeiro, Slides, 2013.

PIMENTA, M. L. **Escala e generalizações.** Rio de Janeiro, Slides, 2013.

PONTE. **Witzel 'atira na cabecinha' em Niterói e despeja bombas em favelas**, 20 de outubro de 2019. Disponível em: https://ponte.org/witzel-atira-na-cabecinha-em-niteroi-e-despeja-bombas-em-favelas/. Acessado dia 09 de julho de 2022.

Por Dentro da África. As políticas de branqueamento (1888-1920). Disponível em: https://www.pordentrodaafrica.com/educacao/as-politicas-de-branqueamento-1888-1920. Acesso em: 03 nov. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

Redes da Maré. Censo Maré. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare. Acesso em: 02 ago. 2023.

REDES de DESENVOLVIMENTO da MARÉ e OBSERVATÓRIO de FAVELAS (Instituições organizadoras). Guias Ruas Maré 2014.

REDES de DESENVOLVIMENTO da MARÉ e OBSERVATÓRIO de FAVELAS (Instituições organizadoras). Guia de Ruas Maré. Rio de Janeiro,2012.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Dispositivos da Análise Institucional para a explicação da dimensão política das práticas discursivas. **Revista Moara**, edição 47-jan-jun, Estudos Linguísticos, 2017

RODILHA, Bruno Grandchamp; ALVARES, Luiz Felipe Napole de Haro. Entre virtualidades cartográficas: um olhar sobre o Google Maps. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 19, jan./jun. 2019, p. 74-87.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Ativismo cartográficos: Notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista geográfica de América Central,** vol. 2, julio- diciembre, 2011, pp. 1-17 Universidad Nacional Heredia Costa Rica.

SEABRA, V. S.; LEÃO, O. R. **A comunicação cartográfica.** Rio de Janeiro, 2012.

SEABRA, V. S.; LEÃO, O. R. **Cartografia geotecnologias e novas tecnologias de informação e comunicação.** Rio de Janeiro, 2012.

SEABRA, V. S.; LEÃO, O. R. **Representações Cartográficas e Geografia: mapear é preciso!** Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, J. S. (organizador**). O que é favela afinal?** Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 2009. p. 17-35.

SILVA, Lorena Alves e NAZARENO, Nilton Ricetti Xavier. Análise do padrão de exatidão cartográfica da imagem do Google Earth tendo como área de estudo a imagem da cidade de Goiânia. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 1723-1730.

SILVA, S.; PEIZOTO, M. P J. Composição: **Rap da Felicidade (Eu só quero é ser feliz).** Intérprete Mc Cidinho (Sidney) e Mc Doca (Marcos Paulo). 1995.

TecMundo. Google Maps. Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/google-maps/4865. Acesso em: 20 set. 2023.

TecMundo. Infográfico TecMundo. Disponível em: https://tm.ibxk.com.br//2013/11/infograficos/4865/infografico-tecmundo-944225-48650.jpg?v=681. Acesso em: 18 set. 2023.

Terra Notícias. Internet. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet. Acesso em: 19 set. 2023.

UOL Notícias. **Para o colunista do UOL Tales Faria, Bolsonaro errou ao associar comunidades à criminalidade e pode perder votos com comparação feita em debate.** 17 de out. de 2021. Acesso em: 20 set. 2022.

USP. Definições e divisões da cartografia. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4522627/mod_resource/content/2/1_definicoes_e_divisoes_da_cartografia.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — A modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, vol. xxix (127), 1994 (3.°), 581-597.

Ventura, Google “desfavelizou” Rio de Jeniro no Google Maps? https://gizmodo.uol.com.br/google-desfavelizou-rio-de-janeiro-no-google-maps/. Acessado em: 12 out. 2014.

Wishbox. O que é 3D? Disponível em: https://www.wishbox.net.br/blog/o-que-e-3d/. Acesso em: 04 set. 2023.

WOOD, Denis. **The power of Maps.** 1992.